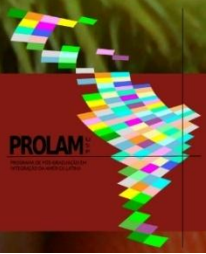
TECNOLOGIA E TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA

Territorialidades, Comunidades Tradicionais e o Mundo Digital

Organizadores:
Felipe Addor
Júlio César Suzuki
Romier Sousa
Sandra Rufino



fflch
PROLAM
UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO FEDERAL
Pará
Campus Castanhal

DOI: 10.11606/9788575065488

Tecnologia e Território na América Latina

Territorialidades, comunidades tradicionais e o mundo digital

ORGANIZADORES

Felipe Addor
Júlio César Suzuki
Romier da Paixão Sousa
Sandra Rufino

Centro Avançado de Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Tecnologias Sociais da Amazônia Brasileira

São Paulo, 2025

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH
Diretor: Prof. Dr. Adrián Pablo Fanjul
Vice-diretora: Profa. Dra. Silvana de Souza Nascimento

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA
Presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza
Vice-presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
Reitor: Prof. Dr. Roberto de Andrade Medronho
Vice-reitora: Profa. Dra. Cássia Curan Turci

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - NIDES/UFRJ
Diretor: Prof. Dr. Felipe Addor
Vice-diretor: Prof. Dr. Flávio Chedid Henriques

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGTDS/NIDES/UFRJ
Coordenador: Prof. Dr. Gustavo C. Xavier Martins Pontual Machado
Vice-Coordenador: Paulo Cézar Maia

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ
Reitora: Profa. Dra. Ana Paula Palheta Santana

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS AGROALIMENTARES
Coordenadora: Profa. Dra. Roberta de Fátima Rodrigues Coelho
Vice-Coordenadora: Profa. Dra. Maria Regina Sarkis Peixoto Joele

CENTRO AVANÇADO DE DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS ALIMENTARES SUSTENTÁVEIS E TECNOLOGIAS SOCIAIS - CASASTEC
Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis

Catalogação na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Charles Pereira Campos – CRB-8/8057

T255

Tecnologia e território na América Latina [recurso eletrônico]: territorialidades, comunidades tradicionais e o mundo digital / Organizadores: Felipe Addor ... *[et.al.]*. -- São Paulo: FFLCH/USP: PROLAM/USP, 2025.
3.171 Kb; PDF.

Vários autores

ISBN 978-85-7506-548-8
DOI: 10.11606/9788575065488

1. América Latina. 2. Tecnologia – América Latina. 3. Territorialidades latino-americanas. 4. Comunidades tradicionais. 5. Mundo digital. I. Addor, Felipe, *coord.* II. Suzuki, Júlio César, *coord.* III. Sousa, Romier da Paixão, *coord.* IV. Rufino, Sandra, *coord.*

CDD 307.76

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Marinho Serafim (UPE)
André Eduardo Ribeiro da Silva (IFSP)
Bruna Vasconcellos (UFABC)
Camila R. Laricchia (Ipoli/UFRJ-Macaé & PPGTDS/Nides)
Celso Alexandre de Alvear (UFRJ/PPGTDS/Nides)
Dorival Bonfá Neto (UFOPA)
Flávio Chedid Henriques (UFRJ/PPGTDS/Nides)
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo (UCB)
Irenildo Costa da Silva (IFAP)
José Antonio Lobo dos Santos (UFBA)
José Elias Pinheiro Neto (UEG)
Luiz Arthur Silva de Faria (UFRJ/Coppe)
Ricardo Junior de Assis Fernandes Gonçalves (UEG)
Rita de Cássia Marques Lima de Castro (PROLAM-USP)
Rogério Rego Miranda (UFPA)
Sandra Rufino (UFRN & UFRJ/PPGTDS/Nides)
Sérgio Aparecido Nabarro (UEL)
Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

CAPA

Monique Cosenza – foto Aryan Dhuri/Pexels

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Sandra Rufino

REALIZAÇÃO

Centro Avançado de Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Tecnologias Sociais (CASASTEC)

Tecnologia e Território na América Latina

Territorialidades, comunidades tradicionais e o mundo digital

ORGANIZADORES

Felipe Addor
Júlio César Suzuki
Romier da Paixão Sousa
Sandra Rufino

AUTORES

Alice de Maman Nied
Aline Duarte Mattos Lessa Ribeiro
Amaurícia Lopes Rocha Brandão
André Dias de Almeida
Bruno Santos Gonçalves
Cristiélen Ribeiro Marques
Edmea Oliveira dos Santos
Fábio dos Santos Coradini
Fábio Luís Barbosa dos Santos
Felipe Addor
Fernanda Santos Araújo
Flávio Chedid Henriques
Gustavo C. X. M. P. Machado
Júlio César Suzuki
Lisbeth Rebollo Gonçalves
Loren de Souza Almeida
Manuela Giácomo
Raíssa Gouveia Ferreira Lazarini
Ricardo Ferreira de Mello
Rita de Cássia M. Lima de Castro

Sumário

Introdução ____ **9**
Sandra Rufino ____ 9
Felipe Addor ____ 9
Romier da Paixão Sousa ____ 9
Júlio César Suzuki ____ 9

Parte 1 Territorialidades e territórios sustentáveis ____ ***15***

Territórios: Dinâmicas de Poder e Resistência na América Latina **17**
Raíssa Gouveia Ferreira Lazarini ____ 17
Fábio Luís Barbosa dos Santos ____ 17

Território e Territorialidades Latino-Americanas nas Poéticas Artísticas e Exposições de Sandra Gamarra e Paulo Nazareth ____ **31**
Cristiélen Ribeiro Marques ____ 31
Lisbeth Rebollo Gonçalves ____ 31

A Sistematização de Experiências para Fortalecer Projetos de Desenvolvimento Social e Bem viver ____ **49**
Manuela Giácomo ____ 49
Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado ____ 49

Resiliência Socioambiental como Tecnologia Social para Mitigação das Mudanças Climáticas: Análise Bibliográfica e Experiências Práticas ____ **71**
Bruno Santos Gonçalves ____ 71
Júlio César Suzuki ____ 71

Parte 2 Território e comunidades tradicionais ____ ***89***

Território, Disputa e Memória Diaspórica no Brasil ____ **91**
Loren de Souza Almeida ____ 91
Felipe Addor ____ 91

Tecnologias Camponesas e Modos de Fazer: o Processamento de Alimentos como Modo de Vida e de Resistência ____ **113**
Alice de Maman Nied ____ 113
Ricardo Ferreira de Mello ____ 113

Contribuições das Metodologias Participativas como Instrumento de Valorização e Visibilidade do Trabalho das Mulheres da Pesca Artesanal na Baía de Guanabara ____ **131**
Aline Duarte Mattos Lessa Ribeiro ____ 131
Fernanda Santos Araújo ____ 131

Parte 3 Territórios digitais ____ ***157***
____ 158

O Cooperativismo de Plataforma como Estratégia para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social no Âmbito dos Territórios ____ **159**
André Dias de Almeida ____ 159
Flávio Chedid Henriques ____ 159

Interseções Digitais: Tecnologia Social e Cibercultura Queer em Diálogo ____ **181**
Fábio dos Santos Coradini ____ 181
Edmea Oliveira dos Santos ____ 181

Afetividade no Ensino e a Cidadania Digital na Educação ____ **215**
Amaurícia Lopes Rocha Brandão ____ 215
Rita de Cássia Marques Lima de Castro ____ 215

Sobre os organizadores, a organizadora, as autoras e os autores ____ ***231***

Sobre os Organizadores e a Organizadora ____ **233**

Sobre as Autoras e os Autores ____ **236**

Introdução

Sandra Rufino
Felipe Addor
Romier da Paixão Sousa
Júlio César Suzuki

PONTO DE PARTIDA

A América Latina é um território marcado por ricas diversidades culturais, sociais e ambientais, mas também por profundas desigualdades e conflitos. Nas últimas décadas, a região tem enfrentado desafios complexos, como a globalização, as mudanças climáticas, a exploração extrativista e a luta das comunidades e povos tradicionais por reconhecimento e autonomia. Nesse cenário, a relação entre tecnologia e território emerge como um eixo central para compreender as dinâmicas de poder, resistência e inovação que moldam a vida na região.

Este livro é produto de uma articulação que vem sendo construída há mais de três anos envolvendo grupos que buscam fortalecer a integração entre projetos tecnológicos transformadores na região latino-americana, num diálogo entre o mundo acadêmico e os movimentos sociais, organizações comunitárias e trabalhadores/as de diferentes regiões. O que agrega esses grupos é o objetivo de construir práticas de transformação que valorizem os territórios, reconhecendo a importância da sua cultura, dos seus saberes, e da troca dos mais diversos conhecimentos. Foi a partir dessa abordagem que se cunhou a proposta do campo Tecnologia e Território na América Latina (TTAL)

ARTICULAÇÃO PARA CONSTRUÇÃO DO CAMPO TTAL

Institucionalmente, esse processo estruturou-se a partir da articulação entre três programas de pós-graduação: o Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (PROLAM/USP - prolam.usp.br), o Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da UFRJ (PPGTDS/Nides/UFRJ - https://nides.ufrj.br/index.php/ppgtds) e o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares do IFPA/Castanhal (PPDRGEA/IFPA-Castanhal - https://prosel.ifpa.edu.br/mestrado-e-doutorado-ppdrgea-campus-castanhal). Professores desses programas, percebendo as afinidades temáticas de suas atividades acadêmicas e o potencial do trabalho conjunto, iniciaram ações para estruturar esse grande projeto de pesquisa denominado: Tecnologia e Território na América Latina.

A primeira atividade conjunta ocorreu em julho de 2022, quando foi realizado o 1o Seminário Internacional Tecnologia e Território na América Latina, quando foram apresentados vários projetos em desenvolvimento por pesquisadores dos programas supracitados, mas também com a participação de uma comitiva de pesquisadores de um programa de pós-graduação estrangeiro: Estudios de Posgrado em Geografia da Universidad Pedagógica y Tecnológica de Colombia (EPG/UPTC). Entre os encaminhamentos desse Seminário, estava a proposta de criar uma disciplina que permitisse um processo mais contínuo de intercâmbio e integração entre os/as pesquisadores/as interessados/as no campo.

Foi dessa proposta que surgiu a disciplina de pós-graduação Tecnologia e Território na América Latina, que, desde 2023, é oferecida anualmente de forma articulada entre os três programas: Prolam/USP, PPGTDS/Nides/UFRJ, PPDRGEA/IFPA-Castanhal. A disciplina é ministrada de forma remota, contando com a participação de pós-graduandos/as dos três programas, mas também com outros/as interessados.

A proposta de a disciplina ser em formato remoto se deu para viabilizar essa participação diversa regionalmente dos/as estudantes, mas também como forma de viabilizar a participação de convidados/as de outros países da América Latina. Além da Colômbia, com quem seguimos mantendo diálogo, tivemos participação de parceiros de Cuba e do Chile. E essas participações têm fomentado propostas de intercâmbios e de proposição de acordos de cooperação entre as instituições.

No mesmo sentido, esta publicação é resultado da consolidação dessa articulação. Para fortalecer o processo de sistematização no campo da TTAL, com registros de reflexões teórico-conceituais e de análise de experiências concretas, definiu-se a meta de realizarmos publicações periódicas (no mínimo, uma vez por ano), com artigos desenvolvidos nessa área, principalmente a partir das pesquisas desenvolvidas nos três programas que integram esta articulação, mas também podendo contar com pesquisadores/as convidados/as. Esperamos, com essas publicações, consolidar cada vez mais o campo e ampliar continuamente a articulação com outras instituições latino-americanas.

Por fim, mas não menos importante, é importante registrar que os três programas, e os/as professores/as envolvidos/as na construção do TTAL, fazem parte de um projeto de atuação na região amazônica e que vem sendo um pilar de fortalecimento desse campo. O projeto Centro Avançado de Desenvolvimento de Sistemas Alimentares Sustentáveis e Tecnologias Sociais da Amazônia Brasileira (Casastec - https://casastec.net.br/) tem a coordenação do IFPA/Castanhal, mas articula 14 instituições de ensino e pesquisa no Brasil, além de duas universidades europeias.

APRESENTANDO O VOLUME 1 DA COLETÂNEA TTAL

A coletânea Territorialidades, comunidades tradicionais e o mundo digital da coletânea: Tecnologia e Território na América Latina, apresenta 10 capítulos que nos permitem explorar esse debate de articulação entre tecnologia e território, destacando como as territorialidades, as comunidades e povos tradicionais e o mundo digital se entrelaçam para construir alternativas de desenvolvimento autônomo, sustentável e na busca por direitos e pela justiça social. A obra reúne contribuições de pesquisadores/as, ativistas e pensadores/as que analisam criticamente essas questões, oferecendo perspectivas teóricas e práticas para repensar o futuro da região.

O tema central deste livro está centrado na relação entre tecnologia e território, entendida não apenas como uma questão técnica, mas como um campo de disputas políticas, culturais e simbólicas. Adota uma abordagem multidisciplinar, combinando artes, antropologia, estudos ambientais, engenharia, geografia e sociologia para analisar como as tecnologias — sejam elas digitais, sociais ou ancestrais — influenciam e são influenciadas pelas dinâmicas territoriais na América Latina.

A proposta é destacar as resistências e as alternativas criadas por comunidades e povos tradicionais, movimentos sociais e artistas, que desafiam os modelos hegemônicos de desenvolvimento e propõem formas de vida mais harmoniosas com o ambiente e as culturas locais.

Como as comunidades e povos tradicionais resistem à exploração de seus territórios? De que maneira as tecnologias digitais podem ser aliadas na luta por justiça social? O que a arte tem a dizer sobre as territorialidades latino-americanas? Estas são algumas das perguntas que guiam esta obra, convidando o leitor a refletir sobre os caminhos possíveis para um futuro mais inclusivo e sustentável.

A América Latina possui um mosaico de tecnologias, onde saberes ancestrais e ferramentas contemporâneas se encontram para criar soluções transformadoras. Este livro é uma janela para essas experiências, mostrando que outro mundo não apenas é possível, mas já está sendo construído, nas frestas do sistema, a partir de resistências e múltiplas soluções.

A obra está organizada em três partes, cada uma abordando um eixo temático fundamental:

Territorialidades e Territórios Sustentáveis: discute as dinâmicas de poder e resistência nos territórios latino-americanos, com ênfase no feminismo comunitário, na resiliência socioambiental e nas práticas artísticas que desafiam as narrativas coloniais.

Território e Comunidades Tradicionais: explora as lutas das comunidades caiçaras, quilombolas, indígenas e outras populações tradicionais pela preservação de seus modos de vida e territórios, destacando tecnologias sociais e saberes ancestrais.

Territórios Digitais: analisa o papel das tecnologias digitais na promoção do desenvolvimento econômico e social, incluindo o cooperativismo de plataforma, a cibercultura queer e a educação digital.

Cada capítulo oferece uma perspectiva única, mas todos abraçam o mesmo objetivo: entender como a relação entre tecnologia e território pode ser uma força transformadora na América Latina.

Esperamos que este primeiro volume seja um marco importante na consolidação do campo da TTAL e que seja um convite para mais pessoas participarem dessa construção, potencializando oportunidades de intercâmbio, tanto no Brasil quanto em toda *Nuestra* América.

Desejamos uma boa leitura!

Parte 1
Territorialidades e territórios sustentáveis

Territórios: Dinâmicas de Poder e Resistência na América Latina

Raíssa Gouveia Ferreira Lazarini
Fábio Luís Barbosa dos Santos

INTRODUÇÃO

O capítulo discute as dinâmicas de poder, resistência e exploração nos territórios da América Latina, com ênfase nos conceitos de território, corpo-território e multiterritorialidade. A pesquisa explora como a globalização e o extrativismo afetam as comunidades indígenas e tradicionais, resultando em processos de desterritorialização, ou seja, na perda de controle sobre o espaço físico e simbólico. Autores como Yves Lacoste, Milton Santos, Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves, figuras proeminentes no campo da Geografia e dos Estudos Territoriais, são fundamentais para entender essas questões, oferecendo uma análise teórica e crítica sobre o território como construção política e social em constante disputa. Suas perspectivas fornecem contribuições sobre as transformações territoriais, os conflitos em torno do espaço e as estratégias adotadas por atores diversos para reivindicar e moldar territórios de acordo com suas necessidades, interesses e direitos.

Além disso, o capítulo aborda as resistências femininas, focando no feminismo comunitário territorial, que articula a defesa da terra com a defesa do corpo das mulheres, apresentando o conceito de corpo-território que propõe que o corpo das mulheres é o primeiro território a ser atacado em contextos de exploração e colonização, especialmente em megaprojetos extrativistas.

O caminho metodológico foi desenvolvido de maneira qualitativa, que incluiu a análise de textos teóricos, artigos e estudos de caso sobre dinâmicas territoriais, com um foco específico na América Latina. As fontes utilizadas incluem os principais autores que discutem o conceito de território e territorialidade, bem como textos e entrevistas com lideranças de movimentos sociais feministas, particularmente aquelas que articulam a noção de corpo-território. O método comparativo foi também empregado para identificar similaridades e divergências nas experiências de resistência territorial em diferentes contextos da região.

A análise conclui que o território, entendido também como corpo e memória, é um espaço de resistência onde as populações lutam por autonomia e pela preservação de seus modos de vida, frente às ameaças impostas pelas forças do capitalismo e do colonialismo. Portanto, este capítulo visa não apenas aprofundar a compreensão dos conceitos fundamentais de Territórios e Territorialidades, mas também examinar como esses conceitos são mobilizados e disputados na América Latina. Por meio da análise crítica das teorias desses autores e outras formulações contemporâneas, busca-se lançar luz sobre as complexidades inerentes aos processos de multiterritorialidade e desterritorialização na região. Ao fazê-lo, esperamos contribuir com aportes sobre as dinâmicas territoriais da América Latina e construções teóricas oriundas de diversos lugares e autores.

O CONCEITO DE TERRITÓRIO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

O conceito de território tem evoluído ao longo do tempo, adaptando-se a diferentes contextos e circunstâncias históricas. No contexto das dinâmicas socioespaciais complexas que caracterizam a América Latina, a compreensão dos conceitos de

Territórios e Territorialidades desempenha um papel crucial na análise das interações entre sociedade, espaço e tecnologia.

No cenário contemporâneo, a América Latina se encontra em constante transformação, moldada por fatores políticos, econômicos, culturais e tecnológicos, mas principalmente marcada por disputas territoriais, espoliações e extrativismos. O estudo das territorialidades na região se torna fundamental para desvendar as dinâmicas de poder, as relações de pertencimento e as tensões que se estabelecem nos diferentes espaços da região.

Vários autores de diferentes campos acadêmicos contribuíram para a definição e exploração do conceito de território ao longo do tempo. Outras formulações foram surgindo ao decorrer dos debates sobre território, principalmente no campo da Geografia Humana. Esta seção se debruça sobre alguns desses conceitos, autores e desdobramentos de seus pensamentos e contribuições.

Yves Lacoste (1988), em sua obra "A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra", aborda o território como um espaço delimitado e apropriado por um grupo social ou uma entidade política, influenciando e sendo influenciado por dinâmicas políticas e sociais, exercendo controle sobre esse espaço e o utiliza para seus fins específicos. Esse entendimento vê o território como um elemento chave nas disputas de poder, especialmente em regiões como a América Latina, onde a luta pelo controle de recursos naturais é central. Lacoste (1988) ainda argumenta que o território é um elemento crucial nas relações de poder e na geopolítica, pois está ligado à capacidade de controle sobre recursos, influência política e estratégias militares e explora como as nações, grupos étnicos, empresas e outras entidades buscam estabelecer e manter territórios

para proteger seus interesses e influenciar eventos em níveis local, regional e global. Esse entendimento vê o território como um elemento chave nas disputas de poder, especialmente em regiões como a América Latina, onde a luta pelo controle de recursos naturais é central.

Nessa mesma perspectiva, Henri Lefebvre (2009), no livro "O Direito à Cidade", enfatiza o território como um produto das relações sociais e econômicas que ocorrem no espaço e destaca como a dimensão política mobiliza a produção do espaço. Lefebvre, que é um teórico marxista e urbanista, contribuiu para a compreensão do espaço urbano e das relações sociais que nele ocorrem construindo um conceito de território fortemente ligado à ideia de produção do espaço, e não é apenas um cenário passivo das atividades humanas, mas sim ativamente produzido e transformado por meio de lutas de poder, conflitos e negociações.

A partir de uma análise dialética, amparada no materialismo histórico dialético, Claude Raffestin (1993) também aborda a questão da territorialidade e como as relações sociais e as realidades, que mediam os processos de trabalho, se constroem enquanto interações do homem com o mundo e produz, então, imagens sobre o mundo. Raffestin (1993) também destaca a importância de separar os conceitos de espaço e territórios, argumentando que o território se forma a partir do espaço, que o antecede, sendo resultado da ação de um ator que territorializa esse espaço, seja de forma concreta ou abstrata. Nesse processo, o território surge como um espaço onde se projeta trabalho, energia e informação, revelando assim relações de poder. Raffestin também sugere que o espaço pode ser visto como uma prisão original, enquanto o território é uma construção feita

pelos seres humanos, moldada por suas interações e estruturas de poder.

Outros autores também discorreram sobre os conceitos acima apresentados em suas obras. Don Mitchell (2003), em "The Right to the City: Social Justice and the Fight for Public Space", escreveu sobre a relação entre o direito à cidade e a reivindicação de espaços urbanos como territórios de participação cidadã e resistência também sobre a perspectiva da geogradia. Outras contribuições também surgiram de maneira lateral, fora da geografia como, por exemplo, com o ativista-político Edward Said (2008), que em seu livro “Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente” explorou as noções de território e identidade, discutindo como as representações culturais e geográficas podem contribuir para a subjugação de certos grupos a partir da perspectiva da teoria pós-colonial.

Já o geógrafo brasileiro Milton Santos (2001) aborda o território como um espaço vivido e carregado de significados culturais e experiências, conectado tanto às dinâmicas globais quanto locais. Santos, que é conhecido por sua abordagem crítica à geografia tradicional e por sua contribuição para a compreensão da globalização e suas implicações nos espaços urbanos e rurais, ressalta a importância das redes e fluxos globais na configuração dos territórios, destacando como as relações econômicas e culturais transcendentais moldam as características locais.

Os brasileiros, Rogério Haesbaert e Carlos Walter Porto-Gonçalves desafiam a visão tradicional de território como um espaço fixo e estático, ao introduzirem conceitos como multiterritorialidade e desterritorialização. Porto-Gonçalves (2013), em especial, destaca que o território na América Latina é continuamente reconfigurado por relações de poder, sendo um campo

de batalhas históricas que envolvem a disputa pela autonomia e pela resistência à colonialidade. Já Rogério Haesbaert (2011), em "O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade", se soma aos autores que desafiam a concepção tradicional de território como algo estático e delimitado, mas sim uma construção social e política que envolve relações complexas e em constante mudança entre pessoas, grupos e lugares e incentiva a compreensão das dinâmicas espaciais de maneira mais abrangente e contextualizada. Haesbaert (2011) também se utiliza do conceito de "territorialidade" para explicar como as pessoas e os grupos constroem e reivindicam territórios de maneira complexa e interconectada.

DINÂMICAS E RESISTÊNCIAS TERRITORIAIS

A análise das dinâmicas territoriais na América Latina revela a complexidade das interações entre as forças globais e locais. A multiterritorialidade e a desterritorialização são conceitos fundamentais para entender como as populações resistem à expansão do capital global, que frequentemente desconsidera as especificidades locais e culturais das comunidades afetadas. Para Porto-Gonçalves (2013), a territorialidade é sempre um campo de disputa, onde as forças de resistência emergem da conexão entre os saberes tradicionais, a memória coletiva e as práticas cotidianas de existência.

Depois de apresentar suas compreensões de território e territorialidades, Milton Santos (2001) traz os conceitos de "multiterritorialidade" e "multiterritorialização" para descrever a capacidade das pessoas e grupos de estabelecerem múltiplas conexões e interações com diferentes lugares, muitas vezes transcendendo as fronteiras geográficas tradicionais. Exemplificando que, com o avanço das tecnologias de comunicação e transporte, as pessoas podem estar simultaneamente presentes

em diversos lugares, física ou virtualmente, e manter laços econômicos, culturais e sociais em diversas partes do mundo. Para o autor, a multiterritorialização reflete a crescente interconexão global e a ampliação das redes de relações além dos limites territoriais convencionais (Santos 2001).

Outro conceito discutido por Santos (2001) é o da desterritorialização, que se refere à perda de controle e influência que certos lugares ou grupos podem experimentar devido às forças da globalização. Isso pode ocorrer quando fatores externos, como empresas multinacionais ou instituições financeiras internacionais (IFIS's) exercem um poder significativo sobre um território, muitas vezes diminuindo a capacidade das comunidades locais de determinar seu próprio destino. A desterritorialização pode resultar em uma sensação de perda de identidade, autonomia e controle sobre o espaço vivido. O conceito de "desterritorialização" também foi abordado por Haesbaert (2011), que o trata como um processo de desarticulação de territórios devido a diversos fatores, como globalização, migração e reconfigurações políticas e econômicas.

Desterritorialização, portanto, refere-se então à desarticulação de territórios físicos e simbólicos, muitas vezes causada pela expansão de projetos de exploração de recursos naturais. Comunidades locais, especialmente indígenas e tradicionais, são frequentemente despojadas de seus territórios pela ação de corporações transnacionais e políticas neoliberais, o que resulta em uma perda de autonomia e identidade. Essas dinâmicas geram uma resposta ativa de resistência, como podemos observar em movimentos sociais que surgem para defender não apenas o território físico, mas também suas identidades e formas de vida.

Carlos Walter Porto-Gonçalves (2013) reforça que a luta pelo território é também uma luta pela preservação da vida e da memória coletiva. Nas palavras de Porto-Gonçalves, o ato de "r-existir" é essencialmente defender a continuidade da vida e das formas de existir, resistindo à imposição de modos de vida capitalistas e neoliberais.

Essa resistência se dá em várias frentes: na ocupação física de espaços ameaçados por projetos de mineração e agronegócio, na reivindicação dos saberes tradicionais e na defesa das subjetividades femininas que se conectam profundamente com a terra. Um ponto central nas lutas territoriais da América Latina é a articulação entre o corpo e o território.

Novas formulações a partir de um olhar antipatriarcal, antirracista e anticapitalista vem sendo apresentadas em torno das discussões sobre território, abarcando inclusive outras dimensões nas quais se apresentam as identidades, as representações culturais, as subjetividades, a exemplo dos conceitos apresentados pelo Feminismo Comunitário Territorial, que traz à tona uma dimensão importante nas dinâmicas de poder sobre o território: a noção de que a exploração da terra está diretamente relacionada à exploração dos corpos femininos.

Lorena Cabnal e outras pensadoras do feminismo comunitário territorial defendem que o corpo das mulheres é o primeiro território a ser explorado e violado por sistemas patriarcais, coloniais e capitalistas. O conceito de corpo-território propõe uma fusão entre o corpo humano e o território geográfico, ressaltando que o ataque ao território é também um ataque ao corpo das mulheres que o habitam.

Essa perspectiva se torna evidente nas resistências organizadas e protagonizadas por mulheres contra megaprojetos extrativistas. Mulheres indígenas e camponesas se mobilizam para

proteger seus corpos e territórios da violência extrativa, compreendendo que esses ataques destroem não apenas seus recursos materiais, mas também suas subjetividades e modos de vida.

Essa interconexão entre corpo e território não apenas amplia a compreensão da luta territorial, mas também introduz uma dimensão de resistência profundamente enraizada na vida cotidiana e nas experiências das mulheres. Na América Central, a construção do feminismo comunitário tem relação direta com os processos de resistências das mulheres ao extrativismo. Um exemplo foi o que ocorreu na Guatemala, protestos contra licenças para mineração foram importantes espaços de organização das lutas das mulheres e na formulação política de territórios subjetivos que sofrem os impactos do extrativismo. De acordo com o Feminismo Comunitário Territorial, que surge em diferentes lugares latino-americanos para a defesa dos corpos e territórios das mulheres, o patriarcado mostra-se um sistema universal de opressão, uma vez que os homens aprenderam a dominar os corpos de outros grupos sociais a partir da dominação dos corpos femininos (Cabnal, 2010).

O conceito apresentado pelo Feminismo Comunitário Territorial de "corpo-território" é frequentemente associado a uma abordagem que reconhece a interconexão e interdependência entre o corpo humano e o espaço geográfico, cultural e social que o cerca. Essa ideia enfatiza como o corpo individual ou coletivo é moldado e influenciado pelo ambiente em que vive, ao mesmo tempo em que também contribui para a construção e significado desse ambiente, trazendo o entendimento de que o corpo é um território se constitui a partir da interpretação da relação dialética entre o espaço geográfico e o lugar da construção da comunidade, entre o individual e o coletivo.

A compreensão do corpo e da terra como territórios políticos compõe, com outras elaborações, o surgimento – ou resgate – de uma epistemologia feminista e decolonial, ancorada em saberes tradicionais e ancestrais latino-americanos. A partir desta visão, lê-se o corpo "como um *continuum* com a terra, com ambos possuindo memória histórica e ambos implicados igualmente no processo de liberação" (Gargallo, 2013, p. 227). Conceber o corpo como um território expandido do território geográfico exige versar sobre o que é este espaço geográfico e destacar dimensão da terra como um lugar da construção do comum, do viver em comunidade; espaço onde se sustentam os modos de vidas – afinal, como afirma a Sempreviva Organização Feminista (SOF, 2021, p. 46), "o enraizamento das comunidades faz parte do território".

A interação entre o corpo e o território também pode ser analisada sob a perspectiva das relações de poder, quando se considera que certos grupos podem ter mais acesso e controle sobre determinados territórios e recursos, enquanto outros podem ser marginalizados ou excluídos de territórios onde construíram suas identidades, suas relações sociais e seus modos de vidas e subsistências. Nesse sentido, os impactos causados por atividades extrativistas se dão nos diversos territórios apresentados neste artigo.

Queiroz e Praça (2021) afirmam que as mulheres que vivem próximas a megaprojetos sentem no corpo os impactos e as violências decorrentes dessas atividades. Elas relatam que, quando uma mina explode, a sensação é de que o coração explode junto; suas peles racham com a poluição, e a visão de máquinas invadindo os terrenos onde costumavam viver e brincar causa uma pressão no peito. A territorialidade, segundo as autoras, se manifesta na forma como as pessoas se relacionam

com o mundo, sendo incorporada aos corpos como uma extensão da vida e das experiências cotidianas. Para as mulheres, as paisagens dos territórios e seus corpos estão profundamente entrelaçados, em uma relação indissociável.

A análise das dinâmicas territoriais na América Latina revela então a complexidade das interações entre as forças globais e locais. A multiterritorialidade e a desterritorialização são conceitos fundamentais para entender como as populações resistem à expansão do capital global, que frequentemente desconsidera as especificidades locais e culturais das comunidades afetadas. As mulheres, em particular, desempenham um papel central nessas resistências, pois suas vidas estão intimamente ligadas ao território. A defesa do corpo-território, proposta pelo feminismo comunitário territorial, desafia as formas tradicionais de luta política, introduzindo uma perspectiva que conecta o físico ao simbólico, o material ao imaterial. Esta abordagem amplia o conceito de território, não apenas como um espaço geográfico, mas como um campo de poder, de identidade e de resistência.

CONCLUSÃO

Os conceitos de território propostos por Yves Lacoste, em sua obra "A Geografia – Isso Serve, em Primeiro Lugar, para Fazer a Guerra", e por Milton Santos, no livro "Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal", apresentam abordagens diferentes, mas complementares, sobre a compreensão do espaço geográfico e da organização socioespacial. Esses autores representam apenas uma amostra da diversidade de perspectivas sobre o conceito de território e abordam a multiterritorialização como uma resposta à crescente conectividade global, enquanto a desterritorialização explora as

consequências da influência global sobre os territórios e as comunidades locais.

Santos e Lefebvre reconhecem a importância das relações sociais na formação do território. Enquanto Lefebvre enfatiza as lutas e contradições inerentes à produção do espaço, Santos destaca a interação entre o global e o local. Ambos os conceitos de território reconhecem a dinamicidade e a complexidade das relações espaciais, indo além de uma visão estática do espaço geográfico.

Em resumo, a abordagem de Lefebvre enfatiza a produção social do espaço e as lutas pelo controle e significado do território, enquanto a perspectiva de Santos ressalta a interação entre os aspectos locais e globais na construção dos territórios. Os enfoques contribuem para uma compreensão mais completa e dinâmica da organização do espaço geográfico.

Os debates sobre território, corpo-território e resistência na América Latina são amplamente influenciados pelas dinâmicas de poder impostas pela globalização e pelo extrativismo. De um lado as formulações teóricas e acadêmicas consideram as dinâmicas globais, suas respostas e consequências a partir dos territórios, oferecendo diferentes perspectivas teóricas que, juntas, nos ajudam a compreender a profundidade dessas questões. Já o conceito de corpo-território, articulado pelo feminismo comunitário territorial, assim como as construções territoriais e populares aprofundam a reflexão acerca dos temas a partir da perspectiva dos impactos, das dimensões e especificidades das comunidades e indivíduos frente às dinâmicas de poder que recaem sobre os territórios e propõe uma abordagem radical para entender como as lutas territoriais se entrelaçam com a defesa dos corpos femininos e da vida.

Neste segundo campo, notamos a maior presença de autoras mulheres, o que permite também avaliar que as perspectivas e elaborações sobre territórios, territorialidades e seus desdobramentos são impactados pela questão de gênero, uma vez que as mulheres são as mais impactadas pelas dinâmicas de poder que se instalam nos territórios de suas comunidades.

Ao expandir a noção de território para incluir o corpo e a subjetividade, essas teorias revelam que o território é mais do que um espaço físico: ele é um campo de resistência, de memória e de identidade. As dinâmicas territoriais que se manifestam na América Latina não são apenas reconfigurações espaciais, mas também batalhas simbólicas e culturais pela preservação da vida e da autonomia frente à exploração capitalista e colonial.

REFERÊNCIAS

CABNAL, L. **Acercamiento a la propuesta del feminismo comunitario Abya Yala. En Feminismos diversos:** el feminismo comunitario. Madrid: Acsure Las Segovias. 2010.

GARGALLO, F. **Feminismos desde Abya Yala:** ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblo de Nuestra América. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2013. Disponível em: <https://francescagargallo.files.wordpress.com>. Acesso em: 3 ago. 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011

LACOSTE, Y. **A Geografia:** isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 17ª ed. Editora Papirus, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2009.

MITCHELL, D. **The Right to the City:** Social Justice and the Fight for Public Space. New York: Guilford Press, 2003

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Expropriação, violência e r-existência.** 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

QUEIROZ, A. L.; PRAÇA, M. **Dos impactos à defesa: mulheres, corpoterritório e direitos humanos. In: Mulheres atingidas: territórios atravessados por**

megaprojetos. Instituto PACS, 2021, p. 109. Disponível em: http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2021/03/MULHERESATINGIDAS.pdf/. Acesso em: 21 ago. 2023.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAID, E. W. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente.** São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **Cultivar a vida em movimento:** experiências de economia feminista na América Latina. 2020. Disponível em: https://www.sof.org.br/cultivar-a-vida-em-movimento/. Acesso em: 21 ago. 2023.

Território e Territorialidades Latino-Americanas nas Poéticas Artísticas e Exposições de Sandra Gamarra e Paulo Nazareth

Cristiélen Ribeiro Marques
Lisbeth Rebollo Gonçalves

INTRODUÇÃO

Nas artes visuais, tempo e espaço podem ser pensados como integrantes dos processos, das poéticas e das exposições artísticas, bem como da construção de identidade cultural. Sendo a própria arte tanto uma forma de tecnologia, ou seja, um conjunto de técnicas, quanto espaço de práticas culturais e de produção de representações visuais, estas se conectam às circunstâncias de territorialidade, às formas de subjetivação e às relações de dominação simbólica intra e entre territórios (Bulhões; Kern, 2002). Nessa dimensão simbólica, o imaginário produzido no campo artístico também ganha um caráter de confronto ao poder, bem como tem papel de portador de "elementos subversivos" às lógicas dominantes (Silva, 2006, p. 20).

Destas aproximações conceituais e práticas, pode-se refletir sobre a complexidade das questões da territorialidade da própria América Latina, partindo da produção de artistas identificados por esta origem regional. São vários os debates na e sobre a região, alguns específicos dos contextos de cada um de seus países, outros comuns a eles, e que estão marcados pelo chamado giro de(s)colonial, o que, como aponta Rogerio Haesbert, no contexto geopolítico da América Latina "representou um *plus* (pelo menos potencial) ao debate do giro espacial, especificamente euro-norte-americano" (Haesbert, 2021, p. 59). Assim, "além da indissociabilidade espaço-tempo" desse último,

o autor propõe que uma das contribuições mais importantes que a abordagem decolonial trouxe para esse debate é a concepção de "corpo-território" e/ou "território-corpo", "tanto no sentido de ver o nosso corpo como um território quanto no de estender a outros seres e ambientes uma leitura a partir da corporeidade humana" (Haesbert, 2021, p. 56).

Outras discussões importantes do contexto latino-americano estão ligadas aos conflitos sociais que podem ser pensados, como propõe José de Souza de Martins (2009), partindo da multiplicidade de aspectos da fronteira. Esta então entendida como um lugar privilegiado tanto da observação sociológica como do conhecimento "sobre os conflitos e dificuldades próprios da constituição do humano no encontro de sociedades que vivem no seu limite e no limiar da história" (Martins, 2009, n.p.).

É nesta via de mão dupla, portanto, pensando a arte latino-americana como território e territorialidades, e analisando estes últimos como temas presentes nas poéticas e exposições de artistas da América Latina, que se desenvolve este artigo. Uma vinculação que busca ampliar as próprias noções de território e de arte, "pois na demarcação e defesa de fronteiras através de cores, cantos e posturas, a constituição de territórios se torna quase o nascimento da arte" (Haesbert, 2021, p. 203).

UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO "TERRITÓRIO DA ARTE LATINO-AMERICANA"

Este percurso em torno da conformação de um "território da arte latino-americana" é inevitavelmente atravessado pelas marcas do colonialismo, o que incluiu uma empreitada de transplantação de seus modelos e paradigmas culturais/artísticos. Emblemáticos desse processo, entre os séculos XVII e XIX, foram: as expedições artísticas e científicas que resultaram, dentre outras produções, em esboços de imagens da natureza e das

sociedades locais sob um "olhar da época" (Baxandall, 1991); bem como a abertura das Academias de Belas Artes na região. Ainda que as expedições tenham produzido imagens nas quais "não nos pensamos, mas fomos pensados" (Belluzzo, 1994), esses registros são importantes não como representação da realidade, mas, admitindo que a imaginação também é instrumento de saber, essa existência estética acaba por revelar mais sobre os pontos de vista daqueles artistas viajantes, dos seus modos de apreciação artística, do que os de seus retratados.

Já em termos do estabelecimento de instituições de ensino de arte, de respectivos cânones acadêmicos e de fomento da prática artística na região, estes se deram em um momento também em que já se articulava, em alguns grupos artísticos na Europa, a autonomia do próprio conceito de arte, sob a busca por superar noções que a limitavam a processos manuais e técnicos, e a determinados estilos e gêneros (Jiménez, 2006). Em 1781, foi fundada a *Academia de San Carlos* no México, a primeira na região de que se tem registro; em 1816, a *Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios* no Brasil; em 1818, a *Escuela Gratuita de Dibujo y Pintura* em Cuba; em 1848, a *Academía de Pintura* do Chile; em 1877, o *Instituto de Bellas Artes de Caracas* na Venezuela; em 1886, a *Escuela de Bellas Arte* da Colômbia, para citar algumas delas.

Mas estes processos não se resumiram a meras transposições. Em seus desdobramentos, avançando pelo século XX, observam-se resistências e disputas por representações e epistemes próprias, como também uma espécie de "desejo latino-americanista" e que se desenvolvia "*desde* a América Latina" (Mosquera, 2010, p. 123). Assim também comentou a crítica de arte Aracy Amaral, em 1975, em sua conferência no *Simpósio de*

Artes Plásticas e Literatura, realizado na Universidade do Texas, em Austin, nos Estados Unidos:

> [...] e por sermos latino-americanos não tememos a incoerência ou a contradição, pois em meio a elas se desenvolve a nossa experiência vital. Não existe arte latino-americana como uma expressão artística unitária, que represente como um todo os diversos países que constituem esta área geográfica. Por outro lado, existe, sem qualquer dúvida, latente, um desejo de integração cultural não-resolvido, mas inequívoco, nos artistas, ou em significativa parte dos que fazem arte neste continente. (Amaral, 1975, p. 226)

Ainda que esse tal "desejo de integração cultural não-resolvido" possa ser observado, por exemplo, em intercâmbios artístico-culturais entre artistas e críticos de arte, em publicações historiográficas de diversos países da região e transregionalmente, a adoção da "etiqueta latino-americana" segue sendo uma questão complexa e paradoxal. Por um lado, como aponta Pascale Casanova (2002, p. 272), não seria suficiente dizer "cortemos os laços com a Europa" em prol de uma produção de expressões ditas "originais e representativas da sensibilidade-latino-americana", ou seja, uma produção artístico-cultural que mesmo envolvendo técnicas importadas mobilize uma energia de tradução do regional de forma intensa, criando um "capital" de inserção no "banco universal". Por outro lado, como apontou Gerardo Mosquera (Mosquera, 2010), essa espécie de "*pacto con el diablo*" pelo uso do rótulo "arte latino-americana" como uma estratégia de legitimação, teria, sim, resultado em benefícios mútuos:

> ¿Ha sido útil el diablo? O, ¿habremos vendido nuestras almas? Sea cual sea la respuesta, el arte

> de todo el orbe ha alcanzado una participación *crossover* gracias a la galopante expansión en la circulación internacional del arte así como a la inclinación de los artistas hacia prácticas y proyecciones por completo internacionales. Quizás el diablo somos ahora nosotros.[1] (Mosquera, 2010, p. 171)

Entre discursos da diferença e do universal, do local e do global, podemos observar a arte latino-americana como parte de uma "rede de articulações entre elementos humanos e não humanos" (Addor; Henriques, 2015), como objetos que são "recontextualizados para que possam ser aceitos pela sociedade", seja em instância cultural ou de mercado. Articulações que passam por "um mundo objetivo e subjetivo, material e imaterial" e produzem territorialidades que são efetivadas em distintas escalas espaciais, "em relações de poder, das redes de circulação e comunicação, da dominação, das identidades, entre outras relações sociais" (Saquet, 2013, p. 48).

Se o território da arte latino-americana pode ser espaço de atuação, marcador de origem de um artista, de sua produção e de sua valorização simbólica e econômica, esse território e suas territorialidades também se converteram em tema de alguns trabalhos artísticos ao longo da história da arte da região que foi sendo construída. Caso da produção de dois artistas contemporâneos escolhidos para este estudo, cujos trabalhos elaboram artisticamente como a cultura "se produz" e "se move"

[1] Tradução nossa: O diabo foi útil? Ou, nós vendemos nossas almas? Seja qual for a resposta, a arte de todo o mundo alcançou uma participação cruzada graças à expansão galopante da circulação internacional da arte, bem como à inclinação dos artistas para práticas e projeções totalmente internacionais. Talvez o diabo agora sejamos nós.

(Haesbert, 2021, p. 36) e desenvolvem um certo "'ponto de vista' geográfico sobre o mundo" (Haesbert, 2021, p. 44).

Serão destacados a seguir alguns pontos da trajetória de Sandra Gamarra e de Paulo Nazareth, que assumem a sua "condição de latino-americanos" e repensam questões de centro/periferia, desestabilizando visões elaboradas "pelo centro", por meio das memórias culturais, de mapas, das paisagens, como "estratégias de subversão simbólica" (Bulhões; Kern, 2002, p. 15). Do percurso desses artistas, o presente estudo enfatiza duas de suas exposições individuais, *em vias de desenvolvimento* e *Notícias de América*, uma vez que as mostras de arte podem ser entendidas como "arenas privilegiadas para apresentar imagens de si e do outro", desempenhando um papel legitimador de um determinado imaginário (Gonçalves, 2004, p. 67).

SANDRA GAMARRA NOS DEBATES "EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO"

Pode-se dizer que a artista peruana Sandra Gamarra já atingiu uma projeção internacional pelo fato de suas obras estarem integradas ao circuito das bienais, tais como a de Berlim, a 29ª Bienal de São Paulo, a 53ª Bienal de Veneza e a XI Bienal de Cuenca; bem como ao de museus e espaços culturais renomados, como o Museu de Arte Contemporânea de Barcelona, MACBA (Espanha); a Real Academia de Bellas Artes de San Fernando (Madri, Espanha); o Museu de Arte Contemporânea de Castilla e León, MUSAC (Espanha); o Museu de Arte Contemporânea de Lima (Peru); o Museu de Arte Contemporânea de Tóquio (Japão); e o *Tate Modern* (Londres, Inglaterra).

Em sua trajetória, destacam-se trabalhos que criticam as dinâmicas e as instâncias de legitimação do mundo da arte, como o mercado, as exposições e os processos criativos; assim como, explora as consequências sócio-políticas do que a artista

considera uma "modernidade incompleta na América do Sul" (Galeria Leme, 2023). A artista criou, por exemplo, um museu fictício, o LiMac, Museu de Arte Contemporânea de Lima (2002), colocando em questão a lacuna à época de espaços dessa natureza e a sua visão sobre uma má administração da produção cultural na cidade de Lima. Também desenvolveu uma série de trabalhos em que revisitou o gênero paisagem na pintura por meio da justaposição de diversas fontes imagéticas, questionando o papel histórico e sociopolítico deste tipo de representação da natureza e do território.

Na exposição individual da artista "*En vías de Desarrollo*" realizada no final do ano de 2022 e início de 2023 pela Galeria Leme em São Paulo, encontram-se como temas centrais: a permanência de relações e imaginários coloniais na atualidade e uma perspectiva crítica em torno às ideias da Terra e do desenvolvimento dela derivado. A mostra foi estruturada com base em três séries de trabalhos da artista*: Gradação; Em desenvolvimento* – que dá nome à exposição –; e *Quando as batatas assam*.

Duas formas de habitar a Terra conectam estas séries; em uma, a civilização estabelece com ela uma relação de posse; em outra, há um vínculo de interdependência permanente. Na primeira, a Terra é dada por Deus ou obtida pela razão; enquanto na segunda, é percebida como um ente vivo do qual somos todos frutos. O que, segundo a própria artista, resulta em concepções de Terra muito distintas: "uma que a compreende como um sujeito de direitos e outra, como um objeto por meio do qual se obtém direitos" (Marques, 2023).

A exposição combina vários percursos, artístico, histórico, cultural e político, tão multidisciplinar quanto o próprio trabalho de Sandra Gamarra e as tantas leituras possíveis a partir de sua

obra. Na série *Gradação* (2022), para olhos treinados sob os cânones ocidentais da arte, a primeira associação poderia ser às telas rasgadas do artista argentino-italiano Lucio Fontana. Porém, se fazem presentes nesta série o tear da mestra peruana Elvia Paucar e os séculos de tradição na feitura dos ponchos de lã. Numa gradação de tons que remetem à coloração da pele humana e a diferentes tipos de solos, os 10 ponchos esticados em chassis como se fossem pinturas têm suas fendas centrais em destaque, uma referência ao brotar das sementes, ao nascimento, ao corpo feminino e à terra como geradora de todas as formas de vida.

> Contam que o poncho vem do plantar, a cavidade por onde se insere a cabeça é uma referência ao buraco feito na terra para semear. O rasgo no centro da tela lembra também obras modernistas, como as de Lucio Fontana. O mesmo gesto remete a duas ideias contrapostas: uma apela aos ciclos da terra, ao conhecimento ancestral, outra a novidade, a nossa eterna aspiração por um começo[...]. (Galeria Leme, 2023)

Então, na série *Em desenvolvimento* e no domínio da pintura, Sandra Gamarra faz uma releitura das obras do holandês Albert Eckhout, que compuseram uma versão de um imaginário brasileiro ao retratar os colonizados de uma porção da região do nordeste do Brasil, invadida pelos holandeses no século XVII. A artista cria esboços para as telas feitas por Eckhout, que são então trabalhadas como metáforas de uma história, e, como tais, sujeitas a revisões. A artista apresenta os personagens em primeiras camadas de pintura utilizando óxido de ferro vermelho, também conhecido como “vermelho índio”, com apenas algumas das partes dos corpos ali representados, como os pés e mãos, cobertos por tinta a óleo, sugerindo um status de obras

inacabadas. Entre as telas da tradição de natureza-morta, pés e mãos emergem entre frutas remetendo ao hábito canibal atribuído aos indígenas, mas também a uma outra forma de canibalismo, o consumo do corpo humano como "mão de obra barata". Gamarra tensiona em suas releituras dos desenhos e pinturas do "Novo Mundo" de Eckhout, o próprio status dessas obras que foram consideradas durante muito tempo documentos oficiais.

O terceiro conjunto de obras compreende a série "*Cuando las papas queman*", que em português foi traduzido como *Quando as batatas assam*, e traz no seu título uma expressão peruana talvez reminiscente da situação cotidiana de preparo dos alimentos, em que as batatas cozidas, ainda quentes, passam de uma mão para outra na cozinha. Nesta série, a artista coloca em questão a falácia da ideia de uma relação harmônica no intercâmbio cultural e econômico estabelecido entre a Espanha e à civilização Inca. Uma versão desmentida desde 1615 em carta escrita pelo indígena peruano Felipe Guamán Poma Ayala, conhecida sob o título de "*Nueva Crónica y Bueno Gobierno*", dirigida ao rei da Espanha Felipe II, em que relata, dentre outros fatos, os maus tratos sofridos pelos povos indígenas. Sandra Gamarra se utiliza de reproduções de desenhos dessa publicação e sobre as quais pinta "perfis de batatas".

Figura 1 - Sandra Gamarra. Cuando las papas queman I (Quando as batatas assam I, 2021). 10 pinturas sobre papel, 21x14,5 cm.

Foto: Filipe Berndt. Cortesia: Galeria Leme, divulgação da exposição de Sandra Gamarra, En Vías de Desarrollo, 202/2023.

Essa escolha faz uso de uma linguagem artística que se conecta à tradição retratista, podendo também remeter ao que Haesbert apontou como uma extensão a outros seres e ambientes de uma leitura a partir da corporeidade humana (Haesbert, 2021, p. 56), assim como uma espécie de animismo também presente nas culturas dos povos tradicionais. Símbolo não apenas de uma história e de uma tradição, mas de uma tecnologia, já que as mais de quatro mil variedades existentes são frutos de uma ciência desenvolvida ao longo do tempo, ainda que não seja reconhecida como tal nas práticas de exploração coloniais e nos paradigmas ocidentais. “O relato da conquista foi substituído por uma narrativa de um intercâmbio cultural e comercial, na qual a batata é seu maior representante” (Galeria Leme, 2023).

PAULO NAZARETH EM SUAS “NOTÍCIAS DA AMÉRICA”

O brasileiro, nascido no estado de Minas Gerais, Paulo Nazareth também é um artista que, frente aos paradigmas de reconhecimento do mundo contemporâneo da arte, tem sido

valorizado localmente e no circuito internacional, ocupando uma posição relevante no campo globalizado da arte. Destaque o qual o artista utilizou também como um alerta durante sua participação na 56ª Bienal de Veneza, de 2015, quando integrou o Pavilhão da América Latina. Para a curadoria do espaço, o tema escolhido foi "*Voces indígenas*" que contou com uma instalação sonora da qual ecoava um texto de autoria de Nazareth e que encerrava com a frase: "*No me olviden cuando yo sea un nombre importante*" (La Biennale Di Venezia, 2015).

Ao falar de seu próprio trabalho de forma mais geral, Nazareth o descreve em certa medida como performance, mas prefere chamá-lo de arte relacional, arte de conduta. "É a minha maneira de me conduzir no mundo. Vou sendo todo dia transformado pelas situações, pelos ecos do que vai ocorrendo ao meu redor" (Sebastião, 2011). O artista chegou transformar-se em sua própria empresa, batizando seu livro Paulo Nazareth, Arte Contemporânea/LTDA, convertendo-se no próprio "objeto de arte" e dividindo-se assim da pessoa Paulo Sérgio da Silva, seu nome de batismo (Silva *et al.*, 2021, p. 59).

Figura 2 - Capa do livro Paulo Nazareth, Arte Contemporânea/LTDA (2012) com a organização de Isabel Diegues e Ricardo Sardenberg.

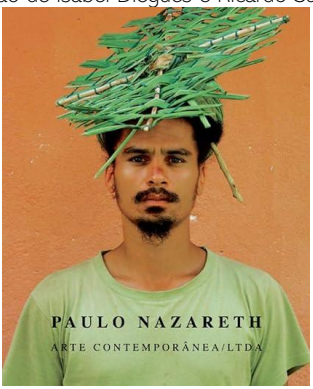


Foto: Paulo Nazareth. Projeto gráfico: Estúdio Tubi. Fonte: Editora Cobogó, https://www.cobogo.com.br/produto/paulo-nazareth-arte-contemporanea-ltda

O “andarilho das artes” (Zylberkan, 2012), após uma viagem de milhares de quilômetros por mais de 15 países das Américas, apresentou em 2012, na exposição *Notícias de América*, na galeria Mendes Wood, “uma pluralidade de Américas sobrepostas e uma profusão de modos de ser”. Sua prática artística tende a não seguir estratégias ou fórmulas preconcebidas, pois confia no imediatismo da própria vida para criar uma impressão da experiência e do ser.

Nazareth saiu de Minas Gerais, região sudeste do Brasil, em março de 2011 rumo ao norte do país e do continente americano. A pé e de ônibus, chegou aos Estados Unidos em outubro do mesmo ano. Em dezembro, antes de iniciar a viagem de volta, Nazareth apresentou a obra *Banana Market / Art Market* em uma das principais feiras do circuito internacional em que a arte latino-americana e *latinx* – como são chamados os artistas estadunidenses de origem latina – é integrada regularmente em posição de evidência, a *Art Basel Miami Beach*. Neste trabalho, o artista colocava em questão os conflitos de terras, as reformas agrárias, os latifúndios, as multinacionais, os pequenos produtores indígenas, todas essas dimensões como uma “alegoria – crítica – uma reflexão quanto ao negócio de arte, ao negócio de bananas, ao agronegócio” (Filho, 2012).

Nesse um ano de elaboração (2011-2012), o artista transitou como um “corpo vivo de trabalho” (Mendes Wood Dm, 2012) preocupado com a teia de assuntos humanos e os laços sociais e pessoais que existem de casa em casa, de aldeia em aldeia e de cidade em cidade em ambos os lados do Rio Grande, destacando o máximo possível as “contingências geográficas” (Lima, 2021) que encontrava. Essa “política espaço-temporal” esteve expressa na exposição *Notícias de América* por meio de

performances documentadas, esculturas sociais, desenhos e retratos biográficos em vídeo e filme.

Ao longo dessa produção, gestos simples são usados para evocar a memória pessoal e histórica e observar as desigualdades sociais e político-econômicas presentes nas Américas, misturando noções de justiça social e resistência pacífica com uma dose de absurdo. Os registros de sua performance de longa duração ganharam várias plataformas: um diário online[2], desenhos que duplicam notícias de jornal batizado de *Imagens que já existem no mundo*, bem como pequenas performances e/ou projetos como o intitulado de *Cara de índio* (Lima, 2021). No blog do artista, há um texto de abertura do projeto, uma espécie de "fórmula" que combina elementos de toda essa trajetória até a sua exposição, destacando do ato de caminhar o acúmulo da terra latino-americana em uma multiplicidade de aspectos das fronteiras:

> proyecto: noticias de América [America news]residencia en transito + residency by accident = atraviesar America Latina antes de llegar a los EUA:que todo el polvo del camino se quede en mis pies + viver en blooklin y saber lo que se pasa ahi _ go to Blooklin,NY /USA living there and know what happane there , but before walk by Latin America: that every Latina America land to be in my foot _ (Nazareth, [s.d.])

REFLEXÕES GERAIS

Neste percurso por alguns trabalhos de Sandra Gamarra e de Paulo Nazareth, principalmente daqueles integrados às

[2] O diário e outros registros da performance podem ser consultados em página online do blog PAULO NAZARETH ARTE CONTEMPORÂNEA / LTDA: http://latinamericanotice.blogspot.com

respectivas exposições “Em vias de desenvolvimento” e “Notícias de América”, observam-se, entre batatas e bananas, a dimensão das disputas territoriais, identitárias latino-americanas. Na tradição clássica da pintura, esses elementos apareceriam como natureza morta caso das laranjas e maçãs de Cézanne, mas para Gamarra e Nazareth – batatas e bananas – são modos de habitar, expressar, resistir e produzir cultura, ou de revoltas políticas que partem de “estratégias estéticas” (Silva, 2006, p. 21).

Os artistas constroem suas próprias geografias artísticas por meio de um corpo-território ou território-corpo, estabelecendo novas fronteiras da arte latino-americana que se somam às abordagens multi ou pluriterritoriais da América Latina. A arte torna-se, assim, território e fronteira, como um “lugar da elaboração de uma residual concepção de esperança, atravessada pelo milenarismo da espera no advento do tempo novo, um tempo de redenção, justiça, alegria e fartura” (Martins, 2009, n.p.).

Seja no *Mercado de Bananas* ou em *Cuando las papas queman,* esses bens da agroecologia e da cultura latino-americanas são subvertidos simbolicamente por meio da arte. Das relações “corpo-território” e/ou “território-corpo”, e então de “arte-território” e “território-arte”, o espaço-tempo é expandido, criando-se outras territorialidades e construindo-se novas fronteiras do humano.

REFERÊNCIAS

ADDOR, Felipe; HENRIQUES, Flávio Chedid (ORG.). **Tecnologia, participação e território:** reflexões a partir da prática extensionista. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

AMARAL, Aracy. Comunicação ao Simpósio de Austin. *Em*: LATIN AMERICAN ART AND LITERATURE 1975, Universidade de Austin, Texas, Estados Unidos.

Anais [...]. . *In*: AUSTIN SYMPOSIUM. Universidade de Austin, Texas, Estados Unidos Disponível em: https://icaa.mfah.org/s/en/item/776786. Acesso em: 1 mar. 2022.

BAXANDALL, Michael. **Olhar renascente:** pintura e experiência social na Itália da Renascença. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. **O Brasil dos viajantes:** um lugar no universo. São Paulo: Metalivros, 1994.

BULHÕES, Maria Amélia; KERN, Maria Lúcia Bastos (ORG.). **América Latina:** territorialidade e práticas artísticas. 1a. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora : Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.

CASANOVA, Pascale. **A república mundial das letras**. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

FILHO, Altino. O artista mineiro Paulo Nazareth fez de sua caminhada até os Estados Unidos uma obra de arte. **Hoje em Dia**, *[S. l.]*, 2012. Disponível em: https://www.hojeemdia.com.br/entretenimento/o-artista-mineiro-paulo-nazareth-fez-de-sua-caminhada-ate-os-estados-unidos-uma-obra-de-arte-1.84362. Acesso em: 14 ago. 2023.

GALERIA LEME. **Press Release:** vías de desarrollo [em desenvolvimento], de sandra gamarra. São Paulo: Galeria Leme, 2023.

GAMARRA, Sandra. **About LiMac » LiMac**. **LiMac, Museu de Arte Contemporânea de Lima**, [s.d.]. Disponível em: //li-mac.org/about-2/about-limac/. Acesso em: 8 out. 2024.

GONÇALVES, Lisbeth Rebollo. **Entre cenografias:** o museu e a exposição de arte no século XX. São Paulo, SP, Brasil: Edusp, 2004.

HAESBERT, Rogério. **Território e descolonialidade:** sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na América Latina. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografía; Universidade Federal Fluminense, 2021.

JIMÉNEZ, Mireya Uscátegui De. Las instituciones de enseñanza del arte en América Latina ¿Una historia de transposiciones? *Em*: LA CONSTRUCCIÓN DE AMÉRICA LATINA 2006, Colômbia. **Anais** [...]. . *In*: V CONGRESO INTERNACIONAL DE PENSAMIENTO LATINOAMERICANO. Colômbia: UNIVERSIDAD DE NARIÑO, 2006. Disponível em: https://ceilat.udenar.edu.co/wp-

content/uploads/2011/03/Las-Instituciones-de-Ense%C3%B1anza-del-Arte-en-Am%C3%A9rica-Latina-Una-Historia-de-Transposiciones.pdf.

LA BIENNALE DI VENEZIA. **Voces indígenas (Indigenous voices) Pavilion of Latin America-IILA (Italo-Latin American Institute)**. 2015. Disponível em: https://artsandculture.google.com/story/voces-indígenas-indigenous-voices-pavilion-of-latin-america-iila-italo-latin-american-institute/IAUhV72nE-CrQJw. Acesso em: 22 ago. 2023.

LIMA, Natalie Souza de Araujo. Dentro, fora, antes ou depois? – A política espaço-temporal de Notícias da América, de Paulo Nazareth. **PerCursos**, *[S. l.]*, v. 22, n. 50, p. 292–318, 2021. DOI: 10.5965/1984724622502021292. Disponível em: https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/19760. Acesso em: 13 ago. 2023.

MARQUES, Cristiélen Ribeiro. Sandra Gamarra | ArtNexus. **ArtNexus**, *[S. l.]*, n. 120, 2023. Disponível em: https://www.artnexus.com/en/magazines/article-magazine-artnexus/647dfc78d1cb564180bcb2c1/120/sandra-gamarra. Acesso em: 11 ago. 2023.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2a ed., rev.atualizada ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2009.

MENDES WOOD DM. **Paulo Nazareth - Notícias de América**. 2012. Disponível em: https://mendeswooddm.com/en/exhibition/notcias-de-amrica. Acesso em: 14 ago. 2023.

MOSQUERA, Gerardo. Caminando con el diablo. Arte Contemporánero, cultura y internacionalización. *Em*: **Caminar con el diablo: textos sobre arte, internacionalismo y culturas**. Madrid: Exit, 2010. p. 148–171.

NAZARETH, Paulo. **Paulo Nazareth Arte Contemporânea / Ltda**. Latin America Notice. [s.d.]. Disponível em: https://latinamericanotice.blogspot.com/. Acesso em: 8 out. 2024.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Estudos territoriais na ciência geográfica**. 1a. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SEBASTIÃO, Walter. **Instalação de mineiro "terceiro-mundializa" Miami com Kombi e bananas**. 2011. Disponível em: https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2011/12/12/noticia-e-mais,115460/instalacao-de-mineiro-terceiro-mundializa-miami-com-kombi-e-bananas.shtml. Acesso em: 29 ago. 2022.

SILVA, Armando. **Imaginarios urbanos**. 5. ed., corregida y ampliada ed. Bogotá, Colombia: Arango Editores, 2006.

SILVA, Camila Calolinda Da; ALONSO, Alex Fabiano; GHIZZI, Eluiza Bortolotto. Não caminho sozinho: percurso para recordar e ressignificar na obra de Paulo Nazareth. **Farol**, *[S. l.]*, v. 17, n. 24, p. 57–68, 2021. DOI: 10.47456/rf.v17i24.35573.

ZYLBERKAN, Marina. Paulo Nazareth, o andarilho das artes. **VEJA**, *[S. l.]*, 2012. Disponível em: https://veja.abril.com.br/cultura/paulo-nazareth-o-andarilho-das-artes/. Acesso em: 14 ago. 2023.

A Sistematização de Experiências para Fortalecer Projetos de Desenvolvimento Social e Bem viver

Manuela Giácomo
Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado

INTRODUÇÃO

A amplificação das desigualdades sociais e os impactos ambientais globais demonstram a insustentabilidade do modo hegemônico de produção e de consumo estabelecido atualmente (Machado, 2022). Nesse sentido, a partir de um cenário de exclusão social e ambiental, a sustentabilidade deve ser destacada como conceito-chave em diversos campos de ação e conhecimento (Gallo, 2021).

A crise socioambiental atual é fruto de um cenário em que processos globais hegemônicos invisibilizam e devastam comunidades tradicionais em prol de um modelo de desenvolvimento que as considera um "empecilho" ao "progresso" (Diegues, 1996). Paralelamente ao processo predatório, de destituição dos direitos e das terras, há movimentos sociais e experiências que promovem ações de fortalecimento político das populações em prol da permanência nos seus territórios, dos seus direitos e modos de vida, em comunhão com o ambiente natural que os cerca (Gallo & Nascimento, 2019).

Atualmente há um esforço conjunto de diversos setores da sociedade pelo reconhecimento de identidades socioculturais e afirmação de sua importância para a preservação da biodiversidade (Manso, 2010). É comprovado que assegurar a manutenção de práticas culturais de povos e comunidades originárias promove a manutenção de valores que preservam o

ecossistema natural (Soares, 2019). A vivência e o manejo desses povos, por meio dos conceitos próprios de cuidado e bem viver, são responsáveis por preservar ambientes sustentáveis e saudáveis, sempre de acordo com seus conhecimentos territorializados, perpetuados há gerações.

> O bem viver é uma cosmovisão que compreende a natureza não como um objeto a ser explorado, mas como um ser vivo, integrado ao ser humano. É uma concepção de vida em harmonia proveniente dos povos indígenas andinos e baseada em valores comunitários e solidários (Acosta, 2016, p. 85).

Ressalta-se a relevância da sistematização de experiências para o fomento de ações ecologicamente justas, a compreensão e o atuar junto aos territórios em perspectivas que valorizem seus conceitos de cuidado e bem viver (Acosta, 2016). Assim, cabe elucidar o conceito de território para enunciar a importância da preservação da sociobiodiversidade local no enfrentamento do cenário de insustentabilidade do modo de vida urbano-industrial, bem como a compreensão de que o território é vivo, constituído pelas pessoas e seu modo de vida e cultura.

> Com o "retorno do território" (Santos, 2005) como ator e expressão espacial de reinvindicações emancipatórias de movimentos sociais e na falada "virada espacial" (Haesbaert, 2014) das ciências humanas, o território torna-se categoria operacional e de análise quando se trata da ligação entre saúde, ambiente e desenvolvimento. Esse conceito deve ser entendido como resultado de pactos de convivência estabelecidos entre atores sociais territorializados. (Villardi *et al.*, 2021, p. 41 – grifos no original)

Essa lógica de relevância da atuação junto com o território vai ao encontro da promoção da saúde territorializada, a partir de diversas práticas e projetos no Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, desde 2014 tem sido desenvolvida, a partir de pesquisa-ação, uma abordagem de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (TSS), a partir de um projeto de emancipação comunitária, que atua no campo da promoção da saúde territorializada, por meio de planejamento participativo, cujo objetivo é fortalecer a atuação local e sistematizar as experiências de organização comunitária.

Na experiência do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), uma parceria entre a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), utiliza-se a perspectiva da determinação social da vida e da saúde para a implantação de agendas territorializadas, a partir do conceito de Territórios Sustentáveis e Saudáveis (TSS), entendido como:

> [...] espaços constituídos a partir de relações sociais e de pertencimento simbólico e afetivo, apropriados criticamente e intencionalmente reconfigurados pela ação territorializada de coletivos portadores de vida nos quais o bem viver é o foco da governança viva. Essa governança viva integra ações comunitárias, da sociedade civil e do Estado para a gestão dos bens comuns e de políticas públicas em redes. (Gallo, 2021, p. 115)

Essa abordagem de TSS coaduna com os princípios da extensão universitária, que se traduzem na pesquisa-ação e no desenvolvimento de projetos a partir do contato com a sociedade civil, de acordo com necessidades reais e concretas oriundas das pessoas daquele território (Thiollent, 2019). Nesse sentido,

compreender a dinâmica das atuações em projetos que promovem o diálogo entre a extensão, o desenvolvimento social, e a troca de saberes é de suma importância para que essas experiências sejam tanto valorizadas, quanto reaplicadas em outros contextos de vulnerabilidade socioambiental. Além disso, a sistematização auxilia no processo de perpetuação e de melhoria de experiências bem-sucedidas, uma vez que a continuidade de projetos de natureza comunitária se apresenta enquanto um desafio no contexto de precarização neoliberal atual, como a falta de políticas públicas e desmonte do estado de bem-estar social.

A gestão de saberes populares para a produção de soluções territorializadas é um desafio às experiências que se propõem a construir modelos horizontais, estratégicos, participativos e contra hegemônicos, principalmente de órgãos públicos e instituições em parceria com movimentos sociais (Gallo & Nascimento, 2019). Há dificuldades conceituais e práticas para a compreensão e implementação de projetos territorializados, e inúmeros desafios ao longo do processo de tomada de decisão e da gestão participativa, de ações e projetos. Por isso, sistematizá-los é uma maneira de compreendê-los e disseminar suas práticas (Jara, 2006).

Quando se analisa experiências que atuam em prol de territórios vivos, na perspectiva da cultura, da tradição e da resistência, é urgente que haja a criação de políticas públicas, e de fortalecimento político, em perspectivas integradas às comunidades, em contraponto às ações de extrativismo acadêmico, em uma perspectiva de construção de conhecimentos para além do capital (Gallo, 2021).

Esse artigo apresenta a metodologia da sistematização de experiências e a análise de dois casos de aplicação da mesma

em territórios habitados por populações caiçaras que se localizam na Península da Juatinga, situada no litoral sul do estado do Rio de Janeiro. A primeira experiência trata-se de um projeto de extensão universitária, chamado de Raízes e Frutos, do departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que por meio de uma demanda comunitária, sistematizou uma série de tecnologias sociais[3] locais (Série Memórias e Práticas Caiçaras da Península da Juatinga). A segunda experiência é uma pesquisa-ação do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS), focada em uma das suas ações, relativa à implementação de sistemas de saneamento ecológico, tecnologia social na comunidade caiçara da Praia do Sono, que teve ampla participação comunitária e abordagem baseada nos princípios da educação ambiental (Machado, 2021; Machado, 2019; Machado, 2020).

METODOLOGIA

Sistematizar experiências é uma metodologia fundamental para promoção de uma prática de monitoramento e aprimoramento dos conhecimentos e dos saberes provenientes da extensão, da pesquisa-ação e quaisquer práticas indutoras de políticas sustentáveis e emancipatórias (Jara, 2006). A partir dessa metodologia é possível não só colher os aprendizados e desafios e aprender com o processo, mas inspirar e fomentar o desenvolvimento de outras ações para o desenvolvimento social.

[3] "O marco da Tecnologia Social a partir do qual está sendo concebida, como uma alternativa – como uma iniciativa mais eficaz para a solução dos problemas sociais relacionados a essa dimensão e como um vetor para a adoção de políticas públicas que abordem a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade num sentido mais coerente com nossa realidade e com o futuro que a sociedade deseja construir". (Dagnino, 2004, p. 60.)

> O conceito de Sistematização de Experiências foi criado historicamente na América Latina como produto do esforço de construir nossos próprios marcos de interpretação teórica a partir das condições particulares de nossa realidade. Em 1959, a Revolução Cubana inaugurou um novo período histórico em "Nuestra América", como Martí a chamou, demonstrando que é possível romper o esquema de dominação colonial que se impôs aos nossos países desde a conquista espanhola e, além disso, que era possível pensar desde a realidade específica da América Latina, um projeto diferente de sociedade baseado na busca por justiça social e autodeterminação. (Jara, 2021, p. 41)

Altamira (2003), no artigo *La sistematización de experiencias en el Sur y en el Norte: ¿iguales o diferentes?*, apresenta uma perspectiva a partir da qual uma das formas de entender a sistematização é a convicção de que todo indivíduo experimenta a realidade à sua maneira, percepção e produto resultantes das suas formas de fazer e agir. Portanto, o processo de sistematização precisa ter uma flexibilidade que consiga abarcar aspectos pessoais e institucionais a partir de uma perspectiva humanizada.

É preciso ordenar o acúmulo da produção de um projeto de maneira que favoreça o empoderamento dos sujeitos e o fortalecimento das instituições que se debruçam sobre a memória de determinada experiência (Altamira, 2003). Sistematizar, portanto, é uma maneira de perpetuar a experiência para que as próximas gerações, e gestões, compreendam e assimilem sua trajetória, além de fomentar uma prática de imaginar o sistematizar. É articular o passado e o presente com formas de pensar o vir a ser (Jara, 2006).

> Sistematizar experiências é um desafio político pedagógico pautado na relação dialógica e na busca da interpretação crítica dos processos vividos. Trata-se de um exercício rigoroso de aprendizagem que contribui para refletir sobre as diferentes experiências, implicando na identificação, classificação e reordenamento dos elementos da prática; utiliza a própria experiência como objeto de estudo e interpretação teórica, possibilitando a formulação de lições e a disseminação. (JARA, 2006, p. 7)

Falta uma compreensão mais precisa do que significa exatamente engendrar um processo de sistematização (Jara, 2006). É comum haver dúvidas sobre se esse processo deve ser conduzido em grupo, de forma individual ou se seria mais adequado criar uma equipe específica para se dedicar exclusivamente a essa função dentro das organizações. Sistematizar nada mais é do que refletir criticamente sobre o fazer, e deve ser contemplado de acordo com o grupo e as necessidades envolvidas (Jara, 2006).

Um exemplo de aplicação de sistematização de experiência encontra-se no capítulo 10 do livro "Tecnologia para o Desenvolvimento Social: diálogos NIDES UFRJ", resultante do projeto de extensão Mutirão de Agroecologia (MUDA), que aponta tanto o histórico, quanto a consolidação do grupo enquanto articulação agroecológica na extensão universitária. O capítulo narra a trajetória do projeto, seus atravessamentos, dificuldades e conquistas, além de ressaltar a importância da transição agroecológica para a construção de uma sociedade ecologicamente mais justa (Firmo, Almeida e Lima, capítulo 10, 2018).

A partir da sistematização é possível comunicar aos que nunca tiveram contato com os conceitos de Extensão e Agroecologia um panorama ao ponto de oferecer uma compreensão

inicial desse universo. Ao mesmo tempo em que o texto aprofunda a maneira como os entusiastas e defensores da causa agroecológica conseguiram usá-la enquanto referencial, explica-se a maneira como se desenvolveu a rede de apoio agroecológico que possibilitou o crescimento do projeto MUDA (Firmo, Almeida e Lima, capítulo 10, 2018).

Assim, apresenta-se a seguir dois casos de sistematização de experiências que demonstram a metodologia aplicada na prática. Ambos os casos são provenientes de trabalhos realizados com comunidades caiçaras[4] no mesmo recorte territorial, a península da Juatinga em Paraty, onde residem comunidades tradicionais caiçaras, localidade classificada como Reserva Ecológica no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Soares, 2019).

O primeiro caso de sistematização analisado é do projeto Memórias e Práticas Caiçaras da Península da Juatinga, série multimídia de livros e filmes produzida pelo projeto de extensão Raízes e Frutos com o objetivo de suprir uma demanda comunitária de registrar tecnologias sociais e modos de vida tradicionais das populações ameaçadas por uma série de fatores como a grilagem de terras, a especulação imobiliária e a má gestão de órgãos ambientais. (Giácomo, Pereira e Soares, 2016).

[4] Sujeitos originados da miscigenação genética e cultural do colonizador português com o indígena do litoral, ocorrida nas quatro primeiras décadas, a qual formou uma população de mamelucos que rapidamente se multiplicou. Esta protocélula da nação brasileira foi moldada, principalmente, pelo patrimônio milenar de adaptação à floresta tropical dos Tupi-Guarani. A chegada do negro africano, como escravo, pouco contribuiu nesta primeira fase. Entretanto, sua incorporação à ordem social e econômica acabou gerando, posteriormente, um contingente mestiço de índios, brancos e negros, que viria a constituir o povo brasileiro (Ribeiro *apud* Adams, 2000, p. 2).

O processo de sistematização pode ser feito tanto individualmente, quanto coletivamente. No caso da série Memórias e Práticas, foi realizada uma parceria entre comunidades, bolsistas de extensão e colaboradores voluntários (Giácomo, Pereira e Mie, 2016). Como não há uma regra específica sobre como a sistematizações devem ocorrer, o método deve ser alinhado em cada organização/grupo/atuação antes do início das atividades.

O segundo caso analisado trata-se da sistematização de uma experiência de implementação de tecnologias sociais de saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono, a partir do qual a educação ambiental foi trabalhada conjuntamente com a participação comunitária (Machado *et al.,* 2021).

O projeto foi desenvolvido a partir de uma parceria entre o OTTS e o FCT e utilizando a metodologia da pesquisa-ação. Foram realizados diagnósticos participativos afim de desenvolver uma tecnologia social que contemplasse as individualidades da comunidade, como forma de contribuir para a promoção da saúde coletiva, em uma perspectiva socioambiental (Machado *et al.,* 2021). A má gestão de resíduos hidrossanitários contribui não apenas para o adoecimento do ecossistema de comunidades rurais marginalizadas pelo poder público, mas também ameaça a permanência dessas comunidades em seu território de direito.

> As intervenções de saneamento nessas áreas demandam abordagens mais inclusivas, não só quanto às diferenças territoriais, mas também culturais. Assim, a universalização do acesso ao saneamento deve relacionar medidas estruturais (obras) e estruturantes. (MACHADO *et al.,* 2021, p. 43)

Foram determinados os seguintes tópicos de cada caso a serem analisados: i) Contexto e origem; ii) Ações sistematizadas;

iii) Participação social; e iv) Aprendizados e desafios. A consolidação das informações foi obtida a partir de revisão bibliográfica de dados secundários disponibilizados em site e documentos referentes aos dois projetos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

MEMÓRIAS E PRÁTICAS CAIÇARAS DA PENÍNSULA DA JUATINGA

i) Contexto e origem

A série Memórias e Práticas Caiçaras da Península da Juatinga foi uma iniciativa de sistematização de tecnologias sociais que partiu de uma demanda comunitária e adotada pelo projeto de extensão Raízes e Frutos (Giácomo, Pereira e Mie, 2016). O projeto Raízes e Frutos tem sido uma relevante experiência de pesquisa-ação, a partir da extensão territorializada, entre a academia e movimentos sociais de povos originários no sudeste brasileiro (Souza Marinho, 2020).

A experiência sistematizada diz respeito a uma série de práticas tradicionais que acontecem na Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REJ), maior território protegido, e contínuo, onde habitam comunidades caiçaras no estado do Rio de Janeiro (Soares, 2019). Nesse território, o projeto atua em uma série de interações culturais, acadêmicas e transdisciplinares, sempre em favor da garantia da sociobiodiversidade e da salvaguarda dos povos originários que ali vivem, produzindo conhecimento acadêmico e ações de fortalecimento político das populações pela permanência do seu território e do seu modo de vida (Giácomo, Pereira e Mie, 2016).

O objetivo da sistematização foi resgatar e (re)valorizar os saberes e o patrimônio cultural caiçara, visando a garantia do direito à autonomia dessas comunidades. A série Memórias e Práticas adota as perspectivas da agroecologia e da gestão

comunitária enquanto ferramentas fundamentais para o reconhecimento e aprimoramento das relações entre a cultura caiçara e a gestão dos ecossistemas e territórios onde habitam (Giácomo, Pereira e Mie, 2016).

ii) Ações Sistematizadas

O conjunto de ações e práticas tradicionais dos caiçaras desse trecho do litoral estão associados à pesca, devido sua importância econômica e social. Entretanto, os conhecimentos dessas comunidades abrangem também seu estilo de vida e seu bem viver.

> Parte dos saberes acumulados ainda é conservada por um considerável número de caiçaras, mesmo aqueles que migraram para as áreas urbanas, embora algumas das práticas correspondentes se tornem menos presente, sendo mantidas por um número cada vez menor de caiçaras. Os conflitos fundiários e ambientais, o turismo, o maior contato com os valores urbano-industriais, entre outros fatores, contribui para alterar as formas de reprodução social dessas comunidades, colocando em risco o patrimônio cultural acumulado. (Giácomo, Pereira e Mie, 2016, p. 19)

A política de criação dos parques, Unidades de Conservação de Proteção Integral, causou muitos conflitos em toda a região devido às restrições em relação ao uso dos recursos naturais e aos seus direitos territoriais (Machado, 2019), restrições essas que impedem que os comunitários pesquem, cultivem e extraiam da mata espécies animais e vegetais inerentes aos seus modos de vida em consonância com a preservação do ambiente natural. Perante diversas ações de exclusão, opressão e perda de direitos e de manter suas atividades cotidianos de interação

com a natureza, as lideranças locais se articularam junto ao Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), que apresentou ao Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA) o pedido de criação de uma Unidade de Uso Sustentável, com a proposta de redefinir 100% da área da Reserva Ecológica da Juatinga (REJ) como Reserva de Desenvolvimento Sustentável Caiçara (RDS Caiçara), já que atualmente não há legislação específica que regule a demarcação de seus territórios tradicionais e um plano de manejo territorializado (Soares, 2019).

Assim, para resguardar essas práticas, foi realizada uma longa pesquisa junto com a comunidade da Cajaiba com protagonismo dos comunitários apontando quais tecnologias deveriam ser sistematizadas. Após longa pesquisa em conjunto com as lideranças locais, foram elencadas as seguintes práticas que foram sistematizadas em formato audiovisual e em publicações físicas. O livro principal de memórias e práticas sistematiza as seguintes tecnologias sociais: o pau-a-pique, o telhado de sapê, a farinha de mandioca, a esteira de taboa, a feitura de balaio de cipó traçado, a canoa de um pau só e remo, o arrasto de praia e o cerco de pesca. Todas essas práticas foram sistematizadas também em vídeo pela equipe de voluntários da ECO/UFRJ e ilustrada no livro principal de maneira a registrar o passo a passo da feitura de cada uma das técnicas, suas particularidades e o universo descritivo que cada comunitário relatou acerca das tecnologias (Giácomo, Pereira e Mie, 2016).

Além do livro principal e da série audiovisual, foi executado no mesmo edital outros 3 fascículos da série. O primeiro foi a publicação do catálogo etnobotânico do sistema agroflorestal do Mestre Altamiro dos Santos, elaborado em parceria com o INEA (Pellucci, 2015). O segundo foi um livro sobre a história

ambiental dos caiçaras da península, que narra o histórico de ocupação indígena da região pelos povos Sambaqueiros (Soares, 2016). O terceiro e último trata-se da reedição de uma antiga publicação do projeto de extensão, o livro intitulado *As plantas medicinais do Pouso da Cajaíba*, escrito em parceria com a comunidade do Pouso, uma publicação que contém receitas medicinais e sistematiza a transmissão oral do conhecimento sobre as ervas da região (Sagnori, 2010).

iii) Participação social

O projeto "Memórias e Práticas Caiçaras da Península da Juatinga" foi elaborado junto aos mestres do saber tradicional caiçara da região da Península da Juatinga. As publicações e a série audiovisual são resultados de um trabalho coletivo que durou dois anos, a partir da elaboração de um projeto prévio, submetido ao edital PROEXT/MEC 2013 e 2015, principal fonte de financiamento para a execução da proposta (Giácomo, Pereira e Mie, 2016).

> Para o levantamento de informações e a obtenção de material audiovisual sobre as memórias, saberes e práticas caiçaras, além da longa vivência na região da Juatinga, podemos acrescentar a pesquisa bibliográfica sobre a cultura caiçara, a comunicação à distância com os mestres e/ou suas famílias e as visitas preliminares que culminaram, posteriormente, com a realização de um trabalho de campo principal, geralmente em torno de três dias, para a realização de uma atividade prática, guiada e executada pelos mestres locais com a participação de integrantes do Raízes e Frutos e a equipe de audiovisual voluntária da ECO UFRJ, sobre cada uma das práticas caiçaras elencadas pelo projeto de extensão junto aos mestres do saber local. (Giácomo, Pereira e Mie, 2016, p. 19)

O material reunido foi analisado e tratado nos meses seguintes, resultando em vídeos e em uma série de livros, nos quais buscou-se privilegiar o vocabulário caiçara e uma redação simples, tendo em vista que o público é a própria comunidade da Juatinga.

iv) Aprendizados e Desafios

O conjunto de saberes e práticas sistematizado é uma amostra do patrimônio cultural caiçara das comunidades da Península da Juatinga. A caça, a culinária, as manifestações culturais, como a ciranda, os bailes e a contação de histórias também são elementos fundamentais da identidade e da cultura caiçara (Giácomo, Pereira e Mie, 2016).

O grande desafio ao qual essa sistematização se propôs foi o de elaborar um material que expresse parte desse patrimônio e contribuiria para seu reconhecimento e valorização. A salvaguarda da cultura imaterial caiçara é essencial para que as políticas sociais e ambientais tragam justiça social, conservando ecossistemas diversos e o modo de vida dos povos, por meio da preservação de suas práticas de bem viver e a garantia dessas comunidades em seus territórios.

Aspectos do contexto atual, como a implementação de leis ambientais em desacordo com o modo de vida das comunidades, podem colocar em risco a manutenção dessas práticas e conhecimentos (Soares, 2019). Portanto, sistematizar suas práticas e experiências é criar condições para a reprodução cultural dessas comunidades e para a permanência em seus territórios por meio da visibilidade e disseminação dos atravessamentos que acontecem ali (Giácomo, Pereira e Mie, 2016). Ainda, fazê-lo em acordâncias com as comunidades, promovendo seu protagonismo no processo e inclusive podendo promover livros em

que os mesmos também sejam autores, mesmo que pela via oral.

SANEAMENTO ECOLÓGICO NA COMUNIDADE CAIÇARA DA PRAIA DO SONO: UMA AÇÃO SISTEMATIZADA EM TRÊS ATOS.

i) Contexto e origem

A ação de saneamento ecológico na comunidade caiçara da Praia do Sono é uma experiência pioneira na implementação de instalações sanitárias baseadas nos conceitos da bioconstrução, utilizando tecnologias territorializadas, e com participação comunitária, na região do município de Paraty. Cabe ressaltar que esse é apenas um dos braços de atuação do OTSS que tem o intuito de promover políticas públicas territorializadas no campo do: saneamento ecológico, agroecologia, educação diferenciada, turismo de base comunitária, pesca artesanal, justiça sócio-ambiental, dentre outras bandeiras.

A parceria interinstitucional FCT/OTSS não apenas debruçou-se sobre a demanda por saneamento básico da Praia do Sono, como também frutificou ações similares em outras comunidades com outras experiências e tecnologias sociais de manejo adequado de resíduos hidrossanitários (Machado *et al.* 2021).

A sistematização do processo foi elaborada pelo engenheiro químico, mestre em engenharia ambiental e doutor em psicossociologia de comunidades e ecologia social Gustavo Machado, pesquisador e assessor técnico do OTSS na época (Gallo, Nascimento, 2019), que atuou ativamente em campo durante a implementação desse projeto pioneiro na Comunidade do Sono. O diferencial do projeto foi a partir de uma pesquisa-ação desenvolver e discutir o mesmo junto a Prefeitura Municipal de Paraty, a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), a Fiocruz, o FCT, o Comite de Bacia Hidrográfica da Baia da Ilha Grande, o INEA, a

comunidade caiçara da Praia do Sono e demais atores locais interessados, com encontros mensais para ouvir os diversos atores locais e conciliar interesses para desenvolvimento do projeto. Machado foi responsável pela sistematização da experiência em três publicações: 1) cartilha Caminhos e Cuidados com as Águas (Machado *et al.,* 2021); 2) tese de Doutorado sobre a experiência do saneamento na EICOS UFRJ (Machado, 2019)); e 3) livro intitulado "Somos Natureza" (Machado, 2022), conjunto de publicações que sistematiza a implementação do saneamento ecológico na comunidade de diferentes formas.

ii) Ações Sistematizadas

O projeto do OTSS tem várias publicações a partir de suas atuações. Aqui nesse estudo nosso foco é o campo do saneamento. A principal ação sistematizada nas três publicações foi a experiência do Saneamento Ecológico na Comunidade da Praia do Sono, com a metodologia da pesquisa-ação. O guia "Caminhos e Cuidados com as águas – faça você mesmo seu sistema de saneamento ecológico", o primeiro a ser idealizado, partiu da intenção da equipe de Saneamento Ecológico do OTSS em disseminar a experiência do Sono para atores locais e demais comunidades da região (Machado *et al.,* 2021). O guia possui uma redação simples, uma linguagem acessível e inúmeras ilustrações que explicam o passo a passo das técnicas hidrossanitárias. Cabe ressaltar que o Guia tem a autoria da equipe do projeto contendo tanto comunitários quanto acadêmicos como co-autores. Ainda, ao fim da escrita, o texto foi apresentado também a todos os atores locais, em uma oficina coletiva, para mudar a redação, as palavras e pensar desenhos permaculturais, que pudessem explicar as informações graficamente, para ter maior alcance nas comunidades. Assim, foi realizado todo um processo participativo para execução e elaboração do Guia.

A tese em psicossociologia intitulada “Saneamento Ecológico: uma abordagem integral de pesquisa-ação aplicada na comunidade caiçara da Praia do Sono em Paraty-RJ” foi um trabalho acadêmico, mas que trouxe para dentro do Instituto de Psicologia da UFRJ uma abordagem do social e da subjetividade nos aprendizados e desafios de uma experiência de solução tecnológica a partir da participação social para a promoção da saúde.

O livro “Somos Natureza” apresenta uma sistematização da experiência citada de um ponto de vista pessoal, com uma redação simples e num formato menos acadêmico, na primeira pessoa. O autor relata como a implementação do saneamento transformou, não só o ecossistema e a vida das pessoas, mas a ele próprio, sobretudo por meio da experiência, do diálogo, dos saberes, dos afetos e das amizades construídas durante o processo. O livro propõe uma reflexão, a partir de perguntas e de relatos de experiência, para que os leitores possam repensar suas práticas, assim buscando promover mudanças nos acadêmicos e engenheiros, a partir de uma reflexão constante em cada capítulo e de apresentar os desafios e erros do projeto ao longo do processo, integrando partes que não foram apresentadas na tese.

iii) Participação social

A parceria FCT/OTSS promoveu a participação comunitária no processo de implementação do saneamento, conforme a experiência de quatro lideranças, três caiçaras que formaram parte da equipe que atuou no projeto: 1) Jadson do Santos, liderança da Praia do Sono; 2) Francisco Ticote Xavier Sobrinho, da praia do Pouso da Cajaíba, e fundador do FCT e do Instituto de Permacultura e Educação Caiçara (IPECA), 3) Marcela Cananea, liderança da Praia do Sono, 4) Laura Santos, liderança quilombola do Campinho da Independencia.

Todos tiveram importante participação, não só mobilizadora, mas também atuando na assessoria técnica e na escolha do processo construtivo dos módulos construídos. De certa forma, Jadson e Ticote estiveram mais presentes e ocuparam o papel de mestres do saber viver caiçara. Conforme relatou Machado (2022), Jadson e Ticote contribuíram para o entendimento de como é fácil falar teoricamente de ecologia dos saberes, mas como na prática é difícil reconhecer a notoriedade popular e ao mesmo tempo colocar a contribuição acadêmica de maneira ativa.

Ticote, enquanto permacultor caiçara, contribuiu para desvendar os processos construtivos com uma abordagem sempre confiante de que daria certo, apesar das inseguranças apontadas pelo corpo acadêmico em relação às normas e paradigmas existentes na execução de obras públicas. Jadson, como presidente da associação de moradores da Praia do Sono, contribuiu para a articulação local, mas vale ressaltar a sua contribuição na disseminação da desconstrução simbólica sobre a destinação do esgoto, que não mais é tratado como algo a ser evitado como em sistemas de saneamento convencional, e sim como matéria orgânica dentro de um sistema de saneamento ecológico (Machado, 2021).

Já Laura trouxe toda uma desconstrução sobre a palavra águas cinzas e águas negras, refletindo sobre como o esgoto com fezes é apresentado com uma palavra que pode trazer um panorama negativo para a “negritude”. Esse fato, que poderia ser corriqueiro, gerou inúmeros debates e reflexões, mudando como é denominado água negra para “água de sanitário” e águas cinzas (Machado, 2022). Assim, podemos perceber a relevância da participação e protagonismo dos comunitários em

cada etapa do processo, inclusive no momento de nomear as tecnologias e os conceitos.

iv) Aprendizados e Desafios

Existem inúmeros desafios na implementação de uma nova tecnologia em uma comunidade tradicional com participação comunitária. Entretanto, como não havia uma política pública, ou documentos que validassem as tecnologias que estavam sendo aplicadas, ocorreram muitos embates, mas, com o tempo, os tensionamentos entre os pesquisadores e os permacultores foram construtivos.

No livro “Somos Natureza”, Machado (2022) relata que hoje faria muitas coisas diferentes, mas todo processo junto à comunidade foi de muito aprendizado. O grande aprendizado dessa jornada, relata o sistematizador, foi a relevância de compreender a história das pessoas e os atravessamentos das comunidades onde a metodologia de pesquisa-ação é aplicada e que os acadêmicos sempre devem estar com uma escuta aberta para conseguir integrar os aprendizados, história e cultura de cada território. Cabe ressaltar que foi exatamente essa ação realizada pela primeira sistematização de resgatar e fortalecer a cultura do território da Pouso da Cajaiba.

CONCLUSÃO

Este artigo conclui que a resposta à pergunta recorrente sobre "Como se deve sistematizar experiências?" é, sem dúvida, “Depende!” A sistematização é um processo dinâmico que envolve uma variedade de passos, ferramentas e técnicas organizadas em torno de um processo participativo, o que permite a adaptação às especificidades de cada contexto. Inspirados pela sabedoria dos povos originários, que nos ensinam sobre a arte de viver e se ajustar às circunstâncias, somos chamados a adotar

uma postura flexível, garantindo que cada processo de sistematização seja moldado às particularidades da experiência em questão, evitando abordagens simplistas ou receitas prontas.

São muitas as questões que devem ser levadas em consideração ao sistematizar experiências, e, sem dúvida, não há respostas prontas. Sistematizar parte da vontade e do ímpeto socializador de partilhar aquilo que transformou o sistematizador. Sistematizar implica em formar instituições ou pessoas críticas e criadoras de novas alternativas e soluções que promovam a saúde e a permanência de territórios culturalmente plurais.

Promover uma prática de sistematizar colabora para a disseminação das experiências e maior conscientização acerca de conceitos de bem viver, alinhados a um futuro sustentável, digno e libertário.

Os casos de sistematização de experiência apresentados neste artigo fortalecem os processos de extensão, pesquisa-ação e ensino. Os arquivos encontram-se disponíveis gratuitamente para download com objetivo de colaborar com pesquisadores/as, assessores/as que estejam dispostos/as a fazer trilhas de resistência ao individualismo capitalista, que fragmenta os saberes e invisibiliza práticas coletivas. E a partir dos dois casos, podemos compreender que em qualquer caso de sistematização de experiência é importante envolver os representantes/lideranças/comunitários daquele projeto / território, para poder ouvir suas vozes, histórias, percepções e conseguir trazer um olhar mais coletivo de cada experiência, seja o processo realizado individualmente ou coletivamente. Assim,

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. **O Bem Viver:** uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.

ADAMS, C. **Caiçaras na Mata Atlântica:** Pesquisa Científica *versus* Planejamento e Gestão ambiental. São Paulo. Annablume Editora e Comunicação, 2000.

ALTAMIRA, F. **La sistematización de experiencias en el Sur y en el Norte:** ¿iguales o diferentes? el proceso del grupo de trabajo de voluntariado de la Congde. Iniciativas de Cooperación y Desarrollo Bilbao, 2003.

DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara**. São Paulo: Hucitec, 2004.

DIEGUES, A. C. O **Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FIRMO, H. T., ALMEIDA E LIMA, T. A MUDAnça Agroecológica: Histórico e Contribuições do Grupo MUDA para o Desenvolvimento Social. Em: HENRIQUES, Flávio Chedid; ADDOR, Felipe; MALINA, André; ALVEAR, Celso Alexandre Souza de (Organizadores). **Tecnologia para o desenvolvimento social:** diálogos Nides-UFRJ. Marília: Lutas Anticapital, 2018. [pp. 209 – 243(] Disponível em: http://nides.ufrj.br/images/Imagens/programas/SOLTEC/Publicacoes/LivroComCapa_BaixaRes.pdf

GALLO, E. Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas, desdobramentos e perspectivas. Capítulo 5: **Territórios Sustentáveis e Saudáveis:** desafios teórico-práticos para o bem viver. FIOCRUZ, Paraty 2019 - p. 96-123, 2021.

GALLO, E.; NASCIMENTO, V. **O território pulsa.** Territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina: Soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. FIOCRUZ - Paraty, 2019.

GIACOMO, M.; PEREIRA, M. V. M.; SOARES, T. M. **Memórias e Práticas Caiçaras da Península da Juatinga.** Rio de Janeiro: ProExt Cultura, 2016.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais**.** In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, p.169-190, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2004.

JARA, O. **Para sistematizar experiências**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2006.

JARA, O. **Revista Estudos do Sul Global** - Cem anos de Paulo Freire: um projeto de esperança, Coletivo Paulo Freire, São Paulo SP, n. 2 / set. 2021.

MACHADO, G. **Saneamento Ecológico:** uma abordagem integral de pesquisa-ação aplicada na comunidade caiçara da Praia do Sono em Paraty. Rio de Janeiro RJ, EICOS UFRJ, 2019. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019_Dout_Gustavo_Carvalhaes-Xavier.pdf

MACHADO, G.; ROALE, C.; SOBRINHO, F.; RUPRECHT, T.; OLIVEIRA F. **Caminhos e cuidados com as águas:** faça você mesmo seu sistema de saneamento ecológico. Rio de Janeiro RJ, FIOCRUZ, 2021. Disponível em: https://issuu.com/otss/docs/v5_finalsiteotss_cartilha_saneament/52

MACHADO, G. **Somos natureza:** soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento local. BAMBUAL, Rio de Janeiro RJ, 2022.

MANSO, J. **O Patrimônio Imaterial da comunidade caiçara do Pouso da Cajaíba e a escola:** Em busca de uma educação diferenciada Paraty, RJ, 2010

MARINHO, R.S. **A atuação do turismo na produção do espaço da comunidade caiçara da Praia do Sono** - Paraty-RJ. Rio de Janeiro: IGEO/UFRJ, 2020.

MATTOS, M.; MIE, T. M. S.; PEREIRA, M. V.; BARRETO, M.; HERTZ, P. S. C.; MOTA, R.; MAYA, T.; PONCIANO, T. B.; LOPES, T. F. R. **Plantas Medicinais do Pouso da Cajaíba.** Rio de Janeiro: ProExt Cultura, 2016.

RIBEIRO, B. G. Prefácio, In: RIBEIRO, B (Ed) **Suma Etnológica Brasileira**. Belém: Ed. Universitária, 1997. 380 p.

RIBEIRO, D. **O povo Brasileiro:** A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995. 476 p.

Santos, Milton. O retorno do territorio. En: OSAL : **Observatorio Social de América Latina.** Año 6 no. 16 (jun. 2005-). Buenos Aires : CLACSO, 2005

SOARES, T. M. S. **É tudo da roça! história ambiental dos caiçaras da península da Juatinga.** Rio de Janeiro: ProExt Cultura, 2016.

SOARES, T.M.S. **Território Caiçara:** diálogos sobre a criação de área protegida de comunidades tradicionais caiçaras. Rio de Janeiro, RJ, 2019

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações.** 2ª ed. São Paulo, 2009.

Resiliência Socioambiental como Tecnologia Social para Mitigação das Mudanças Climáticas: Análise Bibliográfica e Experiências Práticas

Bruno Santos Gonçalves
Júlio César Suzuki

INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm forçado cada vez mais as comunidades e os países vulneráveis a buscar a resiliência devido ao aumento da frequência e à intensidade de eventos extremos e desastres (Haines, 2019). Essas mudanças do clima trazem em seu bojo desastres de diversas tipologias e em distintas partes do globo terrestre, os quais são agravados pelo fato de que cerca de três quartos da população brasileira, que vivem nas áreas afetadas por tais eventos (Batista *et al.*, 2019). Diante disso, as pessoas e as comunidades mais suscetíveis a esses eventos catastróficos tendem a elaborar inovações sociais ou Tecnologias Sociais (TS) para responder ao evento ou realizar a gestão de risco do desastre de forma local, seja com ou sem a participação do poder público.

A resiliência é definida como a capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações, mantendo sua estrutura organizacional e sua produtividade, bem como as capacidades de auto-organização e adaptação a estresses e perturbações (Cabell; Oelo Fse, 2012). Trata-se de uma propriedade emergente da dinâmica de um sistema socioecológico (Adger, 2000). Um agroecossistema resiliente deve permanecer produtivo, mesmo quando confrontado por uma grave seca ou pelo excesso de chuvas.

Segundo Juliano (2013), as TS's têm como vocação possibilitar a emergência de fatores/processos de proteção que culminam em resultados de resiliência individual, familiar e comunitária em situações de vulnerabilidade social e ambiental, por provocarem modificação das respostas destes segmentos aos processos de risco. Portanto, sob esta ótica, a busca de soluções para problemas sociais tem um resultado ecológico-sistêmico de fortalecimento dos segmentos populacionais vulnerabilizados, pois gera aprendizagens de todos os envolvidos e resposta protetoras na comunidade, que se apropria deste conhecimento em favor da transformação da condição original de risco.

As vulnerabilidades por si têm forte conexão com os riscos ambientais, o que proporciona a necessidade de fortalecer a resiliência comunitária aos potenciais danos e perdas socioeconômicas e socioambientais. Dessa forma, parte-se do pressuposto de que as TS's podem ser empregadas estrategicamente para que as populações dos países e comunidades com baixo desenvolvimento socioeconômico, e que são mais suscetíveis aos riscos, alcancem, além da resiliência, a transformação social e ambiental.

Dispondo dos contextos presentes, o artigo tem como propósito analisar o conceito de resiliência socioambiental como uma tecnologia social eficaz para mitigar os impactos das mudanças climáticas, por meio de uma abordagem bibliográfica abrangente e da investigação de experiências práticas que demonstrem sua aplicabilidade e efetividade. E dentre os objetivos específicos, podemos retratar a realização da revisão sistemática da literatura científica atualizada sobre o conceito de resiliência socioambiental e tecnologia social, explorando suas principais definições, abordagens teóricas e sua relevância no contexto das mudanças climáticas; e compreensão dos estudos de

caso e projetos práticos que tenham implementado estratégias de resiliência socioambiental como tecnologia social, identificando suas características, metodologias e resultados obtidos em termos de adaptação às mudanças climáticas;

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

As alterações ao ambiente se intensificaram a partir da revolução industrial no século XIX, gerando a necessidade de reestruturações no espaço expressas pelo processo de urbanização, fazendo com que as atividades deixassem de ser predominantemente agrícolas e possibilitando novas atividades produtivas, tornando necessária a capacitação da mão de obra inserida na comunidade local e, ainda, o aprimoramento da técnica por meio de métodos científicos e tecnológicos almejando a obtenção de novos conhecimentos, inserindo o indivíduo à nova realidade, tornando-o apto a tomar decisões diante das novas questões do cotidiano (Diegues, 2001).

Tecnologia social é "um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para a inclusão social e melhoria das condições de vida" (ITS, 2007, p. 12). Tais técnicas visam o desenvolvimento sustentável a partir de fatores importantes, como protagonismo social, cuidado ambiental, solidariedade econômica, respeito cultural, trabalho e renda e educação. Para se classificar como tecnologia social, o método, metodologia ou instrumento precisa ser simples, de baixo custo, de fácil aplicabilidade e capaz de gerar impacto social.

Para o Instituto de Estudios del Hambre (IEH, 2008, 2009), seu potencial se dá, sobretudo, ao nível da adaptação, ajudando as populações vulneráveis com técnicas, produtos ou

procedimentos que contribuem para diminuir as consequências das alterações climáticas nos seus modos de vida. A organização afirma que as TS diminuem a vulnerabilidade, aumentam a resiliência e moderam os riscos dos impactos negativos. Entre os exemplos de TS capazes de auxiliar na adaptação, menciona: (i) as tecnologias para captação e armazenamento da água das chuvas (ex.: cisternas, reservatórios que podem recolher água durante períodos de chuva aumentando a sua disponibilidade para consumo humano, animal ou mesmo para pequenas hortas; pequenas barragens de superfície, que retêm a água das chuvas não permitindo infiltrações, garantindo, assim, seu armazenamento sobretudo para consumo animal e irrigação); sistemas de captação de água em telhados); (ii) tecnologias para captação e armazenamento da água subterrânea (ex.: barragens subterrâneas, que conservam a água do subsolo mediante uma barragem em profundidade cavada até a camada impermeável do solo; sistemas de bombeio tradicionais, que bombeiam a água retida em poços através da força humana, animal ou do vento); (iii) tecnologias para tratamento da água para consumo (ex.: dessalinizador solar); (iv) tecnologias para tratamento de dejetos humanos sem uso de água (ex.: latrinas secas); (v) práticas agroecológicas (permitem, através de técnicas e conhecimentos tradicionais, uma melhor gestão dos recursos através de práticas que reduzem a evapotranspiração, a erosão e melhoram a fertilidade dos solos); e (vi) participação e mobilização comunitária (ações de sensibilização ou capacitação, e planejamento local para a gestão de riscos).

Segundo Pesce (2005, p. 436), pode-se compreender resiliência como “o conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que possibilitam o desenvolvimento de uma vida sadia, mesmo vivendo em um ambiente não sadio”. Novamente fica

perceptível o enfoque nos processos que resultam da combinação entre os atributos da pessoa ou grupos e seu ambiente familiar, social e cultural.

Deste modo, a resiliência não pode ser pensada como um atributo que nasce com o sujeito, nem meramente adquirido durante seu desenvolvimento. São processos interativos entre a pessoa e seu meio, considerados como variações individuais em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experenciados de formas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do indivíduo (Rutter, 1987; Yunes, 2001).

Para Walker e Salt (2012), um sistema pode ser ambientalmente resiliente, mas não socialmente desejável, e vice-versa. Da mesma forma, Hayward (2013) observa que a resiliência pode atuar como um poderoso motivador para viver de forma sustentável, estimulando a consciência dos limites ecológicos que a sociedade enfrenta. A resiliência dessa maneira é usada para comunicar situações de degradação ambiental e limites dos recursos existentes em determinado sistema ou comunidade (Cretney, 2014).

Wehbe *et al.* (2005) observaram que as mudanças ambientais em populações agrícolas não conseguem suportar determinados eventos adversos, e não possuem estruturas para tanto. Nesse caso, estão propícios a vulnerabilidade. Logo, estão afetados seus recursos e evitando sua sustentabilidade a longo e médio prazo.

Segundo Nicholls *et al.* (2015), para que um sistema socioecológico apresente maior poder de resiliência e menor vulnerabilidade frente as mudanças, principalmente no clima, devem ser adotadas medidas agroecológicas mais radicais como: diversificação dos agroecossistemas na forma sempre de policultivos

(diversidade produtiva), sistemas agroflorestais e sistemas integrados de lavoura e pecuária, acompanhadas de manejos orgânicos do solo e de práticas de conservação da água, da agrobiodiversidade e de constituição de estoques de recursos. Além destas abordagens, os autores salientam também que atividades agrícolas de países (principalmente os de baixa latitude) sofrerão os maiores impactos advindo das mudanças no clima global.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo proposto neste trabalho e para conhecer as ferramentas utilizadas para a resiliência socioambiental em frente as mudanças climáticas, utilizou-se, primeiramente, o procedimento técnico da revisão de literatura, o qual possui basicamente duas perspectivas: (a) revisões de tópicos que possuem conhecimento acumulado, que requerem análise e síntese; e, (b) revisões de assuntos emergentes, cuja contribuição é a exposição de fundações teóricas potenciais (Webster; Watson, 2002).

Dessa forma, utilizou-se dois tipos de revisão de literatura, conforme ressaltam Cronin *et al.* (2008): (a) revisão narrativa ou tradicional da literatura; e, (b) revisão sistemática da literatura. O primeiro tipo sumariza a literatura, embora não deixe explícito ao leitor os critérios utilizados para a seleção das fontes. Já a revisão sistemática, utilizada na segunda parte desse artigo, usa uma abordagem bem definida para revisar a literatura, seguindo um protocolo para selecionar e analisar as fontes (Cronin; Ryan; Coughlan, 2008).

No caso da revisão sistemática da literatura, esta é extensivamente utilizada no campo da Medicina em testes clínicos (De-La-Torre-Ugarte-Guanilo; Takahashi; Bertolozzi, 2011;

Higgins; Green, 2011). No campo das Ciências Sociais, este tipo de procedimento é relativamente recente (Velamuri; Neyer; Möslein, 2011). Cronin *et al.* (2008) propuseram um protocolo de revisão sistemática baseado naquele utilizado na área de Medicina e proposto por Higgins e Green (2011), envolvendo as seguintes etapas:

a) Formulação da questão de pesquisa;
b) Definição de um conjunto de critérios de inclusão e exclusão;
c) Seleção e acesso da literatura;
d) Avaliação da qualidade da literatura incluída na revisão; e,
e) Análise, síntese e disseminação dos resultados.

Assim, com base neste protocolo, a síntese dos procedimentos desta pesquisa ficou dividido da seguinte forma: 34 artigos foram mapeados entre as fontes Capes Periódicos, Periódicos USP e os artigos enviados pelos professores no decorrer da Disciplina Tecnologia e Território na América Latina - PROLAM. Dentre esses, 06 artigos foram encontrados após critérios de inclusão e exclusão, tendo o enfoque da resiliência socioambiental e mudanças climáticas foram 02 artigos e para o enfoque das ferramentas e suas interações foram 05 artigos selecionados.

Nesta seção apresenta os resultados dos artigos selecionados para a análise, considerando-se o protocolo de revisão sistemática. Desse modo, foram evidenciados os principais critérios abordados para seleção. No quadro a seguir, tem-se a relação de artigos selecionados no presente estudo, dando ênfase aos títulos, autores, ano da pesquisa relatada e o enfoque temático:

Quadro 1: Resultado da Revisão Sistemática

TÍTULO	AUTORES	ANO	ENFOQUE
Tecnologias sociais de convivência com o semiárido baiano: estratégia para a governança global do clima	*Andréa Cardoso Ventura*	2013	Experiências e Práticas
Rede família: tecnologia social e seu diálogo com a promoção de resiliência comunitária e a educação ambiental	*Maria Cristina Carvalho Juliano*	2013	Experiências e Práticas
Tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável: um estudo em comunidades rurais do território mato grande potiguar	*Paulo Ricardo Cosme Bezerra*	2021	Experiências e Práticas
Tecnologias sociais para a sustentabilidade	*Soraya Giovanetti El-Deri (Org.)*	2016	Análise Bibliográfica
Tecnologias sociais para ações de gestão de risco em desastres: uma revisão de escopo	*Thais da Silva Kneodler, Ester Souza da Silva, Débora Fernanda Haberland, Thiago Augusto Soares Monteiro da Silva, Alexandre Barbosa de Oliveira*	2022	Análise Bibliográfica
Tecnologia social em busca do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar: um estudo de caso sobre as casas de sementes comunitárias do município de Crato	*Silvério de Paiva Freitas Júnior, Tainara Gomes Martins Jácome, Ana Paula Candido Gabriel Berilli, Flávia Nicácio, Cícero Cordeiro Pinheiro, Maria das Dores Amaro dos Santos*	2021	Experiências e Práticas

EXPERIÊNCIAS E PRÁTICAS

ESTUDO DE CASO: CASAS DE SEMENTES COMUNITÁRIAS DO MUNICÍPIO DE CRATO

No município de Crato-CE foram identificadas sete Casas de Sementes Comunitárias, dessas três ativas e quatro inativas. Entre as contribuições das Casas de Sementes Comunitárias para o desenvolvimento sustentável foram observadas à preservação da agrobiodiversidade, a autonomia dos agricultores, a segurança alimentar, o coletivismo, a valorização dos conhecimentos e saberes populares e o desenvolvimento econômico das comunidades (Freitas; Jácome; Berilli; Nicácio; Pinheiro; Santos, 2021)

Enfatizando para a tecnologia social, segundo Assunção e Severino (2015) conceituam as Casas de Sementes Comunitárias (CSC) como aquelas que visam promover a sustentabilidade da agricultura familiar através do fortalecimento do intercâmbio de variedades tradicionais e as respectivas informações sobre o seu cultivo e uso, entre as famílias de agricultores.

ESTUDO DE CASO: REDE FAMÍLIA

A metodologia desenvolvida pela experiência Rede Família fomenta a coesão social, a formação de redes de apoio social e afetivo, fortalece os vínculos existentes nos territórios de vida das pessoas, sua família e comunidade, auxilia na superação das crises comuns aos ciclos da vida e encontra-se na esteira contra-hegemônica ao individualismo do mundo contemporâneo, quando propõem a formação de redes de cooperação para solucionar problemas sociais a partir de um foco e de uma missão comum, gerando aprendizagens e mudanças culturais que facilitarão a superação de adversidades (Juliano, 2013).

A experiência Rede Família surge para solucionar um problema de exclusão social de segmentos populacionais, que tem raízes em questões sociais, que não são exclusivas de um indivíduo, de uma família, mas de uma parcela da sociedade, que tem correspondência com os modos de vida vigentes. A proposta desta é um caminho inverso, o fortalecimento e a ampliação das redes de apoio social e afetiva. Isto promove resiliência comunitária, tendo em vista que a superação das adversidades depende, além das características individuais e grupais, da existência de fatores de proteção. Esta metodologia, ao propor a formação de redes de cooperação cuja missão é o fortalecimento de núcleos familiares, produz o fortalecimento dos vínculos sociais, a proliferação das “áreas cinzentas” nomeadas por

Bauman, os territórios de vida, onde as leis do mercado não conseguem suplantar a solidariedade (Juliano, 2013).

A tecnologia social sob análise também concorre como fator de proteção que promove resiliência as famílias afetadas por crises, auxiliando-se no enfrentamento dos problemas, proporcionando recursos sociais e econômicos, espaços de diálogo, construção de saberes e alternativas.

ESTUDO EM COMUNIDADES RURAIS DO TERRITÓRIO MATO GRANDE POTIGUAR

As tecnologias sociais surgem como uma ferramenta para o alcance do desenvolvimento sustentável do Território Mato Grande, que combina o desempenho econômico, social e ambiental e busca satisfazer as necessidades humanas e gerir qualidade de vida enquanto reduzem progressivamente os impactos ambientais e a intensidade do uso de recursos ao longo do seu ciclo. Elas são um importante fator de vantagem competitiva para os pequenos produtores rurais, já que permitem a melhoria dos processos produtivos pela aplicação de tecnologias limpas, modificações do processo, adoção de novas práticas gerenciais, redução de custos, diminuição de desperdícios, aumento da qualidade dos produtos, melhor aproveitamento do capital investido, melhoria contínua do processo e estímulo ao crescimento (Bezerra, 2021).

No tocante às hipóteses do estudo propostas, duas foram invalidadas e constatou-se que os parques eólicos não contribuem para o desenvolvimento social, ambiental e econômico do Território Mato Grande; a construção das tecnologias sociais contribui para o processo de adaptação do produtor rural, promovendo o uso da terra e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais do Território Mato Grande; e as tecnologias

sociais não contribuem para o desenvolvimento de negócios de impacto social (Bezerra, 2021).

ESTUDO DE CASO: TECNOLOGIAS SOCIAIS DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO BAIANO

Tendo como base os resultados identificados nas análises documental e de estudos de caso, é possível afirmar-se o grande potencial que apresentam as TS no semiárido baiano para incidir na luta contra a mudança climática, ao mesmo tempo em que melhoram as condições de vida das pessoas que vivem nas áreas de influência dos projetos analisados. Desta forma, entende-se como necessária e importante à sua inclusão no rol de estratégias a serem adotadas pela Política Nacional de Mudanças Climáticas brasileira, por meio da criação de seus novos planos setoriais, bem como da revisão dos planos já existentes, assim como no Plano Nacional de Adaptação, em fase de elaboração. Paralelamente, acredita-se nesta mesma necessidade no que tange à Política Baiana de Mudanças Climáticas, através do Plano Estadual sobre Mudança do Clima, ainda em elaboração, que deverá conter ações de adaptação e de mitigação (Ventura, 2013).

COMPREENSÃO DOS ESTUDOS DE CASO E PROJETOS PRÁTICOS

A revisão sistemática da literatura sobre resiliência socioambiental e tecnologia social visa explorar as definições e abordagens teóricas que destacam a relevância dessas no enfrentamento das mudanças climáticas. Assunção e Severino (2015) introduzem o conceito de Casas de Sementes Comunitárias (CSC) como uma ferramenta para a sustentabilidade da agricultura familiar, promovendo o intercâmbio de variedades tradicionais. A metodologia da Rede Família, por sua vez, fortalece redes de apoio social e afetivas, promovendo resiliência comunitária ao

priorizar a cooperação social sobre as dinâmicas de mercado, como descrito anteriormente por Bauman. Esses conceitos fornecem um arcabouço teórico crucial para entender como as tecnologias sociais podem contribuir para a adaptação e mitigação diante das adversidades climáticas e sociais.

Nos estudos de caso, destaca-se que as tecnologias sociais implementadas em regiões como o Território Mato Grande e o semiárido baiano têm demonstrado potencial para promover a sustentabilidade local. Bezerra (2021) afirma que as tecnologias sociais não apenas contribuem para a adaptação dos produtores rurais, no entanto, também promovem o uso sustentável da terra, embora não se tenha verificado impacto significativo no desenvolvimento de negócios sociais. Ventura (2013) sugere a inclusão dessas tecnologias nas políticas climáticas brasileiras e baianas, sublinhando seu papel na melhoria das condições de vida e no enfrentamento da mudança climática. Esses projetos práticos fornecem evidências concretas da eficácia das estratégias de resiliência socioambiental, mostrando que metodologias baseadas em cooperação e solidariedade podem oferecer soluções eficazes e sustentáveis.

Certamente, não se pode ignorar a possibilidade de inclusão das TS como uma nova opção tecnológica que viria a ser incorporada nos mercados de carbono (lembrando-se que os fogões ecoeficientes, os biodigestores, bem como projetos na área de preservação florestal e sistemas agroflorestais já são utilizados nos mercados voluntários de carbono, mas que muitos dos projetos identificados neste sentido não incorporam o conhecimento local, não podendo ser caracterizados como TS). Esta possível incorporação está ligada à inevitável revisão das regras e mecanismos que pautam estes mercados, diante das diversas críticas existentes e das negociações em andamento

por conta do encerramento da vigência do Protocolo de Kyoto (Ventura, 2013).

Diante dos resultados encontrados na presente pesquisa, afirma-se a necessidade de um olhar especial para TS desenvolvidas ao redor do mundo, realizadas no âmbito do movimento em prol de "tecnologias alternativas". Considerando-se que as regiões semiáridas do mundo, já castigadas por pobreza e desigualdades, estão entre as mais vulneráveis às mudanças climáticas, torna-se urgente pensar em soluções que integrem a minimização dos impactos do aquecimento global e a promoção de desenvolvimento sustentável. Considerando-se que C,T&I são considerados elementos indispensáveis para a solução dos principais problemas globais que assolam a humanidade – entre eles as mudanças climáticas e as desigualdades socais -, e diante da constatação cada vez mais veemente de que tecnologias são construtos sociais que dependem de aceitação e capacitações locais para sua efetiva implementação, é necessário incorporar este tipo de tecnologia no rol de possíveis alternativas a serem adotadas em âmbito global, mas nunca perdendo o olhar para o local onde serão implementadas (Ventura, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A resiliência socioambiental é uma abordagem cada vez mais relevante e necessária diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A proposta reflete a crescente compreensão de que a adaptação e a mitigação das mudanças climáticas não podem ocorrer apenas através de estratégias tecnológicas isoladas. Ao contrário, requerem a integração de fatores sociais, econômicos e ambientais para enfrentar eficazmente os impactos cada vez mais intensos e imprevisíveis dessas mudanças.

A análise bibliográfica proposta proporciona uma base sólida para compreender a extensão do conhecimento acumulado sobre resiliência socioambiental e da tecnologia social e suas aplicações práticas no contexto das mudanças climáticas. Essa análise pode revelar abordagens multidisciplinares, lições aprendidas de experiências anteriores e lacunas a serem preenchidas por futuras pesquisas e intervenções. E as experiências práticas mencionadas são igualmente cruciais, pois destacam a necessidade de traduzir teorias em ações tangíveis e efetivas. Elas podem variar desde iniciativas comunitárias até políticas governamentais, enfocando a criação de sistemas socioambientais robustos e adaptativos que possam enfrentar choques climáticos e promover o bem-estar humano a longo prazo.

A convergência entre a análise bibliográfica e as experiências práticas pode fornecer insights valiosos para moldar estratégias futuras. Ao identificar tecnologias e padrões emergentes, identificar melhores práticas e compreender desafios persistentes, a abordagem proposta no artigo pode catalisar a inovação e a colaboração em um momento crítico para o nosso planeta, que anda em desequilíbrio.

No entanto, a premissa do equilíbrio, devido ao seu caráter funcionalista, não resiste ao aprofundamento da análise econômica e vem sendo substituída, por parte da literatura, pela ideia de capacidade adaptativa, muito mais profícua para o estudo da dinâmica regional. As regiões resilientes seriam, portanto, aquelas melhor adaptadas à mudança, menos vulneráveis à turbulência e aos choques externos e com respostas mais rápidas para evitar colapsos socioeconômicos.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. M. Social and ecological resilience: are they related. **Prog Hum Geogr** September N. 24, p.347-364, 2000.

ASSUNÇÃO, G. P; SEVERINO, M. R. Análise dos relatos de tecnologias sociais implementadas no Estado de Goiás para o desenvolvimento do empreendedorismo social. **[Anais]** XXXV ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUCAO Perspectivas Globais para a Engenharia de Produção Fortaleza, CE, Brasil, 13 a 16 de outubro de 2015.

BATISTA F.; PINHEIRO E.; FERENTZ L. *et al.* Desastres biológicos e sua relação com a saúde coletiva: Uma análise dos artigos publicados no estado do Paraná. **Ciênc. saúde coletiva**, 2019.

BEZERRA, P. R. C. **Tecnologia sociais para o desenvolvimento sustentável:** um estudo em comunidades rurais do território Mato Grande Potiguar. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Biociências. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente / PRODEMA. Natal, 150 p., 2021.

CABELL, J. F., OELO FSE, M. An indicator framework for assessing agroecosystem resilience. **Ecology and Society** N 17(1), p. 18, 2012.

CRETNEY, R. Resilience for Whom? Emerging Critical Geographies of Socioecological Resilience. **Geography Compass.** 8,9, 627–640, 2014.

CRONIN, P; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. **British Journal of Nursing**, n. 17, v. 1, 38-43, 2008.

DIEGUES, A. C. S. As populações tradicionais: conflitos e ambiguidades. *In*: DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001. p. 75-97.

FREITAS J. S. de P.; JÁCOME, T. G. M.; BERILLI, A. P. C. G.; NICÁCIO, F.; PINHEIRO, C. C.; SANTOS, M. das D. A. dos. Tecnologia social em busca do desenvolvimento sustentável da agricultura familiar: um estudo de caso sobre as casas de sementes comunitárias do município de Crato. **Revista IFES Ciência**, Volume 7, Número 3, páginas 01-26, 2021.

HAINES A.; EBI K. **The imperative for climate action to protect health**. N Engl J Med, 2019.

HAYWARD, B. M. Rethinking resilience: reflections on the earthquakes in Christchurch, New Zealand, 2010 and 2011. **Ecology and Society.** 18, 4, 2013.

HIGGINS, J. P. T.; GREEN, S. **Cochrane handbook for systematic reviews of interventions. Version v. 5**, 2011. Disponível em: https://handbook-5-1. cochrane.org/. Acesso em: jun. 2018.

INSTITUTO DE ESTUDIOS DEL HAMBRE (IEH). **Boletim Temático sobre Tecnologias Sociais.** Tema 1. Tecnologias Sociais e Alterações Climáticas. IEH. No. 1, junho de 2008. Disponível em <http://www.ieham.org/html/docs/Boletim_TS_1_PT.pdf>. Acesso em 23 jun. 2023

INSTITUTO DE ESTUDIOS DEL HAMBRE (IEH). **Boletim Temático sobre Tecnologias Sociais.** Tema 4. Água para o Consumo Humano. IEH. No. 4, junho de 2009. Disponível em <http://www.ieham.org/html/docs/Boletin_Agua_ES.pdf>. Acesso em 23 jun. 2023.

ITS. **Caderno tecnologia social**: conhecimento e cidadania. São Paulo: Instituto de Tecnologia Social, 2007.

JULIANO, M. C. C. **Rede Família:** uma Tecnologia Social e seu diálogo com a promoção de Resiliência Comunitária e a Educação Ambiental. Tese (doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande, Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, 216 p., 2013.

NICHOLLS, C. *et al.* Agroecologia e o desenho de sistemas agrícolas resilientes as mudanças climáticas. **Agriculturas**: experiências em agroecologia. n. 2, jan. 2015.

VELAMURI, V. K.; NEYER, A.-K.; & MÖSLEIN. **Hybrid value creation:** a systematic review of an evolving research area. **Journal für Betriebswirtschaft**, 2011.

VENTURA, A. C. **Tecnologias sociais de convivência com o semiárido baiano:** estratégia para a governança global do clima. Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 243 p., 2013.

WALKER, B.; SALT, D. Resilience practice: building capacity to absorb disturbance and maintain function. Washington DC: **Island Press**. 2012.

WEBSTER, J.; WATSON, J.T. Analyzing the past to prepare for the future: writing a literature review. **MIS Quarterly & The Society for Information Management**, v.26, n.2, pp.13-23, 2002.

WEHBE, M. *et al.* Social Methods for Assessing Agricultural Producers: Vulnerability to Climate Variability and Change Based on the Notion of Sustainability. **AIACC Working Paper**, n. 19, sep. 2005.

Parte 2
Território e comunidades tradicionais

Território, Disputa e Memória Diaspórica no Brasil

Loren de Souza Almeida
Felipe Addor

INTRODUÇÃO

O conceito de território é objeto de estudo e formulações há muitas décadas e segue sendo um campo com múltiplas possibilidades de análise. É um tema que compreende facetas geográficas, históricas, sociais, políticas; com desdobramentos individualizados em cada um desses campos de conhecimento e diversas intercessões entre eles. Neste artigo, trazemos conceitualizações tradicionais a partir do viés da geografia política, absorvendo a visão de teóricos seminais como Ratzel e Raffestin, para então desdobrar em abordagens sociohistóricas e a possibilidade de ampliação para representações coletivas.

Buscamos, neste trabalho, trazer reflexões sobre o conceito geográfico clássico de território para então ampliar a discussão e levantar outras possibilidades de entendimento. Para isso, traremos luz ao processo histórico de inserção do povo *bantu* no Brasil, abordando questões sobre sua contribuição na construção da identidade e cultura nacionais, mas também destacando a relevância de sua resistência, bem como da sobrevivência de sua cultura e cosmologia e como tais empréstimos podem alargar nossa compreensão de território, memória e poder.

Compreender esse processo cruel de integração de um povo vindo como escravizado de outro continente é fundamental, tanto para podermos ver de forma mais clara as várias marcas desse povo na construção do país, quanto para lutarmos

pela reparação histórica e pela valorização de suas práticas culturais

O CONCEITO DE TERRITÓRIO

Partindo das primeiras discussões acerca do tema, na virada do século XIX para o XX, Friedrich Ratzel (1990) discutia o conceito de território e suas aplicações, situando esses estudos na geografia política. Seu entendimento parte da constituição da sociedade e discute unidades basilares de agrupamentos humanos, quer seja na sua menor parte, a família (1990, p. 76-77), em estruturas intermediárias, como a tribo ou a comuna (1990, p. 74) e o clã (1990, p. 76-77) ou sua estrutura mais complexa, o Estado (1990, p. 77-79). No caso de Estado, a função básica é a de proteção do território, evitando violações do lado de fora.

Outro teórico referencial da geografia, Claude Raffestin, estabelece importantes marcadores de diferença entre o que é *território* e o que é o *espaço*. Enquanto esse último é o ambiente físico, o primeiro trata do ambiente social onde se estabelecem o trabalho, a energia e a informação (1993, p. 143-144). A esses conceitos, Raffestin acrescenta uma variável: o *poder*. Para ele, a construção da realidade embute modelos, que ao fim cria "instrumentos de poder" (1993, p. 144). O território é o suporte espacial onde se constroem os papéis e funções sociais, as hierarquias e as ações e representações de cada grupo participante. Ele os descreve como sistemas sêmicos, ou seja, sistemas de significados: "É por esses sistemas sêmicos que se realizam as objetivações do espaço, que são processos sociais." (1993, p. 144).

A introdução a seguir sobre território, Estado e poder será muito relevante na construção que propomos neste artigo. Entendemos que o território é o palco onde são estabelecidas as relações de poder, onde se manifestam as estruturas simbólicas,

onde as interações entre os indivíduos e os usos e costumes sociais tomam forma. Como apresenta Guattari (1985, *apud* Flávio, 2013, p. 94), "o território funciona em uma relação intrínseca com a subjetividade que o delimita". É a partir de uma breve discussão sobre o que é o território que gostaríamos de ampliar o debate a fim de identificar até que ponto os contornos do território podem ser estabelecidos e que elementos utilizar para estruturá-lo, inclusive pensando em língua e memória.

Na geografia humana, a discussão de território é conduzida desde o final do século XIX e o início do século XX, mas ainda ligado ao papel do Estado Nacional (Ratzel, 1990). Já Claude Raffestin, teórico pesquisador das relações de poder nos estudos geográficos, estabelece que:

> o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (1993, p. 143).

Essa apresentação nos informa a importância do espaço, do suporte terrestre, mas especialmente dos atores e das ações realizadas nos seus limites, que caracterizam seus usos, processos, relações e disputas.

Complementarmente, Raffestin acrescenta a noção de territorialidade (1993, p. 162-163), construída a partir dos elementos apresentados por Soja que são: "senso de identidade espacial, senso de exclusividade, compartimentação da interação humana no espaço." (Soja *apud* Raffestin, 1993, p. 162). Raffestin realiza uma dicotomia estrutural entre os elementos. Para os dois primeiros, ele identifica a concepção "imaginária" (aspas do próprio autor; por nossa vez, entendemos ser mais

adequado defini-los como de caráter simbólico). Apesar de a crítica tecida pelo autor à mescla de itens de diferentes naturezas (subjetivo e não-subjetivo), entendemos que estes elementos são importantes para definir outra faceta da discussão, que é sobre território e memória, engajado pelo geógrafo Luiz Carlos Flávio (2013), que será abordada mais adiante.

Outro elemento bastante discutido no que tange à percepção de território é o exercício do poder. Flávio pontua que nas análises clássicas (como as de Raffestin), o poder se dava pela imposição do Estado, das instituições e seus aparelhos de coerção e controle. Porém, ele também identifica que a "visão renovada do conceito de território engloba todas as relações de poder desde aquelas vinculadas à microfísica do poder, das interações intersubjetivas cotidianas, até as macroestruturas (Estado, instituições etc.)" (Flávio, 2013, p. 95).

O poder institucional é mais fácil de identificar, delinear e apontar. No entanto, no caráter das representações, entendemos que a memória também exerce poder e pode ser um grande condutor de processos e ações. Luiz Carlos Flávio defende que a memória coletiva produz "processos de desenraizamento social e cultural, bem como [...] os elementos que participaram e redefiniram projetos que articulam passado, presente e futuro" (2013, p. 98). Entendemos também, de forma análoga, que a memória coletiva também pode produzir o enraizamento social e cultural de ações, afetos e personalidades.

Do ponto de vista geográfico, a memória tem sido negligenciada como somente descrição pretérita para apresentar a constituição atual. Outras ciências humanas estão melhor equipadas para entendê-la, como História, Sociologia, Antropologia, Psicologia (Flávio, p. 97). Ainda assim, faz-se necessário disputar a memória imersa no território, pois o território é o palco das

relações de poder, é o cenário das disputas e o espaço onde se encontram os atores. Flávio admite a memória como um ato político de disputa de poder:

> Sendo fruto de *imagens trabalhadas* a partir de relações políticas e de poder, esclarece Pollak (1989) que a memória é *alvo de disputas* entre grupos. Os grupos ou classes hegemônicas buscam estabelecer uma memória universal. Ou seja, esforçam-se por implantar *sua visão do passado,* a qual envolve a compreensão pertinente às relações de controle do território como algo contraditoriamente coletivo. É como se o resgate do tempo, feito pela memória coletiva, buscasse *encaixar as memórias de todos os grupos em uma memória única, universal.* (2013, p. 99) [grifos originais]

Desta maneira, é pertinente pensar em territórios simbólicos? E é importante conceituar o que queremos definir como "simbólico": trata-se aqui do sentido de territórios imateriais de lembranças e códigos comuns partilhados por um grupo, que não necessariamente estão circunscritos ao suporte físico do espaço.

TERRITÓRIO E LÍNGUA

Faz sentido pensar em territórios que existem não no suporte físico do espaço, mas através da construção social compartilhada de valores? Trazendo um pouco de poesia aqui, Caetano Veloso escreveu o verso "minha pátria é minha língua" na letra da música "Língua". Também Raffestin se dedica a entender a relação da língua com o poder (1993, p. 97-118) e destaca logo de início a importância da língua para a identidade (1993, p. 97). Ele ajusta o aspecto socioeconômico marxista de "mais-valia", que no caso da língua como bem imaterial, é colocada como mais-valia indireta (1993, p. 102-103). E as relações

transbordam para a língua e seus falantes, os quais são socialmente colocados em diferentes patamares: “Em outros termos, à mais-valia econômica que faz a cidade se acrescenta uma mais-valia em trabalho lingüístico.” (1993, p. 102).

Raffestin discute sobre um possível território linguístico, mas chega à conclusão de que “Uma verdadeira cartografia linguística que combine espaço e tempo ainda está por ser criada.” (1993, p. 103). No entanto, entende a linguagem como o contorno para o conhecimento: “Unimo-nos aqui ao pensamento de Wittgenstein (‘The limits of my language mean the limits of my world’).” (1993, p. 144).

Ele identifica também a diferenciação do uso da linguagem pelo centro e a periferia, que muitas vezes foi forçada a utilizar os códigos linguísticos do dominador. O exemplo a seguir trata da colonização francês, exemplo familiar a Raffestin, que era francês.

> Em suas relações reflexivas, o centro e a periferia não utilizam a mesma linguagem. Notaremos que durante o período colonial esse centro representa o sistema institucionalizado da potência dominante. Melhor dizendo, nem tudo passa pela língua importada; longe disso, mas o essencial das ordens e das injunções passa por ela. Mais surpreendente é a conservação da língua dos colonialistas após a independência, ao menos em alguns casos. O exemplo do francês na África é muito ilustrativo: “Francofonia”. A idéia foi lançada em 1964 por alguns chefes de Estado africanos (L. Senghor, H. Bourguiba). De fato, os países que se proclamam francófonos têm muito pouco em comum além “da língua de suas elites” (Calvet, 1974, p. 217). [...] A francofonia pode mesmo ser uma espécie de impostura, pois nada há em comum entre o habitante de

> Quebec que defende sua língua e o africano que suporta o francês: "Para um, é a luta pela libertação lingüística; para o outro, é a prorrogação de uma opressão lingüística" (Calvet, 1974, p. 218). Segundo Calvet, a porcentagem de africanos do oeste que falam francês se situa entre 5 e 10%, o que coloca o francês bem atrás das línguas locais (Calvet, 1974, p. 220). De fato, a francofonia se refugia nos discursos oficiais e na elaboração das leis e dos decretos. O espaço da francofonia é abstrato, pois os fluxos de comunicação codificados e decodificados em francês não interessam à vida cotidiana imediata, mas interessam principalmente a certos domínios da vida pública. (1993, p. 113).

Raffestin se dedica ao fenômeno de formação de línguas oficiais, intrinsecamente ligado ao poder. E como se comportam as línguas de resistência? Em sua conclusão do capítulo, há um caminho de resposta: "A resistência por meio da língua se coloca nos mesmos termos da religião, da etnia ou da raça. Toda tentativa de eliminação das diferenças está repleta de um poder opressor que procura realizar, no espaço e no tempo, um campo de ação para se manifestar." (1993, p. 118). Aqui há um elemento relevante para nossa análise: a língua pode ser uma forma de opressão, ao mesmo tempo que pode rearranjar campos de luta.

Se pensarmos no conceito tradicional de pátria como Estado nacional, com ordenamentos, corpos burocráticos e coerção, a língua não é o definidor de "pátria". Pode ser um dos elementos possíveis para sua delimitação, mas não o responsável único por delimitar tal conceito. Porém, quando Caetano identifica que a língua é o único traço definidor da "pátria", ele extrapola as fronteiras nacionais de países não contíguos (como é o caso da língua portuguesa) e reúne diversas pátrias, inclusive as

geograficamente afastadas, mas que têm em comum um idioma compartilhado, para incluí-las em um grande ambiente comum. O Mercosul ou a União Europeia das palavras, onde as fronteiras nacionais estão borradas para dar lugar a uma intercambialidade de linguagens partilhadas. Inferimos então que o território simbólico pode se apoiar inclusive no conceito de territorialidade. Resgatemos os pontos elencados por Soja (*apud* Raffestin, 1993, p. 162) para apresentar a territorialidade: o senso de identidade espacial, como traço comum reconhecido pelo grupo em uma determinada região e o senso de exclusividade, afinal somente os que partilham daquele idioma tem algo em comum, o que exclui os demais que não dividem aquele código. Em relação ao terceiro elemento que constituiu o conceito – compartimentação da interação humana no espaço – tendo como objeto a língua, é preciso um espaço-lugar onde a interação idioma possa acontecer. Como disse Caetano Veloso, pode ser uma "pátria" idiomática que reúne falantes de diferentes variantes no espaço onde a comunicação ocorre, no momento que ela ocorre. Sendo a pátria um lugar, podemos referenciar territorialidade no conceito de "pátria linguística".

TERRITÓRIOS SIMBÓLICOS

A poesia tem o dom de condensar conceitos complexos com singeleza. Esse breve trecho nos coloca a questionar: Existem outros territórios simbólicos? Quais propriedades, além de uma língua comum, poderiam estabelecer um território simbólico? E além dos itens conformadores da construção desses possíveis territórios, existem sentimentos ou afetos que podem alavancar o estabelecimento desses territórios simbólicos?

Olhemos a primeira pergunta: existem outros territórios simbólicos? Entendemos que sim, mas é preciso olhar com lupa e sensibilidade, pois os símbolos são códigos partilhados tênues

de serem percebidos, mas extremamente fortes como catalisador de ações e respostas, muitas vezes inconscientes. Além disso, mostra-se necessário recuperar outro aspecto trazido por Luiz Carlos Flávio: a memória é uma disputa de poder entre uma historiografia dominante, que se propõe universal com objetivo de sobrepor ou escamotear outras memórias e outros grupos, para se reafirmar e legitimar enquanto elemento de dominação:

> No processo social, a história de muitos grupos sociais é banida, degradada, soterrada, desfigurada, deixada às sombras. Assim, há um trabalho de memória opressiva sobre os mais pobres: as mulheres, as crianças, os velhos, os trabalhadores, os camponeses, os homossexuais. Dominações e esquecimentos se utilizam das desterritorializações e constantes deslocamentos dos trabalhadores para lhes espoliar as lembranças (Chauí, 1987). (2013, p. 101)

O Brasil é um país de exclusões. De artifício para criação de oprimidos que são colocados no papel de coadjuvantes durante a forja da pátria, aqui no conceito tradicional do termo. Além dos grupos citados no trecho anterior, cabe a menção aos indígenas e negros. Se quisermos avançar ainda mais no tempo, às populações estrangeiras escravizadas que este país produziu aos borbotões. Os grupos oprimidos precisam lutar continuamente para deixarem registradas suas memórias e assim territorializarem suas presenças. Presença essa que muitas vezes é incômoda para os grupos dominantes, pois escancaram as desigualdades da qual esse país é fruto.

Marilena Chauí (*apud* Flávio, 2013, p. 101) faz uma correlação entre a sociedade capitalista e a artimanha por ela realizada de substituição das memórias dos grupos minorizados em detrimento da criação de uma "história oficial celebrativa", que

converge todas as múltiplas experiências de memória, de diversos grupos, para um apagamento que culmina na "história do vencedor", a qual será estimulada a ser relembrada e a ser entendida socialmente como digna de ser revivida.

A TRAJETÓRIA DO POVO *BANTU*

Tendo este contexto em mente, mostra-se muito importante disputar a memória e os territórios. Reforçar que existem histórias diversas, que avançam para realidades diversas e que representam muitos grupos que sofreram silenciamentos. Um exemplo ao qual gostaríamos de dar destaque é aos *bantu*[5]. São importantíssimos para a história e a geografia brasileiras, mas alvo de um brutal apagamento. Hoje esses povos figuram como nota de rodapé de livros didáticos e ilhas de memória presentes em cultos religiosos ou alguns museus.

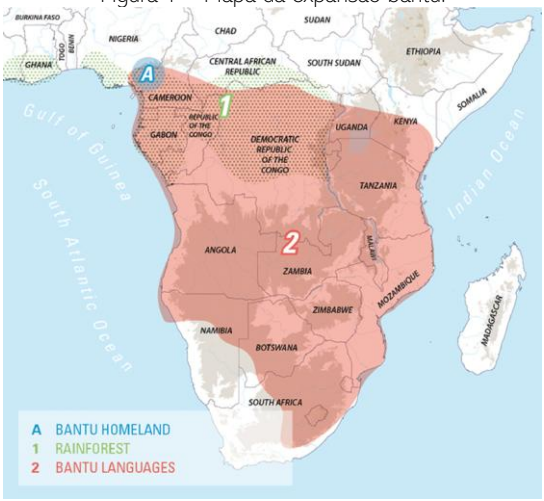
Em primeiro lugar, uma brevíssima apresentação: os *bantu* são uma generalização etnolinguística de diferentes populações da África Central e porções da África Oriental e Austral que compartilham semelhanças linguísticas, culturais e genéticas. Sob o ponto de vista histórico, as estimativas mais prováveis sobre a origem dos *bantu* situam o ponto inicial há mais de 5.500 anos no extremo noroeste da floresta equatorial africana (Fourshey, Gonzales e Saidi, p. 40). Para melhor visualização: esse ponto está localizado em uma área montanhosa entre o que é hoje a Nigéria e Camarões. Deste ponto singular, essa comunidade primeva foi responsável por uma notável expansão que

[5] Ao longo do texto haverá diferentes grafias do termo "bantu", a depender do autor. Quando se tratar de uma escrita dos autores deste artigo, será encontrada a palavra em itálico. Quando houver transcrições de outros autores, será respeitada a grafia apresentada no trecho original.

culmina hoje nos povos *bantu* dispersos de costa a costa da África.

Estas populações foram fonte de um notável espraiamento, alcançando cerca de 8 milhões de km^2, entre o sul de Camarões, a noroeste, e a costa do Quênia, a nordeste, até o leste do Cabo e Kwazulu-Natal, a sul, chegando a quase um terço do continente africano neste interregno[6]. Existe atualmente cerca de quinhentos dialetos e línguas bantu (Fourshey, Gonzales e Saidi, p. 25), que foram originados por meio dessa história de migrações, assimilações, intercâmbios e negociações na expansão pelo continente, tanto temporal quanto geográfica.

Figura 1 – Mapa da expansão bantu.



Cortesia de Moritz Zauleck. Fonte: https://www.researchgate.net/figure/Map-of-Bantu-expansion-Courtesy-of-Moritz-Zauleck_fig1_324909335

[6] A título de compreensão, a distribuição *bantu* na África de hoje corresponde aos atuais países de Angola, Botsuana, Burundi, Camarões, República Centro-africana, Comores, República Democrática do Congo, Gabão, Quênia, Lesoto, Malauí, Moçambique, Namíbia, República do Congo, Ruanda, Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue e Somália. (Fourshey *et al.* 2019, p. 30-31)

Os povos *bantu* foram escravizados entre os séculos XVI a XIX e trazidos para as Américas para trabalhos compulsórios. Esse conjunto de populações, que engloba quase um terço do território africano, perfez cerca de 75% do contingente de que o sistema escravista no Brasil subjugou. Levantamentos historiográficos indicam, contudo, que as populações trazidas ao Brasil eram oriundas em sua maioria das atuais regiões de Angola, República Centro-africana, República Democrática do Congo e Moçambique.

POVO *BANTU* E A "IDENTIDADE NACIONAL" NO BRASIL

As primeiras décadas do Século XIX no Brasil ainda se forjava uma identidade nacional – lembremos que este tempo ainda estava há pouco da Proclamação da Independência. À medida que se avolumava o número de escravizados, crescia também as revoltas e movimentos por liberdade. Pairava na elite e nos brancos da época o receio de uma convulsão ou rebelião de grandes proporções ou ainda que o recém-formado Brasil se moldasse a uma identidade africana que era lida pela classe dominante como bárbara, inferior ou pouco desenvolvida.

O historiador Robert W. Slenes, especializado em família escravizada e cultura centro-africana no Brasil, apontou que o Sudeste brasileiro no século XIX, em especial na primeira metade, reuniu as condições históricas mais propícias para criar uma identidade comum aos escravizados, pois ainda que de maneira involuntária, reuniu um diverso grupo de etnias *bantu* no Brasil. Como ele mesmo define: "se a escravidão no Centro-Sul era africana, isso equivale a dizer que era bantu" (1995, p. 55). Isso o fez identificar e cunhar os termos "etnia pan-bantu" ou o mais conhecido "protonação bantu":

> quem descobriu a África no Brasil, muito antes dos europeus, foram os próprios 'africanos' –

> sobretudo os falantes de línguas 'bantu' – trazidos como escravos. E esta descoberta não se restringia apenas ao reino linguístico; estendia-se também a outras áreas culturais, inclusive à da religião. [...] há razões para pensar que representantes desses povos, quando misturados e transportados ao Brasil, não demoraram muito para perceber a existência entre si de elos culturais mais profundos. (Slenes, 1995, p. 49)

Para Slenes, as áreas rurais do Rio de Janeiro e de São Paulo no século XIX promoveram o encontro de pessoas de origens geográficas distintas, mas com similitudes na língua, nos valores e em outros códigos simbólicos. A convivência forçada desde a captura na África, a viagem transatlântica, a dominação em todo o processo e a violência do trabalho a que essas pessoas foram subjugadas compeliu a uma aproximação e a um convívio que em suas comunidades de origens não se faziam prementes, dadas as distâncias envolvidas e a falta de um objetivo ou necessidade para tal contato. Não cabe absolutamente argumentar que a escravidão teve lados positivos ou defensáveis. Trata-se somente da constatação que o sudeste brasileiro no período impôs o ápice de um encontro que teria menos chance de acontecer no continente africano. E que, aliado a circunstâncias conjunturais sociopolíticas, poderia constituir uma protonação *bantu* no Brasil. Slenes defende que se "delineava no Brasil da época dois 'Brasis' antagônicos, dois povos, ou ideias de povo em conflito" (1995, p. 67), a saber: o dos luso-brasileiros dominantes e um afro-brasileiro superveniente.

O sudeste brasileiro na primeira metade do século XIX recebeu um enorme número de escravizados do tráfico transatlântico, mas também de deslocamentos internos – seja de população livre, mas também de escravizados de outras regiões brasileiras. Toda essa movimentação fez com que "Enfim,

escravos de diversas origens da região Angola – Congo Norte, ao encontrarem-se no Brasil, teriam reconhecido uma gramática de parentesco comum, centrada no conceito da linhagem" (Slenes. 1995, p. 58). Brígida Malandrino vai além e identifica que "essa unidade cultural também se revela nas linhas básicas de pensamento, na concepção espiritualista do mundo e da vida, na vivência do humanismo que dá a base das instituições sócio-políticas" (2009, p. 9). Esses elementos podem nos ajudar a responder à pergunta de outras propriedades se fazem necessários para estabelecer um território simbólico. Neste caso, há percepções de mundo partilhadas entre as pessoas do território comum.

Malandrino demonstra que o início dessa construção de identidade *bantu* em mosaico se formava ainda no continente africano. Desde a espera, nos depósitos de seres humanos na África e, na sequência, durante a travessia pelo Atlântico, já se dava a "hibridação" (usando o conceito apresentado por Malandrino), ou seja, a mistura e o diálogo das etnias capturadas. Os barracões para ajuntamento dos cativos à espera dos navios negreiros recebiam populações do litoral e também do interior angolano, possibilitando uma mescla de diferentes etnias *bantu*. Malandrino aponta a formação de uma "comunidade de sofrimento" (2009, p. 9), onde o confinamento e o colonialismo para com os escravizados nos portos da Angola intensificaram a verificação de uma "unidade cultural tradicional africana", que também ocorria através de uma linguagem simplificada de origem *bantu* (2009, p. 9).

A violência do tráfico negreiro – na África e no Brasil – fomentou a criação de estratégias de sobrevivência. "Os escravos teciam novas solidariedades através da palavra." (Malandrino. 2009, P. 14). A palavra era o veículo de comunicação entre os

indivíduos capturados, servindo para estabelecer solidariedades e acordos, mas há também outra faceta: a importância da palavra para os *bantu.* A palavra para eles possuía energia vital, por ser portadora da centelha criadora, tem o poder de, com o seu proferimento, moldar a realidade.

> A palavra é como um símbolo eficaz, capaz de produzir efeitos e influir em outros seres depois de contatá-los. Ela realiza magicamente a participação vital. Sustenta a vida social e política, dinamiza as expressões religiosas. Sem ela, nem os ritos vivificam, nem as ações mágicas são eficazes. A palavra uma vez pronunciada, somente perde efeito pela eficácia de outra palavra. Ela, juntamente com a imagem, gera o simbolismo bantú. (Malandrino. 2009, P. 10)

A palavra, como parte de um conjunto simbólico de elementos compartilhados, transforma-se em elo de união e apoio para aqueles indivíduos capturados, subjugados e desterritorializados[7]. E esse elemento – a palavra – translada-se pelo Atlântico para a costa e o interior das Américas e produz no Brasil a condição singular de possibilidade de uma "protonação" *bantu*, que nunca foi delimitada pelos constituintes clássicos de uma fronteira. Ao contrário, seus limites se davam pelos "habitantes" de uma língua-territorialidade possível, no sudeste brasileiro do século XIX, que se forjou por uma "comunidade de sofrimento"

[7] Dada a brevidade deste artigo, não foi possível aprofundar o sentido da terra para os *bantu*. Mas de maneira sucinta, para eles a terra era um elemento do pertencimento e identidade do indivíduo para uso comum, que fortalecia os laços do indivíduo com a sua comunidade e a sua linhagem, pontos primordiais para a cosmopercepção *bantu*. "Já no que diz respeito ao território, para o *bantú*, ele demarca o espaço da estrutura social. [...] O vínculo com a terra serve de elemento de união à comunidade de sangue ou parentesco." (Malandrino. 2009, p. 7)

(como apresenta Malandrino) e com a necessidade de articulação e de retomada da vida, por meio do resgate de valores comuns. Estes afetos nos permitem também responder ao terceiro questionamento, que são os sentimentos ou afetos que podem alavancar o estabelecimento desses territórios simbólicos.

Achamos também pertinente aproximar o conceito de "territorialidade" apresentado por Soja como um definidor, um qualificador, para essa língua franca *bantu* em território brasileiro, tendo em mente os componentes que definem originalmente o conceito: "senso de identidade espacial, senso de exclusividade, compartimentação da interação humana no espaço". Tal como a "pátria linguística" que defendemos acima, a língua-territorialidade é um território simbólico, onde seus "habitantes" (para usar um termo mais próximo do conceito de "pátria" e assim descrever as pessoas que vivenciam este território) circulam, operam e participam dos jogos de poder.

COSMOPERCEPÇÃO *BANTU*

Apesar de sua importância, a língua neste contexto é somente um dos elementos que aproximavam os "habitantes da protonação *bantu*". A cosmopercepção original destas etnias é outro elemento, onde se tinha o entendimento da energia que permeia toda a presença é a "força vital que não se limita aos vivos, estendendo-se aos mortos e à natureza - animais e seres inanimados" (Malandrino, 2010, p. 56). Ainda no plano do entendimento de mundo, "a tradição bantú, no seu aspecto metafísico, caracteriza-se por dois grandes eixos: a crença em um Ser Supremo e o culto aos antepassados". (Malandrino, 2010, p. 272). Há também aspectos organizativos, como "a organização sócio-político, a estrutura de parentesco, o território". (Malandrino, 2010, p. 56).

Esse arcabouço filosófico e prático da vida precisou ser adaptado frente as condições possíveis a partir do cativeiro. “Os africanos tiveram que sobreviver e recriar suas identidades no mundo escravista brasileiro no qual foram inseridos.” (Malandrino. 2009, p. 16). E isso levou a inúmeras estratégias de adaptação, transformação, reformulação, negociação e conflito para manterem algum tipo de conexão com suas práticas originais profundas em meio a um cenário de dominação.

Malandrino indica que, na visão original dos *bantu*, “A vida une e faz com que haja solidariedade entre os vivos, a comunidade e os antepassados” (2010, p. 57). Essa forma de solidariedade mesclada entre vivos e mortos pode ser observada nas práticas de religiosidades *bantu* desde o início da chegada no Brasil (relatada a partir dos processos-crimes levados adiante pela Igreja contra tais atividades), mas também se perpetuam no pós-abolição e na constituição de religiões contemporâneas.

A autora defende que, dadas as possibilidades e as frestas disponíveis no sistema escravista e posteriormente no pós-abolição, a criação de práticas religiosas diaspóricas de fundamento *bantu* foi uma das estratégias realizadas para recompor em alguma medida essa visão de mundo original e lidar com a melancolia da escravização e o esfacelamento dos vínculos originais, sendo reorganizadas nas bases possíveis e batalhadas à época. Em um trecho sobre o banzo, que é uma “Nostalgia mortal que acometia negros africanos escravizados no Brasil.” (*apud* Lopes. 1999, p. 39), a autora questiona se a criação dessas religiosidades *bantu* no Brasil não teriam sido um estratagema criativo no contexto dado:

> ao se deprimir, o ser humano tem a possibilidade, ao sair de determinada situação, de encontrar soluções criativas para as situações conflituosas que vive. Não é isto que vemos no

> desembarque de escravizados no Brasil, quando tendo sobrevivido à experiência diaspórica criaram em solo brasileiro as formas novas e criativas de lidarem com a situação que se apresentava? As religiosidades afro-brasileiras não seriam, também, o resultado da superação do banzo? (Malandrino. 2009, p. 12)

E essa territorialidade *bantu* continua presente no Brasil atual. Não mais como uma possibilidade de "protonação" em disputa, pois, como Slenes já havia observado "A longo prazo, os senhores de escravos ganharam essa batalha e impuseram (certamente com menos sucesso do que esperavam) seu conceito de nação e povo" (1995, p. 67). Mas sim através dos demais fundamentos e afetos que o constituíam esse repertório *bantu* filtrado no Brasil. Malandrino cria um percurso de memória que mostra a continuidade das práticas religiosas *bantu* no Brasil, adaptada às circunstâncias, desde os elementos tradicionais em África, passando pelas práticas no período colonial e imperial da escravização (condenadas pela Igreja, chamadas de forma generalizante de "calundu") às manifestações mais modernas:

> Trabalhamos com a hipótese de que houve o surgimento de uma expressão religiosa, o calundu, que apesar de ser vista como crime eclesiástico e, portanto, foco de repressão, sobreviveu, pois respondia às necessidades religiosas dos indivíduos de tradição *bantú*, mas ainda não se constituía como uma religião institucional. É verdade, que outras expressões religiosas, como as congadas e a formação das irmandades também se mostraram como formas dos escravizados tentarem vivenciar certos aspectos da sua tradição. O calundu causou maior interesse, pois podemos supor que, talvez, ali, estivesse o primeiro embrião daquilo que mais tarde seria

> denominado macumba e, posteriormente, umbanda. (2010, p. 274)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo o Brasil esse pedaço de América Latina que tanto deve aos *bantu*, é necessário trazer à tona a memória desses povos e das suas contribuições, passadas e atuais. Retomando Luiz Carlos Flávio, "O controle da memória é algo poderoso." (2013, p. 100). Como ele destaca, "No contexto social há memórias *proibidas*, clandestinas, marginalizadas, subterrâneas, cuja sobrevivência é ameaçada pela memória oficial, a qual busca silenciar as lembranças dos grupos socialmente *dominados*, relegando-as ao esquecimento." (2013, p. 101).

Por isso é importante puxar os "fios invisíveis" para resgatar as memórias soterradas por uma historiografia e uma geografia dominantes que não permitem ver territorialidades presentes; quer como protonação, quer como continuidades de práticas. Sem deixar a disputa da memória de lado, mas nos alimentando de poesia, que também é oxigênio para luta, retomemos a música de Caetano Veloso, que ilustrou este artigo.

As culturas *bantu*, são em sua maioria matrilineares, o que significa que o parentesco por parte de mãe provia ao indivíduo sua identidade social frente à comunidade e o seu acesso a recursos (Fourshey *et al.* 2019, p. 109). Além disso, as línguas *bantu* são prefixais, ou seja, os prefixos, os conteúdos inseridos ao início da palavra, a modificam. Ainda que Caetano Veloso não tenha criado a música "Língua" como homenagem aos *bantu*, muito pelo contrário, a beleza da arte e a genialidade do artista nos faz trazer significados múltiplos à canção e tomá-la em empréstimo, pois que faz todo o sentido para as culturas *bantu* usar de prefixos e pensar genericamente não em "pátria" no sentido de parentesco pelo pai, mas em "*mátria*" no sentido de

parentesco pela matrilinearidade. E no contexto diaspórico, mais ainda: em "frátria", esse outro neologismo de Caetano que estabelece uma nação entre irmãos. No caso *bantu*, forjado pela dor, mas recriado em solidariedades entre si e com suas linhagens e comunidades ao longo do tempo.

"A língua é minha pátria
E eu não tenho pátria, tenho mátria
E quero frátria"
Língua. Caetano Veloso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FLÁVIO, Luiz Carlos. Território e memória. *In*: SAQUET, Marcos Aurelio (org). **Estudos territoriais na ciência geográfica.** São Paulo: Outras Expressões, 2013, 1.ed. p. 91-106

FOURSHEY, C.C.; GONZALES, R. M.; SAIDI, C. **África Bantu: De 3500 antes a. C. até o presente**. Petrópolis: Vozes, 2019.

LEITE, Fábio. Valores civilizatórios em sociedades negro-africanas. **África: Revista do Centro de Estudos Africanos.** São Paulo: USP, 18-19 (1): p. 103-118, 1995/1996. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/africa/article/view/74962/78528. Acesso em: 27 de agosto de 2023.

MALANDRINO, Brígida Carla. Espaços de Hibridações e de Diálogos Culturais: O Caso Bantú. **REVER - Revista de Estudos da Religião.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. março, 2009. pp. 1-18. Disponível em: https://www.pucsp.br/rever/rv1_2009/t_malandrino.pdf. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

MALANDRINO, Brígida Carla. **"Há sempre confiança de se estar ligado a alguém": dimensões utópicas das expressões da religiosidade bantú no Brasil**. 2010. 434 f. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/2148. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

RAFFESTIN, Claude. O território e o poder. Do espaço ao território. In: _____. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática. 1993. p. 97-118; 143-149

RATZEL, Friedrich. O povo e seu território. *In:* Moraes, Antonio C. R (org). **Ratzel**. São Paulo: Ática,1990. p. 73-82

SLENES, Robert W.. Malungo, Ngoma vem: África coberta e descoberta no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n° 12, 1995. Disponível em: https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i12p48-67. Acesso em: 12 de julho de 2023.

VELOSO, Caetano. **Língua**. Álbum Velô, Philips Records: 1984. Disponível em: https://www.letras.mus.br/caetano-veloso/44738/. Acesso em: 5 de setembro de 2023.

Tecnologias Camponesas e Modos de Fazer: o Processamento de Alimentos como Modo de Vida e de Resistência

Alice de Maman Nied
Ricardo Ferreira de Mello

INTRODUÇÃO

Ter domínio da técnica é o que nos distingue enquanto seres humanos de outros animais, ao longo dos anos, a partir da evolução técnica, foi o que nos possibilitou "evoluir" na vida sem sermos limitados por condições ambientais, juntamente com nossa capacidade cognitiva, que nos permite pré-conceber e planejar o trabalho de forma antecipada (Marx, 2013). Santos (2002) debate muito essa questão dos objetos técnicos enquanto capazes de transformar o meio geográfico em que se está, através da infraestrutura criada pelo avanço técnico e as transformações de uso de novas máquinas e formas de produção.

Para alguns autores que debatem as inter-relações entre tecnologia, ciência e sociedade, a tecnologia não seria apenas artefatos, apenas advindos da ciência aplicada, mas como um sistema produzido para realizar alguma função, e essa função seria determinada por quem detém o controle sobre determinada tecnologia (Henriques; Nepomuceno; Alvear, 2015). A tecnologia não é neutra, quem a projeta, a projeta para cumprir determinado objetivo, objetivo que é construído a partir do arcabouço político, econômico e social de quem a projetou, isto é, possui um conteúdo de classe.

A teoria crítica da tecnologia parte de uma tecnologia carregada com os valores de quem as produziu e humanamente

controlável, a partir de uma democratização do processo de desenvolvimento das tecnologias, bem como seu controle, esse processo de pensar de forma democrática a tecnologia parte de princípios que vão desde a concepção da tecnologia, em racionalizar sua produção para além do lucro (Henriques; Nepomuceno; Alvear, 2015), incorporando outros valores e outros atores interessados em seu desenvolvimento, especialmente a sociedade que será afetada ou irá utilizá-la.

No âmbito rural o desenvolvimento e aprimoramento de técnicas sempre foram essenciais, o próprio desenvolvimento da agricultura foi um domínio de técnicas de cultivo que permitiram a fixação do ser humano em um local e consequente desenvolvimento. Ao longo dos anos o desenvolvimento tecnológico das grandes indústrias foi se moldando para também chegar ao campo, tendo seu grande marco a "revolução verde", que no Brasil entra com mais força nos anos de 1990. A revolução verde foi um grande pacote tecnológico, vendida com a ideia de acabar com a fome do mundo através de produtividade, baseada na mecanização agrícola, utilização de fertilizantes químicos, agrotóxicos e sementes transgênicas.

Colocando-se como uma tecnologia neutra, na verdade representava (e ainda representa) os grandes interesses do capital financeiro com o objetivo de aumentar o lucro, dessa forma ignorando todos os modos de vida e produção já existentes no campo. Nesse sentido, produz e vende-se uma tecnologia igual para todas as regiões do mundo, ignorando suas especificidades e demandas sociais locais. E dentro dessa lógica se produz e reforça um discurso do camponês enquanto um ser atrasado, que é contra o progresso, carece de capacidade de criação e inovação, necessitando se adaptar às novas lógicas de produção ou será levado à extinção.

O presente artigo tem como objetivo refletir, a partir do acumulado teórico, em relação a tecnologia e modo de vida camponês essas dualidades entre tecnologia moderna, o tradicional e a inovação ou a ideia de progresso, a partir dos debates em torno do processamento de alimento e da relação da diversidade produtiva da agricultura familiar camponesa no que se refere às normatizações sanitárias de alimentos. Partindo-se de reflexões sobre diversidade produtiva e patrimônio alimentar entender como isso se relaciona e diverge das práticas do sistema alimentar industrial, nesse sentido refletindo como aparatos legais servem como ferramenta limitante e de exclusão de modos camponeses de produção.

Busca-se debater em relação ao sujeito camponês como produtor de uma ciência popular em diálogo com a ciência técnica a partir de suas realidades e demandas, ou seja, evidenciar que práticas produtivas são reconhecidas dentro de formas e modos de organização da vida e que não são consideradas nas elaborações de legislações e normas. Para isso na primeira parte busco apresentar a categorização de agricultura camponesa através de alguns paradigmas e o que se convenciona utilizar atualmente. Seguindo para reflexões sobre o modo de vida camponês com base nas suas relações com a natureza, produção, reprodução, aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos e geográficos. Com isso, procuro articular na última parte, a relação do tradicional, a partir do modo de produção camponesa, com a lógica do sistema alimentar industrial que se expressa através de legislações punitivistas e excludentes e que acaba por minar forças essenciais no tocante ao desenvolvimento local em territórios camponeses.

CAMPESINATO: UMA CLASSE EM EXTINÇÃO?

O sujeito social camponês sempre existiu, passando por distintas conceituações e interpretações, porém a leitura histórica demonstra a persistência desses sujeitos em diferentes sociedades. Assim, foram sendo desenvolvidas algumas teorias a respeito de sua existência, desde o século XIX. O paradigma do fim do campesinato, compreende que o campesinato está em vias de extinção, originando-se do pressuposto que a agricultura camponesa é inviável perante o desenvolvimento da agricultura capitalista, ou seja, seria inevitável que, para o pleno desenvolvimento do capitalismo, a lógica camponesa sucumbisse e se adaptasse a esse tipo de desenvolvimento industrial. O paradigma do fim do campesinato, sugere que o camponês não irá sucumbir a essa diferenciação em relação a agricultura capitalista, estando em constante territorialização e desterritorialização, seja através de ações para o crescimento do número de camponeses (reforma agrária, por exemplo), ou pela manutenção de seu número (Fernandes, 2014).

Por último, o paradigma da metamorfose do campesinato, acredita na transformação do camponês, atrasado, em agricultor familiar, moderno, portanto, uma mudança também ideológica. Fernandes (2014), coloca que ao se metamorfosear em agricultor familiar o camponês perde sua "história de resistência [...], se torna um sujeito conformado ao processo de diferenciação que passa a ser um processo natural do capitalismo", nesse paradigma o agricultor familiar serve aos interesses do capital pela renda capitalizada da terra. Nesse sentido delimitar conceitualmente campesinato se torna um exercício político e de resistência, visto que todo camponês é um agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é um camponês, suas diferenças são ideológicas. O agricultor familiar se resume à diferenciação,

enquanto a luta camponesa busca a superação das lógicas capitalistas (Fernandes, 2014). Sevilla Guzmán e Molina (2013) sugerem que existem diversos graus de "camponesidade" a partir dessas relações entre a produção, natureza, níveis tecnológicos, organização social e cultural e economia.

> o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social, uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais e específicos de cada zona, utilizando um conhecimento sobre tal entorno condicionado pelo nível tecnológico de cada momento histórico e o grau de apropriação de tal tecnologia, gerando-se assim distintos graus de 'camponesidade' (Sevilla Gusmán; Molina, 2013, p. 78).

Segundo Woortmann e Woortmann (1997) o trabalho camponês mais que produzir alimentos cria ideologias, saberes e modos de vida, pois além do trabalho ser meramente ações técnicas, ele produz cultura, através de um encadeamento de ações simbólicas. A agricultura capitalista ordena a natureza de acordo aos seus interesses de trabalho, corrige o que não se adequa a seus objetivos, no campesinato seus objetivos precisam se adequar a natureza, não se corrige o solo para determinado cultivo, se adequa o cultivo a determinado solo, é um constante diálogo entre o que a terra tem condições de oferecer e o que a família necessita (Woortmann; Woortmann, 1997).

A partir de Ploeg (2020) podemos categorizar o campesinato a partir da organização de seu modo de vida, produção e relação com a natureza, sendo seu nível de mercantilização baixo, organizados a partir do núcleo familiar e de relações comunitárias, sua base de produção na agricultura é a partir da diversidade, em harmonia com a natureza a partir da adoção de práticas agroecológicas (Sevilla-Gusmán; Molina, 2013). No

Brasil a categoria campesinato foi muito utilizada nos anos 60 e 70 devido aos processos de lutas das ligas camponesas, sendo posteriormente "substituído" pelo termo agricultura familiar.

A categoria agricultor familiar é terreno de muitos debates entre diferentes atores. Sustenta-se que havia três leituras para essa disputa: uma governamental de que a agricultura familiar e agronegócio eram complementares; a segunda por movimentos sociais de que eram antagônicos; e a terceira pelos núcleos patronais, e pela maioria da mídia e da academia, que inseriram a agricultura familiar dentro do agronegócio (Pompeia, 2021). Para Zylbersztajn "a agricultura familiar deseja, precisa e não sobreviverá se não for transformada em agronegócio" (Pompeia, 2021, p. 237). Alguns movimentos, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), planteiam o campesinato em oposição mesmo a categorização hegemônica de agricultor familiar, situando o campesinato enquanto um sujeito social de uma classe social própria.

Essa oposição se faz devido a inserção que a agricultura familiar tem dentro do próprio agronegócio, conforme demarcado por Pompeia (2021) em notícia da Folha de São Paulo: "é preciso entender que o agronegócio não significa algo grande, e sim algo 'integrado', ou seja, para o agronegócio a agricultura familiar não é um problema desde que esteja integrado na sua forma de produção". Um dos promotores da ideia do agronegócio no Brasil, Ney Bittencourt, colocava que a agricultura desses produtores de "baixa renda" tinha dois caminhos a seguir: se incorporar à lógica do agronegócio aumentando sua produtividade, através do recebimento de auxílio para incorporação de tecnologias (PRONAF), ou, à outra parte caberia abandonar suas atividades e buscar trabalho fora das unidades produtivas, como

não a primeira não seria uma caminho possível para todos devido à tendência de concentração fundiária (Pompeia, 2021).

Atualmente, tem-se utilizado muito a categoria de agricultor familiar camponês que disputa um outro paradigma agrário a partir da produção agroecológica, uma economia solidária e popular, relações de complementaridade com a natureza e questionamentos sobre as lógicas sociais hegemônicas. Resgatando o conceito de Sevilla Guzmán e Molina (2013) sobre graus de camponesidade percebe-se uma agricultura muito mais dependente da lógica de mercado, até com uma questão de reprodução da vida. Entretanto, esse fato não apaga todo o histórico de lutas realizados, especialmente por movimentos sociais, na construção de autonomia territorial e soberania alimentar, sendo a agroecologia, uma ferramenta tecnológica, o caminho para essa elaboração.

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA: PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS COMO MODO DE VIDA CAMPONÊS

O camponês se relaciona com a natureza a partir de uma forma de interdependência, se vê parte dela e não como algo externo com a ideia de dominá-la, sendo a relação ser humano-natureza parte essencial de sua materialidade para produção e reprodução. Talvez seja essa uma característica fundamental que distingue a camponesa/camponês de um agricultor familiar, e da ideia de "progresso" que há para o campo.

Diaz Tepepa (2004) argumenta sobre um paradigma tecnológico camponês, em que as tecnologias não são os meios, mas sim os fins, e que dentro de suas possibilidades devem ser avaliadas as finalidades para reprodução familiar e comunitárias, bem como a reprodução do ecossistema, pois é da natureza e da relação comunitária que vem sua base e garantia de sobrevivência.

Nessa perspectiva, a inovação tecnológica e as mudanças técnicas são avaliadas na perspectiva de como afeta suas formas de reprodução enquanto classe. O conhecimento camponês é uma interrelação entre tradição e inovação, incorporando saberes locais, crenças, rituais e mitos, e mais do que apenas eficiência, muitas outras dimensões são incorporadas na sua concepção: "*Es necesario dejar de ver al campesino como absolutamente normado por la costumbre, y revalorar su papel activo en la producción y reproducción del conocimiento*." (Diaz Tepepa, 2004). A produção e reprodução dentro da lógica da agricultura familiar camponesa extrapola a mera dimensão econômica, englobando tanto aspecto sociais, quanto culturais, políticos e ambientais, a organização comunitária e coletiva abrange tanto os seres humanos quanto não humanos, nas palavras de Clóvis "é você imaginar que é parte da natureza", Ser do campo é diferente de estar no campo", afirma Clóvis à historiadora.

> Ser do campo é você imaginar que você é parte da natureza, que os rios que correm – pequenos ou grandes – são como as suas veias, que as árvores que estão ao teu redor, é como se fossem teus braços e tuas pernas, que a harmonia que circula internamente é como os pássaros que cantam [...] [uma] visão de que eu preciso me relacionar com todo esse universo; então, ser camponês, resumindo, é respeitar o espaço do outro, o outro natureza, o outro animal (COUZMENCO, 2023)

Em contrapartida, o desenvolvimento tecnológico hegemônico incorpora a eficiência com o objetivo final de acúmulo de capital, para isso se utiliza como ferramenta a negação do conhecimento e inovação desenvolvidos por aqueles agentes que não são considerados cientistas (Petersen; Dal Soglio; Caporal, 2009). Dessa forma se desenvolve padrões tecnológicos e

marcos de propriedades intelectuais, poderiamos citar, por exemplos, as patentes sobre sementes, um recurso da natureza apropriado por esses grandes impérios alimentares, que retorna para aqueles que sempre a cultivaram como uma mercadoria a ser comprada, correndo o risco de ser multado caso a cultive de forma "ilegal". Em Petersen, Dal Soglio e Caporal (2009), debatendo sobre a lógica da ciência do agronegócio, coloca-se que a tecnologia passa a ser vista de forma instrumentalista, sendo guiada unicamente pela eficácia produtiva através de seu caráter utilitário.

A tecnologia instrumentalista é a tecnologia vista de forma neutra, ela apenas adquire um sentido crítico quando utilizado por alguém, ou seja, apenas como um instrumento. Entretanto, no caso das sementes, por exemplo, a tecnologia de transgenia serve a uma ideologia de produção de alimentos, a lógica do capitalismo agrário, de produção em larga escala, com intensa mecanização e utilização de químicos. Mesmo que um pequeno agricultor plante as sementes transgênicas, essa tecnologia exige uma certa forma de produzir, com fertilizantes químicos e agrotóxicos, além de criar uma dependência das empresas que as produzem, tendo em vista que para uma nova safra é necessário adquirir novas sementes através da compra, que é contrária a lógica camponesa de produção, pautada nos princípios da agroecologia.

Essas contradições podem ser expressas no que Woortman e Woortman (1997) coloca como o "saber técnico" (da modernização agrícola, dos fertilizantes químicos e dos pesticidas) e o "saber popular local", que incorpora para além de aspectos estritamente técnicos, ações simbólicas nos processos de produção: "além de produzir cultivos, o trabalho produz cultura" (pg. 15). Na agricultura camponesa o saber fazer ou o saber

popular local, são práticas e saberes compartilhados dentro de uma comunidade que são passadas de geração em geração, materializando-se em produções alimentares tradicionais de uma determinada cultura local (Souza; Antão; Barbosa; Santos, 2019).

A produção de alimentos através de seu processamento sempre se fez presente no modo de vida camponês, seja pelos novos sabores oriundos pela transformação, mas também como forma de preservação e durabilidade do alimento, como os casos das compotas e geléias, a transformação da mandioca em farinha, ou como a produção do "*chuño*" e "*tunta*" na região andina da Bolívia e Peru, uma técnica de liofilização de batatas.

O caso do "*chuño*" e da "*tunta*" são muito interessantes, pois evidenciam a capacidade de criação e inovação dos povos para além dos muros acadêmicos de produção de tecnologias. Essa forma de processamento das batatas andinas surgiu pela necessidade de preservação do alimento para momentos de escassez, sendo desenvolvida uma técnica a partir das próprias interações com a geografia local. O tubérculo é submetido ao congelamento à noite (devido ao clima frio e altas latitudes nas montanhas) e exposto à radiação solar durante o dia. No caso da *tunta* (ou *chuño* branco), após, ainda, são imersos em águas correntes dos rios de 20 a 30 dias (Oliveira; Oliveira; Santos; Farias; Gonçalves e Bernal, 2022). Após esse processo, esses alimentos podem ser armazenados por até 10 anos. Esse método de processamento é o que serviu de base para a elaboração do processo de liofilização moderno.

O exemplo do caso boliviano é representativo para pensar a relação entre essa produção tecnológica popular e aquela produzida dentro da academia, ou com o respaldo científico. Em trabalho realizado por Woortman e Woortmann (1997) com

camponeses de Sergipe, mostraram como os técnicos extensionistas rurais negavam essas tecnologias camponesas, como atrasadas e desprovidas de conteúdo científico, portanto não consideravam uma tecnologia. Mais do que criar uma dicotomia entre saberes populares e saberes científicos é refletir sobre como cada um se retroalimenta e constrói processos coletivos de produção de conhecimento que tenham como objetivo final o fortalecimento popular a partir das demandas reais desses grupos sociais.

MODOS DE FAZER: TRADIÇÃO E NORMATIZAÇÕES

Podemos observar que os modos de fazer estão intrinsecamente relacionados aos meios e as coletividades de determinado local, sendo sua produção é uma forma muito importante de vínculo territorial e socialização na comunidade (Costa, 2023). A questão da produção de determinado alimento com o seu local de origem evidencia-se com a criação de selos como os de indicação geográfica[8], sendo no Brasil dois: indicação de procedência e denominação de origem.

Dentro dessa questão podemos levantar a importância de determinados utensílios, técnicas e tecnologias desenvolvidas por camponeses que caracterizam sua cultura, ou seja, caso fosse feito de outra forma, com uma tecnologia exportada, descaracterizaria suas características, como é o caso das casas de farinhas, a produção de queijos regionais, o vinho, o salame, uma diversidade alimentar associada ao patrimônio alimentar.

> A noção de patrimônio alimentar envolve produtos agrícolas, ingredientes, pratos e artefatos culinários, mas também compreende a dimensão simbólica da comida (modos de consumo e

[8] Indicação geográfica é ….

> rituais), além de comportamentos e crenças relacionadas, e se estende a processos de seleção, descontextualização, adaptação e reinterpretação, combinando conservação e inovação (Costa, 2023. p.144).

Nessa relação entre saberes e sujeitos em escala local, nacional e internacional aparecem algumas considerações, dentre elas a questão da tradição versus normatização. O tema da legislação sanitária enquanto norma para comercialização de produtos alimentícios pode se tornar uma barreira à manutenção de práticas tradicionais de processamento e comercialização de alimentos na lógica camponesa de produção. A produção de queijos de leite cru, por exemplo, é condenada pela vigilância sanitária, colocando na ilegalidade uma grande diversidade de queijos produzidos no Brasil.

Nessa disputa, a legislação sanitária desempenha papel central, pois coloca na ilegalidade a produção artesanal do campesinato, através de uma estratégia baseada no lucro que visa destruir a produção de base camponesa, dessa forma criando uma reserva de mercados para os grandes complexos industriais (Leal, 2019). Os alimentos se constituem como instrumentos de construção de hegemonias, de insumo biopolítico de domínio e poder ou de libertação dos povos (Leal, 2019). Mesmo com pequenos avanços em relação a algumas legislações como o caso da RDC 49 e do Selo Arte, a essência das legislações ainda é baseada em higienismo e aspectos estritamente estruturais, desconsiderando dimensões ampliadas relações territoriais entre produção e consumo.

A legislação sanitária assume uma estrutura punitivista para a pequena produção não adaptada à lógica industrial mercantilista, em que os aspectos de qualidade associada ao alimento se restringem à dimensão sanitária-estrutural. O que os

movimentos e ativistas alimentares colocam é que um alimento carrega outras dimensões de qualidade. Prezzoto (Silva, 2007) traz o conceito de qualidade ampliada, em que se incorpora além da dimensão sanitária-industrial adaptada ao contexto da pequena agricultura, as dimensões sociais, culturais, o ecológico, nutricional e organoléptico na produção. Silveira e Heinz (2024) debatem a partir dessa dimensão da legislação sanitária a construção de marcos legais que não se baseiam na punição, mas sim em um controle de qualidade normativo baseado na interação entre equipe e produtores em "um processo em que as normas que orientarão os procedimentos de produção são definidas a partir das rotinas existentes e das práticas adotadas pelos produtores artesanais."

Novos marcos regulatórios para a produção camponesa, que tenham como base o entendimento de que a qualidade de um produto não está necessariamente relacionado a aspectos da infraestrutura, mas que agreguem questões associadas à cultura alimentar, a territorialidade, hábitos alimentares e relações sociais (LEAL, 2019), podem ser um importante instrumento de luta por permanência no campo, de desenvolvimento territorial por camponeses e camponesas e de soberania alimentar.

CONCLUSÕES

Parte do significado do modo de ser camponês está relacionado a suas práticas culturais, expressas dentre outras coisas nos modos de produzir alimentos, seja na forma do plantio, colheita, conservação e processamento da produção. Assim, o campesinato sempre inovou e produziu técnicas e tecnologias para o melhoramento e conservação de suas formas produtivas. São inúmeros os casos de alimentos produzidos que derivam de uma forte ligação entre camponeses, territórios e práticas tradicionais e culturais passadas de geração a geração.

A manutenção dessas práticas se torna uma ferramenta de luta por seu reconhecimento e permanência em seu território de acordo a suas práticas, ou seja, uma forma de luta contra a tentativa de seu fim e consequente aplicação de uma forma de agricultura capitalista distante de práticas comunitárias e coletivas. Iniciativas que valorizem os aspectos culturais ligadas ao território na produção de alimentos podem ser um importante mecanismo de apropriação desses agricultores em sua luta, entretanto ainda existem muitas barreiras para sua manutenção, a legislação sanitária, por exemplo, pode servir como uma ferramenta de exclusão e de seleção daqueles que podem acessar determinados mercados, colocando os outros na ilegalidade e no risco crescente de ver sua produção apreendida e seu modo de vida ameaçado.

Além desta condição, há um caráter particularmente perverso nas supracitadas práticas excludentes e punitivistas, que é o de minar forças essenciais no tocante ao desenvolvimento local em territórios camponeses. O território, em suas múltiplas concepções, pode ser compreendido como um *locus* em que as forças produtivas se mobilizam, interagem, disputam e no qual, em que pese os conflitos estruturais e a má alocação e distribuição de fatores, bens e direitos, as condições materiais de vida em sociedade se reproduzem.

É no território que as pessoas crescem, aprendem, vivem, trabalham e deveriam ter, por direito, maior protagonismo no processo de tomada de decisões. Contudo, na imensa maioria das situações, o território não consegue prover o nível de qualidade de vida que esta população almeja, menos e tragicamente ainda nas comunidades socialmente mais desfavorecidas, com agravantes de ordem variada no meio rural.

Como destacamos, o conceito de qualidade ampliada traz subjacente a importância de que sejam contempladas múltiplas dimensões, desde sociais, culturais, até o ecológico, nutricional e outras, quando se tem por perspectiva o contexto da pequena agricultura, De modo similar, diversos autores (Sachs, 2003; Kliksberg, 2002; Dowbor, 2001) destacam que o desenvolvimento é um fenômeno que envolve a interação complexa de múltiplos fatores atuantes nas sociedades humanas (econômicos, políticos, educativo-culturais, ambientais) e não como algo que deriva do incremento de um único ou principal desses fatores.

Processos de construção coletiva de ciência, de diálogos de saberes podem, portanto ser um caminho interessante a ser trilhado para inserção produtiva desses agricultores de acordo também com suas próprias práticas de produção e comercialização. A questão não seria, como alguns argumentam, de criar um nicho de mercado, mas possibilitar que essas camponesas e camponeses tenham o direito de permanecer em seus territórios de acordo com seus modos de vida sem o medo constante de ver sua produção apreendida por uma dita “segurança sanitária”.

REFERÊNCIAS

COSTA, Luciana de Castro Neves. **Da paisagem à panela: patrimônios alimentares turísiticas no Brasil.** Pol. Cult. Rev., Salvador, v. 16, n. 1, p. 140-161, jan./jun. 2023.

COUZMENCO, Fernanda. **MPA posiciona a Agroecologia como uma ciência ampla, que precisa de investimento público para crescer mais**. 2023. Disponível em: https://mpabrasil.org.br/noticias/enquanto-negam-a-importancia-da-agroecologia-alimentamos-o-povo-com-ela/. Acesso em: 15 ago. 2023.

DIAZ TEPEPA, Maria Guadalupe. **Interculluralidad, saberes campesinos y educación:** un debate con la diversidad cultural. Tlaxcala, México: El Colegio Tlaxcala, A.C.; Fundación Boll: SEFOA, 2004. 209 p.

DOWBOR, Ladislau. **O Mosaico Partido**. Petrópolis: Vozes, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Cuando la agricultura familiar es campesina**. In.: Hidalgo F., Francisco, ed. Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos / Francisco Hidalgo F., François Houtart, Pilar Lizárraga A., editores —1.ª ed.—.Quito: Editorial IAEN, 2014

HENRIQUES, Flávio Chedid. NEPOMUCENO, Vicente. ALVEAR, Celso. **O conceito de tecnologia:** reflexões para a prática de extensão universitária na área tecnológica. In.: Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista. Organizadores Felipe Addor, Flávio Chedid Henriques. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social.** São Paulo/Brasília: Cortez/Unesco, 2001.

LEAL, Marcelo.Org. **Plano Camponês Por Soberania Alimentar E Poder Popular.** São Paulo. Outras expressões. 2019. 101 p.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio; CAPORAL, Francisco. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In.: PETERSEN, PAULO (org.) **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro** - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. 168p.

OLIVEIRA, A. B.; OLIVEIRA, A. B.; SANTOS, A. P. R.; FARIAS, B. L. O.; GONÇALVES, T. S.; BERNAL, S. E. M.. ESTUDO SOBRE O CHUÑO: método pré-hispânico de desidratação de batatas. **Inovações em Ciência e Tecnologia de Alimentos**, [S.L.], v. 1, n. , p. 734-744, 22 dez. 2022. Agron Food Academy. http://dx.doi.org/10.53934/9786585062046-76.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília: PNUD / SEBRAE, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SEVILLA GUSMÁN, Eduardo; MOLINA, Manoel González. **Sobre a evolução do conceito de campesinato.** 2ª ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2013. 96 p.

SOUZA, Felipe da Fonseca; ANTÃO, Jonas Emanuel da Rocha; BARBOSA, Jonatas Ribeiro Marques; SANTOS, Núbia Dias dos. **O saber camponês na preparação de iguarias derivadas da mandioca no município de Lagarto/SE e a soberania alimentar.** TERRA Habitats Urbanos e Rurais Organizador: Giovanni Seabra, 2019. 904-916.

WOORTMANN, Ellen F.; WORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa / . Brasília : Ed. UnB, 1997.

Contribuições das Metodologias Participativas como Instrumento de Valorização e Visibilidade do Trabalho das Mulheres da Pesca Artesanal na Baía de Guanabara

Aline Duarte Mattos Lessa Ribeiro
Fernanda Santos Araújo

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo fomentar reflexões sobre as contribuições da Educação Popular e utilização das metodologias participativas como instrumento de valorização do saber tradicional, ampliação do autoreconhecimento das pescadoras e senso de pertencimento a uma categoria de trabalho, bem como para aumento da visibilidade do trabalho feminino na pesca artesanal e fortalecimento da luta da categoria. Como caminho metodológico, o primeiro tópico aborda o avanço do capitalismo como produtor de desigualdades sociais, trazendo o recorte específico da Baía de Guanabara e da atividade pesqueira artesanal desempenhada na mesma. Em um segundo momento, as autoras buscam refletir como este cenário acirra a situação de injustiça vivenciada pelas mulheres da pesca, sobretudo com a divisão sexual do trabalho, ocasionando o apagamento e invisibilidade das contribuições e das múltiplas tarefas desempenhadas pelas pescadoras, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo, e consequentemente, inviabilizando o acesso a direitos como classe trabalhadora. Num terceiro momento, parte-se das vivências junto às pescadoras no âmbito de um Projeto de Educação Ambiental na Baía de Guanabara, em articulação com a orientação de pesquisa e debate teórico que vem sendo estabelecido no Programa de Pós-Graduação em

Tecnologia para o Desenvolvimento Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, para apontar as contribuições das metodologias participativas para valorização do saber tradicional e visibilidade do trabalho feminino da pesca artesanal. Por fim, apresentam uma breve sistematização sobre o planejamento e execução de uma oficina realizada com as mulheres da pesca, representantes de quatro municípios do Rio de Janeiro, que teve como objetivos principais promover a publicização de uma cartilha, bem como a troca de saberes sobre as principais demandas nacionais das pescadoras artesanais.

CENÁRIO DA PESCA ARTESANAL DA BAÍA DE GUANABARA

A Baía de Guanabara localiza-se no estado do Rio de Janeiro, sendo considerada uma das três maiores baías do litoral brasileiro, com área superficial de aproximadamente 381 km² (IBGE, 2024). Segundo informações do Comitê de Bacias Hidrográficas da Baía de Guanabara, sua região hidrográfica abriga dezenas de ilhas e cobre 17 municípios[9] da região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo que em alguns destes municípios existem comunidades tradicionais pesqueiras, que, segundo a Cartilha do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), são consideradas povos tradicionais porque constituem "grupos sociais que guardam entre si uma história em comum, uma forma própria de viver e se relacionar com a natureza, as tradições, as crenças que os distinguem dos demais membros de outros grupos humanos". (MPP. 2014. p. 07). Os territórios que se entrelaçam e circundam a Baía de Guanabara

[9] De maneira total: Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Tanguá, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti e Nilópolis; e de maneira parcial: Maricá, Rio Bonito, Cachoeiras de Macacu, Petrópolis, Nova Iguaçu e Rio de Janeiro. Fonte: https://comitebaiadeguanabara.org.br/regiao-hidrografica/

vem sofrendo uma série de mudanças ao longo dos anos, sobretudo de transformações tecnológicas que trazem consigo inúmeros impactos em todos os campos. Addor e Alvear (2022. p.11) ao abordar as transformações tecnológicas em nossa sociedade a partir do século XX, apontam que embora resultem em avanços e diversas melhorias na qualidade de vida, há falta de acesso a essas tecnologias pela maioria da população "a qual muitas vezes fica apenas com o ônus que são os grandes impactos ambientais, a maior exploração do trabalho, o aumento da desigualdade de renda".

Neste cenário, as pescadoras e os pescadores artesanais da Baía de Guanabara são impactados negativamente de diversas formas. Como moradores de regiões metropolitanas, sofrem com a falta de infraestrutura e de políticas públicas (ou de implementação das mesmas) como nas áreas de educação, saúde, assistência social, saneamento básico, segurança, esporte e lazer, dentre outros. Como povos tradicionais sofrem com a invisibilidade e desvalorização de sua cultura e seu jeito de ser, viver, produzir e se relacionar com o ambiente e com o território onde vivem e do qual tiram seu sustento. Como classe trabalhadora, sofrem também com as dificuldades burocráticas e de acesso à documentação para regularização profissional (o que também perpassa a falta de informação e de acesso às ferramentas tecnológicas exigidas pelos órgãos para envio da documentação comprobatória da atividade e solicitações diversas de benefícios) e, consequentemente, a falta de acesso às poucas políticas públicas e garantia de direitos previdenciários voltados à categoria pesqueira.

São inúmeros os impactos negativos decorrentes do desenvolvimento, com o avanço das tecnologias capitalistas, da urbanização acelerada, da especulação imobiliária, da falta de

segurança pública, da perda e/ou mudanças no ordenamento de seus territórios com a chegada de grandes empreendimentos como a construção e exploração comercial do Porto de Niterói em 1925, a inauguração dos Aeroportos Santos Dumont em 1936 e Internacional do Rio de Janeiro, denominado atualmente como Galeão, em 1952, a inauguração da Ponte Rio-Niterói em 1975, dentre outros. (Chaves, 2022). Além dos impactos nos territórios pesqueiros, adicionam-se os conflitos e impactos causados no maretório pelo aumento das áreas de exclusão de pesca, seja pela criação de áreas de proteção ambiental, pelas atividades de empresas do setor naval, pelo setor da pesca industrial e da cadeia de Petróleo e Gás, que devido ao tráfego de embarcações, diminuem cada vez mais as áreas permitidas para a pesca no espelho d'água da Baía de Guanabara. Somados a isso, há a poluição dos navios, a poluição dos "corpos d'água" causados pelo lixo, esgoto a céu aberto em muitas regiões, assoreamento e falta de saneamento básico. Como consequências, aponta-se o aumento do esforço de pesca e dos custos materiais para desempenho da atividade, a diminuição dos estoques de pescado, e consequentemente, a diminuição da renda e descaracterização da pesca artesanal.

Conforme exposto, as comunidades tradicionais pesqueiras são povos que sofrem com os inúmeros impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do modo de produção capitalista e que lutam pelo direito de permanecer em seus territórios[10]. De acordo com Gallo (2012) "A lógica neoliberal de

[10] Para uma análise mais ampliada, vale destacar as contribuições de Bonfá Neto e Susuki (2019) em revisão bibliográfica sistemática, onde contextualizam diversas pesquisas e perspectivas de análise da pesca artesanal na América Latina, apontando para o estado atual de vulnerabilidade da atividade pesqueira "junto com seus modos de vida associados, que dependem das condições que afetam o ambiente e os sistemas sociais".

autorregulação do mercado" resulta na precarização da qualidade de vida dessas comunidades e no aprofundamento das expressões da questão social, uma vez que "reduz cada vez mais os sistemas de proteção social". Romier da Paixão e González de Molina (2019) reforçam sobre os impactos dessa "modernização" nas populações rurais e na sociedade em geral, apontando que partes dos problemas que ocorreu com este processo foram a perda do saber tradicional das comunidades camponesas e que "a invisibilidade e discriminação dessas sabedorias também eram perceptíveis como produto da modernização", o que de igual forma acontece com as comunidades pesqueiras.

Mediante a esta breve contextualização, registra-se que tais problemas são vivenciados por grande parte das pescadoras e dos pescadores que vivem "na" e "da" Baía de Guanabara, independente de questões de gênero. Adiciona-se, porém, que a situação da Mulher pescadora é ainda de maior injustiça. Ao longo deste trabalho, abordaremos a questão da invisibilidade e desvalorização do trabalho das mulheres na pesca artesanal, apontando a educação popular e utilização de metodologias participativas como instrumento de valorização do saber tradicional e visibilidade do trabalho das mulheres da pesca artesanal.

A INVISIBILIDADE E SITUAÇÃO DE INJUSTIÇA VIVENCIADA PELAS MULHERES DA PESCA ARTESANAL

Historicamente, as mulheres fazem parte da cadeia da pesca nas mais diversas atividades, apesar disso, Martinez e Helebrandt (2019) afirmam em suas pesquisas que o trabalho essencial desempenhado pela mulher pescadora ainda continua perpassado ao sentido de ajuda/apoio/ complementar, em um universo onde a atividade principal ainda é desempenhada majoritariamente pelos homens. Sendo assim, as referidas autoras

apontam que o trabalho executado pelas mãos potentes das mulheres da pesca tem sido atravessado pela invisibilidade e desvalorização em todas as esferas de poder, caracterizado não apenas pela falta de políticas públicas voltadas à categoria, como também dentro da própria organização e falta de identificação deste trabalho pelas próprias mulheres e até mesmo por seus pares. Corroborando com estes dados, Helebrandt, Walter, Fischer e Annello (2015) afirmam que a falta dessa autoidentificação como pertencentes a uma categoria profissional, leva essas mulheres a se declarar como apoiadora/ ajudadora de seus cônjuges e familiares na atividade pesqueira, principalmente pelo fato de grande parte delas atuarem nas atividades de pré e pós captura do pescado.

Para compreender as origens do abafamento e invisibilidade do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres da pesca, decorrentes das relações sociais patriarcais e desiguais advindas do modo de produção capitalista, faz-se necessário dialogar sobre a divisão sexual do trabalho, que segundo Hirata e Kargoat (2007), é histórica e socialmente articulada, priorizando o homem à esfera produtiva, agregando maior valor social ao trabalho dos mesmos, enquanto às mulheres são atribuídas as funções do trabalho reprodutivo que, consequentemente, é considerado de menor valor e invisibilizado. Davis (2016) discorre que tal desigualdade sexual nem sempre se configurou desta forma, uma vez que antes do surgimento da propriedade privada a produção econômica entre os sexos não era vista de maneira gradativa, mas completiva, pois eram vistas como funções estruturantes para manutenção e sobrevivência da coletividade. Davis (2016, p. 231) aponta como fruto do avanço da industrialização a criação da ideologia burguesa da “dona de casa e mãe como modelo universal de feminilidade”, sendo o

seu trabalho considerado inferior e sem importância, por não ser atribuído à geração de lucro para o capital.

De acordo com estatísticas oficiais disponibilizadas em 2024 no relatório da FAO[11] sobre o estado da pesca e aquicultura mundial, estima-se que no ano de 2022 aproximadamente 61,8 milhões de pessoas estavam envolvidas diretamente na captura do pescado, ou seja, na atividade primária, sobretudo em operações de pequena escala. Dados desagrupados por sexo indicam que as mulheres representam 24% dos pescadores e piscicultores na captura, em comparação com 62% de mulheres nas atividades de processamento, ou pós captura. Ainda segundo o relatório da FAO, estima-se que em 2022 cerca de 500 milhões de pessoas dependem da pesca em pequena escala para a sua subsistência, incluindo 53 milhões envolvidos na pesca de subsistência, dos quais 45% são mulheres. O relatório aponta que apesar do grande número de mulheres na atividade pesqueira, permanecem as desigualdades de gênero, com disparidades salariais, violência de gênero e falta de reconhecimento das contribuições femininas para a cadeia produtiva da pesca.

Em nível nacional, de acordo com levantamento do Painel de Consultas do SISRGP[12] (Registro Geral da Atividade

[11] Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla do inglês Food and Agriculture Organization). O relatório da FAO denominado "O Estado Mundial da Pesca e da Aquicultura 2024 – Transformação Azul em ação" encontra-se disponível em: https://openknowledge.fao.org/items/ef79a6ba-d8df-41b9-9e87-2b6edd811511

[12] O Painel de Consultas do Registro Geral da Atividade Pesqueira é disponibilizado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e agrega dados de dois sistemas existentes no Brasil: o PesqBrasil Pescador e Pescadora Profissional e o Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira – SISRGP. O Painel pode ser consultado no link: https://www.gov.br/mpa/pt-

Pesqueira), realizado em maio de 2025, o Brasil conta neste momento com 1.867.637 pescadores artesanais, como profissionais ativos e licenciados. Desse total, 933.444 são mulheres – o que representa 49,98% de participação feminina no ofício. No estado do Rio de Janeiro, onde se localiza a Baía de Guanabara, o levantamento do SISRGP apontou para a existência de 18.944 pescadores artesanais ativos e licenciados, e destes, 5.969,25 são mulheres – o que representa 31,51% da participação feminina no ofício. Destaca-se, porém que este dado se refere aos pescadores e pescadoras regularizados com sua documentação, o que não corresponde ao total de trabalhadores que desempenham funções na pesca artesanal no Brasil e no estado do Rio de Janeiro, respectivamente, uma vez que muitos profissionais da pesca artesanal ainda trabalham sem regulamentação, devido a inúmeros fatores de vulnerabilidade social.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA VALORIZAÇÃO E VISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO DA PESCA ARTESANAL DA BAÍA DE GUANABARA.

Importantes autores abordam sobre as estratégias de diferentes atores e redes, que por meio de suas organizações sociais vêm construindo formas contra hegemônicas de construção e disseminação de conhecimento pelo mundo. Afirmam a necessidade de que sejam estabelecidos diálogos e convergências entre diferentes temáticas, adotando a Inter comunicabilidade entre os distintos saberes com base na participação social para emancipação e transformação social. Nesse sentido, destacam as experiências significativas dos povos campesinos e comunidades tradicionais, “cujas organizações sociais e arranjos

br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira

produtivos tendem a ser mais solidários e sustentáveis". (Gallo, 2021 e Romier; Molina, 2019). Ambos dialogam sobre a perspectiva de uma educação crítica e transformadora com abordagem agroecológica, entendida neste trabalho como experiências educativas alternativas, que buscaram valorizar a sabedoria dos camponeses e seus contextos locais (agroecossistemas, sistemas agrários) desde o desenvolvimento de metodologias participativas e de formação crítica da realidade, tornando-se imprescindível fortalecer os princípios da vida, da diversidade, complexidade e transformação (Romier; Molina, 2019).

Corroborando com as perspectivas dos citados autores, e para situar o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara, destaca-se que o mesmo visa atender condicionantes do licenciamento ambiental federal de empreendimentos marítimos de Exploração e Produção (E&P) de Petróleo e Gás (P&G) na Bacia de Santos. É conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, coordenado pela Petrobras e executado pela empresa Printcom Assessoria de Comunicação. Tem como objetivo promover (por meio de processo educativo) o fortalecimento da organização social, política e econômica das comunidades que exercem a pesca artesanal na Baía de Guanabara (como maiores impactados neste processo), a fim de intervirem de forma qualificada na gestão socioambiental do seu território. O citado projeto iniciou sua primeira fase em maio de 2019 e encontra-se atualmente em sua segunda fase (que vai até julho de 2025), tendo como base a educação ambiental crítica, transformadora e emancipatória, que utiliza a metodologia dialógica e participativa, pautada na gestão ambiental pública. Os sujeitos prioritários da ação educativa são os participantes da cadeia da pesca artesanal como um todo, sendo homens e mulheres. Contudo, para dar maior

enfoque à questão do trabalho das pescadoras, faremos aqui um recorte sobre as reflexões em decorrência da realização de atividades voltadas exclusivamente para as mulheres da pesca da Baía de Guanabara, uma vez que a atuação de uma das autoras como educadora ambiental e parte da equipe executora do projeto, possibilitou o planejamento e execução de diversas ações educativas e intercâmbios de experiências.

Neste cenário, destacam-se as rodas de conversa estabelecidas com as mulheres da pesca, como metodologia participativa para fomento das reflexões sobre as dificuldades e limitações que essas pescadoras vivenciam no seu cotidiano de trabalho, pelo fato de serem mulheres, bem como os preconceitos e violências pelo qual passaram em um universo majoritariamente masculino, e que acarretam na invisibilidade e falta de valorização do mesmo. Destaca-se que as referidas "rodas" traziam como convidadas mulheres pescadoras e/ou representantes de instituições da pesca, movimentos sociais e integrantes de empreendimentos solidários, bem como órgãos de fomento à pesca, estimulando e fortalecendo a articulação comunitária. Tais rodas de conversa tiveram como base a Educação Popular[13] e os "Círculos de Cultura[14]", de Paulo Freire, em que ao objetivar

[13] A Educação Popular é uma prática que valoriza os saberes dos educandos, de modo a fomentar a construção de conhecimentos vinculados a seu contexto concreto a partir de convivências não hierarquizadas entre educadores e educandos nos processos de ensino e de aprendizagem. Os princípios teórico-metodológicos da Educação Popular, quando inseridos em diferentes contextos, visam a organizar as práticas sociais de maneira a potencializar a tomada de consciência para a busca por soluções para os problemas e para as demandas locais e globais. (SPOHR, *et al.*, 2021. p. 17)

[14] O círculo de cultura – no método Paulo Freire – re-vive a vida em profundidade crítica. A consciência emerge do mundo vivido, objetiva-o, problematiza-o, compreende-o como projeto humano. [...] Todos juntos, em círculo, e em colaboração, re-elaboram o mundo e, ao construí-lo, apercebem-se de que,

seu mundo, o educando reencontra-se com os outros e nos outros.

> [...] Distanciando-se do seu mundo vivido, problematizando-o, 'descodificando-o criticamente, no mesmo movimento da consciência o homem se redescobre como sujeito instaurador desse mundo de sua experiência. Testemunhando objetivamente sua história, mesmo a consciência ingênua acaba por despertar criticamente, para identificar-se como personagem que se ignorava e é chamada a assumir o seu papel. A consciência do mundo e a consciência de si crescem juntas e em razão direta: uma é luz interior da outra, uma comprometida com a outra. (FREIRE, 2019, p.20).

Registra-se que ao início do contato com as pescadoras em 2019, durante as visitas exploratórias para o processo de identificação, estabelecimento de diálogo e início da mobilização comunitária, ao serem questionadas pelos educadores ambientais se eram pescadoras ou sobre sua função/ participação na cadeia da pesca, muitas mulheres respondiam que eram apenas esposas, filhas, netas e sobrinhas de pescadores, donas de casa, "do lar" e que não faziam parte da categoria pesqueira. Mas quando questionadas se "ajudavam" seus maridos na pesca, elas iam respondendo: *"Eu limpo, fileto, vendo o peixe, descasco o camarão"*, *"Meu marido só pesca, eu que faço todo o resto e vendo"*, *"Sou eu quem preparo as iscas e remendo as redes de pesca"* e *"Saio com meu marido para pescar, mas só ajudo remando"*. Percebeu-se então, que as mesmas já desempenhavam funções importantes na cadeia produtiva da pesca,

embora construído também por eles, este mundo não é verdadeiramente para eles. (FREIRE, 2019. p.24)

apenas não se identificavam e/ou reconheciam como pescadoras. Destaca-se também que as poucas que respondiam ser pescadoras de fato, eram aquelas que atuavam diretamente na captura do peixe ou na "cata" do caranguejo, o que facilitava a autoidentificação das mesmas como pescadoras e caranguejeiras. Já as mulheres que atuavam nas atividades pré e pós captura (na manutenção dos petrechos, no beneficiamento, no filetamento, na comercialização, dentre outros) muitas vezes não se viam como participantes da cadeia produtiva, ou seja, se viam como ajudadoras, apoiadoras, mas não pescadoras.

Em 2020, com a pandemia da Covid-19 e a necessidade de distanciamento social, o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara precisou "inventar" novas formas de comunicação com os sujeitos da ação educativa. Neste cenário, realizou-se o primeiro encontro virtual voltado apenas às mulheres participantes da cadeia da pesca. Durante o encontro, denominado *"Mulheres da pesca, mulheres da Guanabara. Onde estão? Aqui! Presentes!"*, que contou com 33 participantes, fomentou-se o debate sobre a situação de exclusão e invisibilidade das mulheres, provocando reflexões sobre o importante papel das mulheres no setor pesqueiro, contribuindo, ainda, para uma reflexão sobre a necessidade do enfrentamento das desigualdades e injustiças de gênero vivenciadas. Desta forma, por meio da troca de saberes (ainda que adaptada ao modelo remoto), a temática sobre o autorreconhecimento da mulher na pesca foi debatida e essas mulheres começaram a verbalizar/ dialogar sobre o desafio de ser mulher na pesca artesanal, os "pré conceitos" que viviam em suas próprias famílias, a discriminação nos órgãos públicos e entidades representativas da pesca para reconhecimento como profissional da pesca e acesso a direitos previdenciários, dentre outros. O segundo encontro virtual, realizado em

2021, denominado *"Mulheres e a pesca artesanal: valores, desafios e contribuições"*, contou com a presença de 24 participantes. Fomentou o debate sobre os múltiplos trabalhos da mulher na pesca (e suas contribuições) para/na pesca artesanal, como agregação de valor aos produtos do pescado por meio do beneficiamento, bem como para manutenção dos ecossistemas, no trabalho de limpeza e replantio do mar e do mangue.

Em 2022, com o abrandamento da pandemia, retoma-se o contato em campo com as comunidades pesqueiras e, neste processo, inicia-se em parceria com o Projeto Teatro das Oprimidas[15], (do Centro do Teatro do Oprimido, a patrocínio da Petrobras), oficinas de formação com as mulheres pescadoras da Baía de Guanabara, utilizando-se as ferramentas do Teatro do Oprimido, que segundo Sarapeck (2016) "é um método teatral e político que busca a transformação das injustiças sociais". Este método, criado por Augusto Boal[16] inclui exercícios, jogos, música, dança, movimentos e técnicas teatrais, com objetivo de estimular o diálogo e a transformação social. Ao todo, foram realizadas três oficinas com as pescadoras entre 2022 e 2023, onde foram trabalhados jogos, dinâmicas, músicas, coreografias e construção de cenas do Teatro do Oprimido para contribuir na reflexão sobre as inúmeras situações de opressão: violência de gênero; preconceito e patriarcado que essas mulheres

[15] O Projeto Teatro das Oprimidas surgiu da urgência em desenvolver processos de representação que não culpabilizem as mulheres pelas opressões que enfrentam e nem individualizem a encenação dos conflitos que as desafiam. É um processo estético investigativo que valoriza tanto a perspectiva subjetiva, que garante a complexidade das personagens, quanto a abordagem contextual do problema encenado, que permite revelar os mecanismos de opressão envolvidos na situação (SANTOS, Bárbara. Metaxis nº 09 2019)

[16] Augusto Boal nasceu em 16 de março de 1931 e morreu em 02 de maio de 2009. (SANTOS, 2019, p. 116)

vivenciam em seus cotidianos de vida; nos espaços públicos; privados e institucionais e motivando um enfrentamento através da arte. Foi possível observar a importância da criação de espaços voltados apenas para o público feminino da pesca: as participantes se expressaram de maneira mais livre e autônoma e puderam se integrar mais aos exercícios propostos pelo Teatro do Oprimido, além do aprofundamento da perspectiva subjetiva dos problemas enfrentados pelas mulheres pertencentes à cadeia da pesca artesanal.

> [...] Pensando a metodologia como uma prática educacional que colabora para romper as barreiras do preconceito, do machismo, do racismo, da homofobia, da aporofobia, é possível concluir que ela também pode ajudar a romper a barreira que nossa sociedade, em especial a ocidental, criou para que o ser humano não se perceba como parte da natureza. O processo de educação ambiental aliado ao Teatro do Oprimido pode ser a chave para chacoalhar as pessoas e criar fissuras nos mecanismos sociais que levam a crer que somos seres melhores que outros. (Sarapeck, 2023,p. 126)

Após a realização das oficinas com o Teatro das Oprimidas, em 2023 o Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara realizou um terceiro encontro temático com as mulheres da pesca, desta vez presencial, denominado *"Reconhecimento e Direitos Previdenciários das mulheres da pesca",* com a presença de 49 mulheres pertencentes à cadeia da pesca. Durante o encontro, foram abordadas as limitações e entraves vivenciados pelas pescadoras para acesso a direitos e benefícios previdenciários, bem como estratégias de luta individuais e coletivas para reconhecimento do trabalho feminino na pesca. Destacamos algumas expressões verbais utilizadas pelas pescadoras nas

atividades realizadas, que traduzem a luta da categoria, *como: "Juntas somos mais fortes!"; "Uma mulher sozinha pode fazer, mas um grupo de mulheres se apoiando e fazendo juntas, chegam lá!!"; "As pescadoras precisam estar unidas pois a luta é coletiva!"; "E quem disse que o mar é dos homens?"; "As mulheres resistem na pesca artesanal".*

Por fim, apresentaremos uma breve sistematização da última oficina realizada com as pescadoras da Baía de Guanabara no ano de 2024, com vistas a dar maior visualidade do processo educativo que vem sendo estabelecido e das contribuições da educação popular e uso das metodologias participativas.

REALIZAÇÃO DE OFICINA COM MULHERES DA PESCA ABORDANDO A CARTILHA "MULHERES DAS ÁGUAS E DAS MARÉS"

Recentemente, no contexto nacional, uma série de oficinas foi realizada pela Oceana Brasil[17] com lideranças femininas da pesca de todo o país, onde compartilharam suas experiências visando a troca de saberes, eleição e sistematização de demandas coletivas para proposição de uma nova política pesqueira nacional, com inserção de demandas de gênero. Tais oficinas proporcionaram o resgate e ampliação do debate sobre os direitos das mulheres da pesca e a falta de políticas públicas voltadas à categoria, culminando com a elaboração de uma cartilha, denominada *"Mulheres das Águas e das Marés: 20 Demandas das*

[17] A Oceana foi criada em 2001 por um grupo de fundações líderes em conservação – Pew Charitable Trusts, Oak Foundation, Marisla Foundation (anteriormente Homeland Foundation), e Rockefeller Brothers Fund. Trata-se de uma organização internacional focada exclusivamente nos oceanos, dedicada a promover mudanças mensuráveis por meio de campanhas nacionais específicas com embasamento científico, prazos definidos e objetivos articulados. Fonte: https://brasil.oceana.org/sobre-nos/

Pescadoras Artesanais[18]" que aborda as principais pautas elencadas coletivamente por 66 lideranças femininas da pesca no Brasil.

Por entender a relevância de ampliar este debate que vem sendo realizado no âmbito nacional junto às pescadoras da Baía de Guanabara, planejou-se uma oficina para promoção de reflexões sobre as principais demandas que vem sendo pleiteadas pela categoria, de forma a publicizar a referida cartilha e promover um diálogo de saberes entre as mulheres da pesca. Pelo fato de ser uma das responsáveis pela organização e mediação do evento, desde a escolha da temática, metodologias a serem utilizadas, convidadas da roda de conversa e por toda a logística necessária, uma das autoras teve oportunidade de ampliar sua análise como pesquisadora acerca da luta feminina da pesca em busca de visibilidade e direitos. Outra etapa do processo foi a realização de um encontro virtual da equipe executora do projeto com representantes da Oceana Brasil e cinco lideranças femininas que participaram ativamente do processo de elaboração coletiva da cartilha, para ampliação de conhecimentos sobre o processo educativo realizado e articulações.

A Oficina denominada *"Demandas Nacionais das Pescadoras Artesanais"* foi realizada no dia 27 de maio de 2024, em Magé, Rio de Janeiro, com duração de quatro horas e a participação de 40 mulheres da cadeia da pesca, dentre elas pescadoras, caranguejeiras, quilombolas e artesãs. Intencionalmente, foram selecionadas metodologias participativas, dinâmicas e organização do espaço de forma a garantir a troca de saberes, o afeto, o pertencimento, o reconhecimento e valorização do

[18] A cartilha encontra-se disponível em: https://brasil.oceana.org/relatorios/mulheres-das-aguas-e-das-mares-20-demandas-das-pescadoras-artesanais/

trabalho das mulheres na pesca. Entende-se que na educação popular todo o ambiente deve envolver e estimular a participação, por isso optamos por decorar o ambiente com tecidos "Chita", varal com fotos dos encontros anteriores voltados às mulheres realizados pelo projeto, alguns objetos dispostos como barquinhos e redes de pesca, além dos cuidados na "chegança" e recepção das pescadoras, com música e mesa de café da roça, proporcionado pela agricultora anfitriã do local. A própria escolha do local já teve por intencionalidade contribuir no pertencimento e valorização dos saberes tradicionais, uma vez que o evento foi realizado em uma chácara que abriga o Museu Vivo de Agroecologia de Magé, valorizando a cultura e tradição local.

O encontro teve como objetivos: promover a ampliação do debate sobre as principais demandas nacionais que vem sendo pleiteadas pela categoria pesqueira feminina, de forma a publicizar a Cartilha "Mulheres das Águas e das Marés" como um documento importante para o fortalecimento da organização da categoria da pesca, e, sobretudo das mulheres, na busca por direitos. Se constituiu em quatro momentos principais:

1. Dinâmica inicial do "Café com prosa[19]", onde as mulheres "sentaram-se à mesa" para tomar café com as demais companheiras e praticar uma espécie de "cochicho/ fofoca" sobre a seguinte pergunta indutora: *"O que impede as mulheres de participar dos espaços de decisão da pesca artesanal?".* Ao longo do debate, promoveu-se um rodízio entre as

[19] Esta dinâmica foi uma adaptação da metodologia participativa denominada "Mate com prosa", que possibilita a troca, o incentivo à participação de todos, o diálogo em pequenos grupos e o compartilhamento de ideias de forma rápida e dinâmica, em torno de uma pergunta central. Fonte: https://base.socioeco.org/docs/d630d9ab58ff88e3b2b3ae1b63e95fed.pdf

mesas de forma a "polinizar" os conhecimentos, enquanto as mediadoras iam sistematizando os debates na toalha de mesa, que se transformava em cartazes. Logo após as representantes de cada mesa compartilhou o resumo dos debates estabelecidos;

2. Apresentação de três pequenas cenas do Teatro das Oprimidas, onde as personagens são mulheres da pesca buscando atendimento em órgãos públicos de saúde e previdência, bem como em entidade representativa da pesca. Os diálogos estabelecidos nas cenas apresentam algumas problemáticas vivenciadas pelas pescadoras como: a invisibilidade e preconceitos vivenciados, a não categorização de algumas doenças como provenientes da atividade pesqueira, a falta de preparo dos técnicos para identificação e registro das pescadoras, bem como a falta de acesso a benefícios previdenciários;
3. Distribuição das cartilhas e momento de exposição dialogada sobre as vinte demandas nacionais das mulheres da pesca. Cada uma das vinte demandas foi sistematizada em *"cards"* com fotos, imagens representativas e frase/ resumo da demanda apresentada, que ao serem debatidas pela mediadora e demais participantes, iam compondo um varal expositivo;
4. Roda de conversa com a participação de uma convidada, marisqueira e artesã de Arraial do Cabo (RJ), representante da Comissão Nacional para o Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros Marinhos – Confrem, sobre a necessidade de fortalecimento da luta da categoria, com a articulação das mulheres e inserção das mesmas nos espaços de decisão, por meio da seguinte

pergunta indutora: "Como as mulheres da pesca na BG podem se inserir nesta luta coletiva?".

Durante o encontro, algumas pautas foram apontadas pelas pescadoras como impeditivas da participação das mulheres nos espaços de discussão e decisão da pesca artesanal como: necessidade de garantir um espaço de acolhimento para as crianças e idosos, uma vez que as mulheres desempenham o trabalho de cuidado; falta de tempo, cansaço, desânimo e até doenças psíquicas devido às múltiplas tarefas das mulheres da pesca; falta de verbas para custear passagem; machismo e preconceito de seus pares e familiares, que muitas vezes as impedem de participar; doenças provenientes da atividade pesqueira, dentre outros. Além disso, os debates giraram em torno do processo educativo e das oficinas nacionais que culminaram com a elaboração coletiva da cartilha[20], bem como na troca de

[20] Vale destacar o resumo dos 20 pontos de reinvindicações das pescadoras artesanais abordados na oficina: 1. Respeito à identidade de pescadora; 2. Fim da violência institucional; 3. Garantia do direito a mais espaços de comercialização dos produtos; 4. Criação de programas de atenção especializada à saúde das mulheres pescadoras e marisqueiras, 5. Criação de programas de incentivo à agregação de valor aos produtos; 6. Desburocratização dos Registros de Pescadora e Marisqueira; 7. Reconhecimento pelo INSS, das doenças ocupacionais das mulheres na pesca e mariscagem; 8. Criação de programas de incentivo à independência financeira; 9. Criação de programas de formação e capacitação para novas lideranças femininas na pesca e para seus/suas filhos/as; 10. Garantia de participação e direitos nos espaços de tomada de decisão; 11. Reconhecimento à cultura e aos saberes tradicionais; 12. Fim das ameaças contra as mulheres nos territórios de pesca e maretórios; 13. Fortalecimento dos coletivos de mulheres que vivem em comunidades tradicionais pesqueiras; 14. Garantia de cotas nos cursos universitários para mulheres da pesca; 15. Ampliação do seguro defeso para mulheres marisqueiras; 16. Visibilidade e reconhecimento para as mulheres das águas e dos mangues; 17. Fim do racismo e do machismo; 18. Direito à aposentadoria, auxílio-doença, licença-maternidade e todos os demais direitos, sem precisar de documentação complementar dos homens (maridos, filhos, irmãos); 19. Criação de um banco de dados único das

conhecimentos sobre as 20 demandas apresentadas pelas pescadoras artesanais. Neste cenário verificou-se a similaridade das problemáticas apresentadas a nível nacional, com a realidade da pesca artesanal na Baía de Guanabara, sobretudo nas questões que perpassam a falta de reconhecimento, respeito e valorização do trabalho da mulher na pesca, o preconceito e diversas violências vivenciadas, a necessidade de valorização dos saberes tradicionais da pesca artesanal, burocratização e falta de acesso a direitos beneficiários, a falta de preparo dos técnicos e agentes de saúde para atendimento das mulheres da pesca, a necessidade de criação de programas de saúde específicos para as mulheres da pesca e o devido reconhecimento das doenças provenientes da atividade laboral, e a necessidade de criação de um banco de dados único das pescadoras, que possam estatisticamente embasar políticas públicas.

Como resultados da oficina, as autoras analisam que os debates estabelecidos favoreceram a valorização do senso de pertencimento a uma categoria de trabalho, a reflexão sobre a importância de se lutar por políticas públicas e criar estratégias que possibilitem a equidade de gênero. O evento promoveu também o fortalecimento da organização comunitária, através da articulação entre as mulheres da pesca, o reforço da importância de se ocupar espaços de tomada de decisão e constituir espaços de construção coletiva de propostas que busquem a superação dos problemas identificados pelas pescadoras. *"Eu sou mulher da pesca porque eu faço parte da cadeia produtiva da pesca artesanal do Brasil.", "A gente precisa furar a bolha e mostrar nossa cara, nossa voz e nossa força", "Precisamos garantir nossa visibilidade como trabalhadora e não como apoiadora",*

pescadoras; 20. Garantia de proteção e reconhecimento dos territórios e maretório.

"Como vamos acessar a política se não temos acesso à tecnologia, e se não temos acesso, como vamos garantir direitos?", "Na cartilha tem a voz de todas as mulheres, pois foi construída a muitas mãos", "Os homens precisam falar dessa cartilha!", "Se as mulheres se encontram, elas se reconhecem. Se elas se reconhecerem, elas se somam, e se elas se somam, ninguém segura essa mulherada". Essas são algumas falas[21] das potentes mulheres da pesca artesanal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, abordamos a problemática da invisibilidade que perpassa as relações de trabalho e vida das pescadoras artesanais no Brasil, e mais especificamente na Baía de Guanabara. Apesar de todo o contexto histórico de abafamento do trabalho feminino, é preciso que a sociedade conheça e anuncie o potente trabalho desempenhado pelas mulheres que integram a cadeia da pesca artesanal em todas as esferas: são as mãos que tecem as redes, preparam os petrechos, pegam nos remos e empurram os barcos, atuam na captura de pescado, na 'cata" do caranguejo e siri, dentre outros. Mãos que filetam, descarnam, beneficiam e preparam o pescado, transformando-o em deliciosas receitas tradicionais e/ou novos produtos. São as mãos artesãs que transformam os recursos naturais em joias e obras de arte, preparam os festejos e atuam no âmbito da Economia Popular. Na perspectiva do "cuidado", as mesmas pescadoras também são as mãos que executam as tarefas domésticas, embalam as crianças, viabilizam o trabalho masculino, tecem histórias com os sabores e saberes que passam de geração em

[21] Informação verbal: As frases destacadas foram oralizadas tanto pelas pescadoras participantes da Oficina de mulheres, realizada no âmbito do Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara, quanto do encontro virtual com as mulheres que participaram do processo de elaboração da Cartilha.

geração. São as mãos que contribuem para o reflorestamento de áreas degradadas, o replantio dos manguezais, a sustentabilidade do meio ambiente e das próximas gerações. Por fim, são as mãos fortes que se levantam nos espaços de discussão e atuam na defesa dos seus territórios, que se entrelaçam para o alcance de um objetivo comum: a (re)existência da atividade pesqueira artesanal.

O presente estudo teve como objetivo fomentar reflexões sobre as contribuições da educação popular e utilização das metodologias participativas como instrumento de valorização do saber tradicional e visibilidade das mulheres da pesca. Partiu de análises e percepções de uma educadora popular/ ambiental (que atua no Projeto de Educação Ambiental da Baía de Guanabara, junto aos pescadores de 19 comunidades pesqueiras, nos municípios de Magé, Niterói, Itaboraí e Rio de Janeiro), em articulação com a orientação de pesquisa e debate teórico que vem sendo estabelecido no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Ao longo do trabalho, apontou-se para as inúmeras contribuições da educação popular e das metodologias participativas como instrumento de valorização do saber dos povos tradicionais e estímulo/ promoção/ ampliação do senso de pertencimento, autorreconhecimento das mulheres pescadoras e visibilidade do trabalho feminino na pesca artesanal e fortalecimento da luta da categoria. Destaca-se o Teatro das Oprimidas como uma ferramenta que contribuiu para potencializar as falas das mulheres e seu protagonismo, ao trabalhar jogos, técnicas teatrais, a (des)mecanização do corpo, a criação de cenas cotidianas que geram reflexões sobre situações de opressão vividas. Já as Rodas de Conversa, com base na educação popular de Paulo

Freire, possibilitaram trocas e observações profundas sobre a prática da pesca artesanal, contribuindo para ampliação da análise coletiva e potencialização do discurso e da luta da categoria, por meio da articulação comunitária. As observações das autoras permitiram a análise de algumas mudanças de percepção e atitude das pescadoras como pertencentes a uma categoria de trabalho, evidenciada tanto pelas falas e expressões das mesmas em decorrência do processo educativo e do desvelar de suas realidades, quanto pela formação de novas lideranças femininas e inserção destas nos espaços de debate e controle social, com discurso mais "qualificado". O que se atribui em parte ao processo educativo mediado pelo projeto, com destaque para as Rodas de Conversa e trocas com o Teatro do Oprimido, potentes ferramentas que colaboraram para esse resultado, somadas à trajetória de vida, luta e resistência dessas mulheres em seus territórios.

Não se pretendeu no presente trabalho aprofundar as reflexões, entendendo que ainda há muito o que se alcançar, muitos caminhos a percorrer no que tange a instrumentos da educação popular. Mas seguimos na práxis, na "reflexão-ação-reflexão" freireana, por uma educação ambiental crítica, emancipatória e transformadora, que desvela realidades. Nessa trajetória, há inúmeras contribuições da utilização de metodologias participativas para ampliação das muitas vozes femininas e no entrelaçar das mãos potentes das pescadoras artesanais da Baía de Guanabara.

REFERÊNCIAS

ADDOR. F. ALVEAR, C. **Democracia, Autogestão, politecnia e Extensão:** pesquisas no campo da Tecnologia para o Desenvolvimento Social – Volume 1. Rio de Janeiro: Multifoco, 2022.

BERRETA, M; LAURENT, F. **Mudanças nos sistemas agrícolas e territórios no Brasil.** Porto Alegre - RS: Uergs, Université Le Mans, 2019.

CAVALCANTI, Diego Rocha Medeiros. **Mulheres na água:** um estudo sobre as relações de gênero na pesca. 2010. 142 f. Mestrado em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2010.

CHAVES, D. (2022). A Pesca artesanal como movimento de luta e os impactos socioambientais das modernizações industriais na orla da Baía de Guanabara (RJ). Mares: **Revista De Geografia E Etnociências**, 3(2), 119-126. Recuperado de https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/149

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Cassandra. **Como seria se assim não fosse?** O Teatro do Oprimido na Escola: perspectiva de uma proposta pedagógica transformadora. João Pessoa, UFPB, 2023.

FAO. 2024. **The State of World Fisheries and Aquaculture 2024** – Blue Transformation in action. Rome. https://doi.org/10.4060/cd0683e

FASSARELLA, S. S. O trabalho feminino no contexto da pesca artesanal: percepções a partir do olhar feminino. Brasilia: **SER Social**, v. 10, n. 23, jul/dez. 2008.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69. Ed. Paz e Terra. Rio de Janeiro / São Paulo. 2019.

GALLO, Edmundo. Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teórico-práticos para o bem viver. Capítulo 5. In: BRASIL, Fundação Nacional de Saúde. **Territórios Sustentáveis e Saudáveis**: experiências de saúde ambiental territorializadas. 1. ed.– vol. 1 – Brasília: Funasa, 2021.

HELLEBRANDT, L. et all. As mulheres na pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos RS: caracterização do trabalho no beneficiamento do camarão. 2015. In MARTINEZ, S, HELLEBRANDT, L (orgs). **Mulheres na Atividade.** Pesqueira no. Brasil. EDUENF. Campos dos Goytacases, RJ. 2019. P (195) (226)

HELLEBRANDT, Luceni Medeiros. **Mulheres da Z3**: o camarão que "come" as mãos e outras lutas: contribuições para o campo de estudos sobre gênero e

pesca. 2017. 173 f. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

HIRATA. H.; KERGOAT. D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. In **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

MARTINEZ, S, HELLEBRANDT, L (orgs). **Mulheres na Atividade Pesqueira no Brasil.** EDUENF. Campos dos Goytacases, RJ. 2019.

MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS (MPP). Cartilha - **Projeto de Lei de Iniciativa Popular Sobre Território Pesqueiro.** [S. l.]: MPP, 2014.

OCEANA BRASIL. Cartilha: **Mulheres das Águas e das Marés:** 20 demandas das pescadoras artesanais. 2023.

SARAPECK. H. Baía de Guanabara solta a voz. In: Metaxis: **Projeto Teatro das Oprimidas.** Coordenado por Barbara Santos. Aldeia Cultural Casa Viva, nº 9, 2020.

SARAPECK. H. Baía de Guanabara solta a voz. In: Metaxis: **Projeto Teatro das Oprimidas.** Aldeia Cultural Casa Viva, nº 10, 2023.

SOUZA, R; MOLINA, M. Educación Profesional e innovacioón em los sistemas de producción de los jóvenes campesinos em la Amazonia: Uma reflexion desde la agoroecologia. In: **Mudanças nos sistemas agrícolas e territórios no Brasil** /Organizadores: Marcia dos Santos Ramos Berreta; François Laurent. – Porto Alegre - RS: Uergs, Université Le Mans, 2019.

SPOHR, F. et al. Educação Popular e Pedagogia Crítica: os princípios pedagógicos freireanos na formação de Educadores Populares em Saúde. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 16, e2116613, p. 1-19, 2021.

Suzuki, J. C., & Bonfá Neto, D. (2019). PESCA ARTESANAL NA AMÉRICA LATINA. Mares: **Revista De Geografia E Etnociências**, 1(1), 97-114. Recuperado de https://www.revistamares.com.br/index.php/files/article/view/24

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade à dependência: Espaço, tempo e gênero em comunidades pesqueiras. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1992.

Parte 3
Territórios digitais

O Cooperativismo de Plataforma como Estratégia para a Promoção do Desenvolvimento Econômico e Social no Âmbito dos Territórios

André Dias de Almeida
Flávio Chedid Henriques

INTRODUÇÃO

No contexto da luta de classes, Antônio Thomaz Junior (2014) entende que os territórios em disputa representam uma parte fundamental dos processos de realização do trabalho. Nesse sentido, ele considera que o movimento territorial da classe trabalhadora é uma expressão geográfica da plasticidade do trabalho, o que permite entender que existem diferentes formas e manifestações de trabalhadores.

Com base nos postulados da teoria do desenvolvimento endógeno[1], Rodolfo Canto Sáenz (S/D), analisando o panorama do desenvolvimento econômico territorial da América Latina, ressalta que as bases territoriais do desenvolvimento são diferentes de um lugar para outro, pois as realidades e condições de cada local mudam, mas que as políticas de desenvolvimento precisam ser construídas com base em fatores econômicos, sociais, ambientais, institucionais, políticos e culturais, combinados em cada território.

[1] Entre os postulados, Sáenz considera fundamental o que se refere ao próprio conceito de endogeneidade do ponto de vista econômico, que, segundo Boisier, significa "a apropriação e o reinvestimento regional de parte do excedente para diversificar a economia regional, dando-lhe uma base permanente para a sustentabilidade a longo prazo" (Boisier, 2003, p.41 *apud* Sáenz, SD).

Não obstante, Sáenz (S/D) sustenta que os atores locais podem contribuir para a construção do desenvolvimento social, por meio do diálogo e do consenso, numa lógica que congregue certas dimensões que não podem ser negligenciadas, como a distribuição de excedentes, a inclusão dos trabalhadores e a sustentabilidade ambiental. No entanto, o autor sugere que é preciso ter cautela com relação à adoção de determinados modelos de desenvolvimento, que, em tese, são eficazes em determinados territórios, mas que podem não ser em outros, em razão das suas diferentes características. Desse modo, é preciso observar que a adoção de certos modelos pode não ser aplicável em certas realidades locais, gerando expectativas não cumpridas, o que resulta no abandono de propostas e conhecimentos valiosos.

Vale dizer que é preciso criar mecanismos que incentivem a inclusão dos trabalhadores nas deliberações comunitárias, no sentido de fortalecer suas habilidades e vivências e promover um desenvolvimento social baseado no conhecimento coletivo. Essa, inclusive, pode ser uma estratégia para se obter fomento de políticas públicas que tenham repercussão no universo do trabalho, criando oportunidades e impactando positivamente os territórios.

É importante destacar que, nesse processo de inclusão, as necessidades concernentes ao bem da vida dos atores sociais, bem como a vulnerabilidade que os afeta, são elementos que precisam ser considerados. Sobre isso, Alicia Tena *et al.* (2021) aponta que essa vulnerabilidade possui um conceito múltiplo, envolvendo dimensões e aspectos sociais relacionados à família, às características ambientais, econômicas, culturais e políticas. Nesse sentido, a vulnerabilidade está associada a riscos que afetam os indivíduos com carências para suprirem seus próprios

meios de subsistência, de tal modo que os impede de contemplar o bem-estar, no contexto sócio-histórico, territorial ou cultural, reflexo de uma lógica econômica mundial classista excludente.

Para os autores, são as condições sociais que definem a vulnerabilidade dos indivíduos, que pode se manifestar no âmbito de saúde/doença, ambiental, educacional e econômico. Porém, entendem que a vulnerabilidade não pode estar associada com a noção de fraqueza, pois isso retiraria a possibilidade de considerar a participação desses indivíduos no desenvolvimento de ações capazes de eliminá-la.

Nesse passo, Echeverri *et al.* (2023) entende que o desenvolvimento territorial pressupõe "a urgência de estabelecer mecanismos institucionais que promovam um sistema participativo e aberto, que torne possível a formulação de soluções a partir da base, o que tem impacto direto na definição e na implementação de políticas públicas" (2003, p. 1). Para o autor, é necessário estimular uma coesão territorial que proporcione a integração dos atores com papéis de destaque na implementação de políticas de desenvolvimento local, de modo que eles possam apontar objetivos e traçar as estratégias afirmativas e redistributivas, com discriminação positiva[2], incluindo ações de reconhecimento e visibilidade.

Segundo Echeverri *et al.* (2003), esses são fatores essenciais para uma construção social que congregue, ao mesmo tempo, a dimensão política e econômica, o que implica na formação de mecanismos de articulação entre os grupos

[2] De acordo com Cera (2010) as discriminações positivas, também conhecidas como ações afirmativas, compreendem políticas públicas ou programas privados que têm o objetivo de reduzir desigualdades. Isso pressupõe algum tipo de compensação, com a finalidade de corrigir um grave problema social.

marginalizados pelo modelo hegemônico. Logo, a abordagem territorial pode permitir o aproveitamento do conhecimento comunitário acumulado, contribuindo para um desenvolvimento social mais inclusivo. Nesse contexto, os postulados da cooperação e da solidariedade servem como fundamentos para a mobilização coletiva, a fim de oferecer soluções para as crises locais, através de ações que promovam trabalho justo e igualitário, embora isso possa envolver sucessos e fracassos.

Portanto, boas iniciativas podem ser desenvolvidas em conformidade com cada realidade local e, assim, avançar nas estratégias a serem adotadas, frente à atuação pouco eficiente do poder público. Acerca disso, deve-se levar em conta que cada local tem suas capacidades, potencialidades e experiências que precisam ser conhecidas, de modo a tornar possível uma articulação madura, reflexiva e progressiva, no sentido de permitir um programa de ação realista (Sáenz, S/D).

O CAPITALISMO DE PLATAFORMA E SUA AMPLITUDE NA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Nas últimas décadas, emergiu do paradigma da economia capitalista um fenômeno conhecido como uberização ou "plataformização do trabalho". Segundo Grohmann e Qiu (2020), citando Casilli e Posada (2019), isso significa uma nova configuração de trabalho envolvendo mecanismos com a capacidade de gerar vínculos de dependência nos trabalhadores, como meio de manterem suas atividades de trabalho, embora isso oculte uma lógica de submissão, denominada "controle por algoritmos". Nesse aspecto, os autores registram que o trabalho é organizado e governado, unilateralmente, por plataformas digitais, as quais também definem as suas condições de execução, a partir da flexibilização da força de trabalho. Para Abílio (2020), o que está em jogo nessa conjuntura são novos meios de

concentração de demanda de trabalho e, ao mesmo tempo, a dispersão da mão-de-obra.

Com isso, um sistema de oferta diversificada de serviços é configurado, propriamente através de aplicativos de smartphones, como uma nova tendência mercadológica, conhecida como economia de compartilhamento[3], relacionada com o consumo moderno, mas que carrega muitas contradições.

No entanto, os trabalhadores que aderem a esse sistema acabam desempenhando atividades majoritariamente de baixa qualificação, com jornadas extenuantes, repletas de insegurança e arbítrios, constituindo, em tese, uma nova categoria de trabalhadores, a de motoristas de aplicativo, embora muitos se compreendam apenas como "empreendedores". É como se a uberização fosse capaz de exercer um novo tipo de gestão do desemprego (Abílio; Amorim; Grohmann, 2021), embora, para a maioria das pessoas, esse tipo de trabalho não seja uma mera escolha, "mas uma contingência por falta de opção assalariada" (Christo; Masson, 2023, p. 4).

Ressalta-se que, no Brasil, ainda não há norma geral que regulamente o sistema de serviços sobre plataformas digitais, muito embora exista um consenso em relação à necessidade do estabelecimento de direitos, como as garantias previdenciárias, de modo a possibilitar o mínimo de dignidade aos trabalhadores

[3] Segundo Munaro (2020), economia compartilhada é uma prática comercial que possibilita o uso coletivo de determinados serviços, unindo, num mesmo plano, quem quer ofertar e quem quer consumir. Na perspectiva de Miller (2016), significa que as pessoas criam e compartilham entre si bens, serviços, espaços e dinheiro. No entanto, segundo Slee (2017) o altruísmo inerente ao compartilhamento social foi subvertido pelas plataformas digitais para envolver o lucro, com um sistema de vigilância e classificação de reputação sem critérios claros, o que, invariavelmente, repercute de forma degradante nos trabalhadores que operam por meio delas.

que desenvolvem trabalhos através dessas estruturas. De fato, é necessário elaborar uma legislação que possua mecanismos para se exigir transparência dessas plataformas e, principalmente, garantir direitos mínimos a esses trabalhadores.

Não é demais ressaltar que, no contexto nacional, o Estado Brasileiro deve zelar pela defesa dos direitos individuais e coletivos consagrados na Constituição Federal, em consonância com o princípio da dignidade da pessoa humana, não se admitindo retrocessos quanto ao seu dever de tutela. Nesse sentido, é fundamental que o Estado exerça o seu papel de guardião dos direitos dos trabalhadores, a fim de garantir patamares mínimos protetivos, como, remuneração justa, carga horária de trabalho adequada, acesso à Previdência Social, segurança, descanso digno, saúde, bem-estar, entre outros.

Resta claro, portanto, que não existe qualquer salvaguarda nessa espécie de prestação de serviço, numa completa relativização e desnaturalização do conceito de trabalho. Certamente, pelo desenho dessa nova relação laboral, estruturada pelas plataformas digitais, o que importa são apenas seus lucros ou mesmo os descontos garantidos aos consumidores, nunca a eliminação da precariedade do trabalho e da exploração do trabalhador.

Segundo assinala Ricardo Antunes (2018), em sua obra *O Privilégio da servidão*, o lado oculto do avanço das Tecnologias da Informação, impulsionado pela transformação ocorrida em escala global, acabou por criar uma outra classe de trabalhadores, denominada “novo proletariado de serviços”, fragmentada, frágil e com diminutos direitos.

Nessa perspectiva, o professor Roberto Moraes Pessanha (2022) entende que as plataformas digitais fazem a intermediação entre a virtualidade do digital e a materialidade do real.

Tramam isso simultaneamente como meio de comunicação e de produção, que nada mais é do que a intensificação do Taylorismo. Assim, a digitalização imposta pelas plataformas atua externamente, extraindo renda e valor dos demais setores da economia, o que Pessanha define como "vampirismo digital". Segundo ele, essa captura de renda se dá exatamente por quem não produz nada, expondo a essência predatória do capitalismo, diante de uma oferta finita de recursos, em face de uma demanda cada vez mais crescente. Ademais, aponta que esse imperialismo digital-financeiro se baseia num tripé constituído pelos seguintes elementos: reestruturação produtiva a partir da digitalização de dados; oligopólio da financeirização; e o neoliberalismo.

Então, é possível notar que o objetivo das plataformas capitalistas se manifesta, precipuamente, por meio de uma dinâmica complexa. Nesse cenário, Pessanha (2022) explica que, a partir de um determinado setor essas plataformas ampliam suas estratégias de negócios em uma infinidade de outros, com demandas diversas, aplicando a mesma estratégia de submissão dos trabalhadores aos seus comandos, o que ratifica a dominação imposta pelo sistema capitalista.

Noutro giro, Fernando Gastal de Castro (2020) sustenta que, em termos de novas formas de trabalho, passamos da subjetividade como coisa e como máquina, ou seja, como recurso (o ser singular, produtivo e contributivo, social e moralmente) para a subjetividade como capital (o ser como senhor da sua própria exploração), o que traz, como consequência, sofrimento humano. Segundo o autor, essa subjetividade é autodestrutiva por não agregar nenhum valor em si mesma, de tal modo que o sistema capitalista segue, progressivamente, utilizando o indivíduo de maneira irracional, pois passa a medir sua capacidade de

adaptação com base numa hipotética multifuncionalidade. Ele define esse fenômeno como ditadura do flexível, que é fruto de uma anomalia inerente às organizações capitalistas.

Conforme Castro (2020), isso mostra que a estrutura construída pelo sistema capitalista é eticamente inaceitável, visto que nesse esquema o dinheiro é quem dita o ritmo do tempo, que passa a ser menos real e mais abstrato, fazendo valer a máxima de que tempo é dinheiro. Isso traz implicações deletérias para toda a sociedade, pois o *ethos* capitalista deixa de ser qualitativo e passa a ser integralmente quantitativo, medido agora pelo *chronos,* o que é intensificado pelas novas tecnologias. Logo, essa questão é muito significativa, uma vez que envolve um mecanismo hegemônico, que relativiza o ser humano e o induz a um individualismo exacerbado, além de produzir inúmeras formas de mal-estar psíquico, o que culmina num sofrimento que não é só individual, mas também coletivo.

Não obstante, é necessário perquirir qual será o próximo passo do capitalismo em relação ao indivíduo, ou seja, se todos os trabalhadores serão submetidos ao processo de plataformização e se, por consequência, a desregulação trabalhista será uma realidade. Pois, ao contrário das previsões sobre o fim do trabalho, da classe trabalhadora e da vigência da teoria do valor, pelo advento das novas tecnologias, o que se verifica é a ampliação do trabalho cada vez mais precarizado, abarcando as mais diversas esferas de labor, como dispõem Antunes e Filgueiras (2020).

Nessa toada, é preciso impulsionar mudanças políticas importantes, tais como propõe David Harvey, ao sugerir que a retomada deve ter como referência a teoria dos comuns, de tal modo que o "reconhecimento político de que os comuns podem ser produzidos, protegidos e usados para o benefício social

transforma-se em um modelo para resistir ao poder capitalista e repensar a política de uma transição anticapitalista" (Harvey, 2014, p. 167).

AS TECNOLOGIAS SOCIAIS E O COOPERATIVISMO COMO MEIOS DE PROMOÇÃO DO TRABALHO

A abordagem territorial "implica uma forma particular de organizar os processos de desenvolvimento" (Echeverri *et al.*, 2003, p. 9-10), o que indica que a cooperação entre os agentes sociais pode impulsionar a busca por uma gestão de negócios mais justa, em certos espaços, gerando sinergias, vínculos, novas comunicações, alianças e solidariedades. Desse modo, os membros de uma determinada comunidade associam-se e organizam-se de forma autônoma para gerenciar um projeto local, unindo competências, responsabilidades e diferentes funções. Nesse aspecto, busca-se uma interação solidária, ainda que existam fatores menos tangíveis nesse processo, como confiança, exercício da cidadania, abertura democrática, capacidade de identificar interesses comuns e informalidade.

Vale notar que um processo pautado no cooperativismo pode ser uma opção interessante, na medida em os atores sociais sejam capazes de criar estratégias conjuntas, funcionando como um meio de atender as demandas da coletividade. Além disso, o cooperativismo pode ser um meio de inclusão dos trabalhadores na economia do país, trazendo vantagens, no sentido de permitir que a participação social exista de fato, viabilizando um projeto de nação mais justa, embora, para isso, seja necessário, também, um apoio estatal. De fato, é preciso democratizar o acesso aos fundos públicos, em detrimento da concentração nas mãos de poucos privilegiados.

No contexto cubano, por exemplo, Reynaldo Guethón (2016) destaca que há estímulos para o estabelecimento de

cooperativas, uma vez que existe a compreensão de que essa é uma forma capaz de movimentar e transformar a economia, para atender às necessidades da população e enfrentar os desafios futuros. Dessa forma, como parte do processo de mudanças, as cooperativas contribuem para o desenvolvimento da sociedade, em que pese as dificuldades e os obstáculos. Vale observar, portanto, que as cooperativas possuem uma importância estratégica para o país, oferecendo elementos que podem servir de exemplo para o continente latino-americano, inclusive na configuração dos marcos regulatórios, o que dá respaldo a um desenvolvimento econômico-social sustentável.

Assim, é interessante fortalecer a ideia de capacitar e incentivar os indivíduos a contribuírem para o desenvolvimento dos territórios, criando possibilidades e oportunidades, desde que respeitadas as características de cada local, para não cair no risco de padronização desnecessária. Por certo, esse tipo de ação indica que é preciso rever o grau de dependência dos trabalhadores em relação ao capital, pois, num contexto de crise, inúmeras consequências sociais podem surgir, como o desemprego, o aprofundamento da pobreza e o desalento, afetando, principalmente, os mais vulneráveis.

Então, um cenário de novas ideias surge no contexto dos arranjos coletivos, no qual as tecnologias alternativas podem desempenhar um papel fundamental, enquanto ferramentas potencializadoras do trabalho cooperativo. Entretanto, é importante ressaltar que a implementação dessas tecnologias deve estar albergada na ideia de uma Adequação Sociotécnica.

Sobre isso, Renato Dagnino *et al.* (2004) assegura que é preciso haver a adequação do conhecimento científico e tecnológico, de modo que seja possível desenvolver outra tecnologia – a Tecnologia Social, como parte de um processo voltado a

atender as necessidades humanas. Segundo o autor, isso significa adequar a tecnologia convencional aos mecanismos de produção e circulação de bens e serviços, principalmente nos circuitos não-formais da economia, através da aplicação de critérios suplementares aos critérios técnico-econômicos usuais. Assim, como um novo código sociotécnico, esses critérios devem ter como norte a participação democrática nos meios de trabalho, a sustentabilidade econômica dos empreendimentos solidários, a capacitação autogestionária e o atendimento aos requisitos relativos ao meio ambiente, à saúde dos trabalhadores e dos consumidores.

Dagnino *et al.* (2004) entende que essa Tecnologia Social se amolda numa plataforma de inclusão, o que permite uma atuação em rede apta a integrar os movimentos e os atores sociais àqueles que detêm os recursos cognitivos, políticos e econômicos, necessários à implementação dos marcos de referência dessa tecnologia. Destarte, essa atuação em rede pode viabilizar o atendimento às demandas dos trabalhadores, alavancando, inclusive, a expansão da economia solidária nos empreendimentos comunitários e a criação de um padrão de governança coerente com valores perseguidos pelos atores sociais. Portanto, essa tecnologia deve estar baseada na interação do conhecimento científico com o conhecimento popular, de modo que a transformação social seja possível, mas aliada à geração de conhecimento.

Nesse caminho, Andrew Feenberg (2010) ressalta que as pessoas são afetadas pelas mudanças tecnológicas e se veem cada vez mais propensas a participar dos processos e a estabelecerem um controle democráticos sobre eles, na medida em que protestam e inovam o sistema tecnológico, através das mobilizações frequentes que ocorrem no plano de suas escolhas,

necessidades e urgências. Portanto, no alcance das realizações humanas, as pessoas devem assumir e desenvolver a questão tecnológica no seu ambiente de convivência, numa dimensão plural e democrática, ainda que isso esteja no campo das meras expectativas.

Relevante considerar que o debate sobre as exigências do século XXI, principalmente aquelas relacionadas ao trabalho humano, pode ser conduzido a partir das sociedades estruturadas sob os princípios da coletividade e da solidariedade. Nesse sentido, a luta e a força dos trabalhadores livres precisam ser a essência de um movimento de conquista progressiva, vital e irreversível, para que o controle dos meios de produção não seja mais estabelecido e ordenado pelo poder do capital (Novaes, 2018).

Por conseguinte, são necessárias novas ações, a partir de estratégias promovidas com a participação da sociedade, que congregue técnica e experiência, no sentido de somar esforços e intenções rumo a um desenvolvimento social justo, embora isso não seja uma lógica autorrealizável ou uma garantia de fato. Dessa forma, é possível integrar os indivíduos através dos territórios, de modo pujante e cooperativo, seja a nível local, nacional ou supranacional, sem renunciar às políticas públicas adequadas à consecução desse objetivo, a fim de mitigar suas carências e dificuldades.

O COOPERATIVISMO DE PLATAFORMA COMO CONTRAPARTIDA AO CAPITALISMO DE PLATAFORMA

O ponto crucial é entender que, a partir de novas demandas e da necessidade de garantir a inclusão social dos trabalhadores nos processos solidários de produção, pode-se elevar o patamar do cooperativismo a uma nova modalidade, denominada cooperativismo de plataforma. Segundo Trebor Scholz

(2017), através dessa ideia é possível manter o destaque ocupado pela tecnologia no desenvolvimento econômico, para gerar impactos sociais positivos. Nesse aspecto, a autor aponta que tanto a propriedade como a administração das plataformas devem estar sob a responsabilidade dos próprios trabalhadores, garantida a prerrogativa de voz e o controle dos processos, com a finalidade e promover o bem comum entre seus integrantes.

De fato, é preciso uma forma de organização social que possa melhorar o acesso aos serviços e proporcionar benefícios diversos à sociedade, principalmente através da geração de empregos, de modo diametralmente oposto ao que oferece o padrão capitalista, o qual utiliza uma tecnologia que "promove a racionalidade instrumental em detrimento de todas as outras racionalidades possíveis" (Alvear; Henriques; Nepomuceno, 2015, p. 241).

Conforme defende Neder (2022), um dos caminhos para enfrentar o domínio do sistema capitalista sobre a classe trabalhadora pode ser pela via do cooperativismo e do associativismo, por intermédio de um processo de tomada de consciência, que envolva os movimentos sociais solidários, ainda que não seja essa a única possibilidade. Assim, Neder defende que é possível construir novas ideias com suporte nos meios pré-definidos pela economia solidária, que, ao serem conjugados com as tecnologias sociais, podem possibilitar a incidência de políticas públicas efetivas.

Então, com o intuito de atender às necessidades dos trabalhadores, especialmente aqueles desassistidos pelo modelo dominante, o cooperativismo pode servir como uma trilha de muitas possibilidades. Vale dizer que, através de práticas de solidariedade, o cooperativismo pode ser capaz de produzir e integrar experiências, gerando renda e bem-estar aos

trabalhadores, e ainda proporcionar uma sobrevivência justa e duradoura a todos. Essa reunião de forças sociais e sinergias pode ter como base a diretriz esculpida, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, na Recomendação nº 193, de 2002[4].

Evidentemente, as condições postas pelo sistema hegemônico não podem ser vistas como sendo as únicas numa sociedade tão dinâmica quanto complexa. De fato, como defende Novaes (2018), é necessário realizar uma análise crítica desse sistema, em especial no contexto do trabalho, de modo que seja possível apontar as contradições e os limites da ciência e tecnologia nele existentes. Com isso, mudanças nos paradigmas são indispensáveis, a fim de possibilitar uma transformação social realista, posto que é primordial para a própria existência e emancipação humanas.

Nesse particular, o cooperativismo de plataforma surge como uma alternativa real e viável, com possibilidade de, no máximo, enfrentar as plataformas capitalistas ou de, no mínimo, atenuar seus impactos sobre os trabalhadores, conforme aponta Rafael Grohmann (2020). Para ele, isso deve envolver, precipuamente, a propriedade coletiva, a transparência de dados e o trabalho co-determinado, sem qualquer sistema de vigilância excessiva no ambiente de trabalho. Por outro lado, o autor frisa que, mesmo num meio coletivo, eventualmente, podem ser notados alguns resquícios da financeirização, peculiar das plataformas capitalistas, ou mesmo os discursos que permeiam a "racionalidade empreendedora", fatores que coexistem sob

[4] De acordo com a referida Recomendação, o termo cooperativa significa "associação autônoma de pessoas que se unem voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações comuns, econômicas, sociais e culturais, por meio de empreendimento de propriedade comum e de gestão democrática".

tensões e contradições, o que é possível de ocorrer, também, no ambiente do cooperativismo.

Renata Versiani (2022) sugere um incentivo ao diálogo entre os trabalhadores, como desafio para lidar com as questões colocadas pelas plataformas digitais, pensando o cooperativismo de plataforma como uma construção alternativa a tal modelo, ainda que tal diálogo seja feito, inicialmente, através das redes sociais. Ela defende que essa construção precisa ter critérios claros, a partir das contradições do sistema capitalista, com avaliações contínuas e periódicas, no sentido que se possa articular um outro modelo de trabalho, que respeite os patamares mínimos de proteção do trabalhador, como jornada de trabalho e remuneração justa.

Por seu turno, Renan Kalil (2020) destaca que a heterogeneidade é um fator que dificulta a organização coletiva dos trabalhadores baseados em plataformas digitais, o que fragiliza a identidade coletiva. No entanto, ele defende que é preciso melhorar os meios de diálogo, embora seja necessário respeitar a realidade de cada indivíduo, pois há trabalhadores que são economicamente dependentes desse tipo trabalho para obterem renda e aqueles que utilizam essa atividade apenas para auferir uma renda extra. Mas é preciso destacar que a plataformização não afeta todos os trabalhadores da mesma forma, pois nesse sistema também há marcadores de raça, gênero e classe (Grohmann; Qiu 2020).

Nesse ponto, o Professor Oscar Jara Holliday (2006) entende que é preciso integrar experiências para assim poder melhorá-las, pois é isso que permite o compartilhamento dos aprendizados de um determinado grupo com outras experiências semelhantes, por meio de um processo de trocas, compreendido holisticamente. Assim, é preciso gerar uma reflexão

teórica a partir dos conhecimentos surgidos diretamente das experiências coletivas contribuitivas, de modo a incidir, inclusive, em políticas públicas viáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciativas forjadas nos ambientes de trabalhos coletivos apontam que é possível construir ações que tragam benefícios aos mais vulneráveis, pela utilização de mecanismos aptos a promover um desenvolvimento social mais humano, diferente daqueles que são ofertados pelo sistema hegemônico. Todavia, esse processo passa por hierarquizar os problemas, analisar criticamente os pontos impactantes e compartilhar os aprendizados, por meio de ações que tenham o condão de melhorar as experiências existentes, sem repetir as propostas já testadas.

Não é demais salientar que o trabalho coletivo traz em seu âmago a solidariedade e, por essência, uma produção sem tantos intermediários na direção dos negócios para o alcance do seu fim. Vale dizer que os indivíduos se unem para pensar, problematizar e realizar um empreendimento, cuja contribuição de cada um serve para reforçar o ímpeto solidário, não havendo uma autoria prevalecente na direção das iniciativas.

Contudo, construir contrapontos ao sistema dominante demanda mudanças profundas. E isso requer uma participação popular ampliada, promovida dentro de um ambiente reflexivo, no qual os atores sociais possam apresentar suas ideias e questionamentos, através de um diálogo construtivo, tolerante e respeitoso, mesmo que surjam soluções antagônicas, mas superáveis, a fim de que contribuam para o desenho de um desenvolvimento social mais justo e democrático. Logo, as mudanças precisam ser pensadas a partir de uma cooperação que privilegie os indivíduos e suas potencialidades e não mais por meio de

um aparato distorcido, estruturado pelo capitalismo, que opera em benefício de pouco, fragilizando e desumanizando o indivíduo, como ocorre no fenômeno conhecido como "gamificação"[5], alienando-o dos processos produtivos, não reconhecendo seu valor.

De fato, a alienação causa o desenraizamento do trabalhador de suas próprias bases comunitárias, seja através do desemprego, da sonegação à cultura e do escasso acesso ao conhecimento, o que reflete na sua incapacidade de pensar, trazendo esgotamento e infelicidade. Portanto, é preciso eliminar as vulnerabilidades nos extratos sociais através de um processo de inclusão eficaz, de modo que seja possível recuperar a dignidade do ser humano, sua autoestima e sua capacidade de bastar-se moralmente.

Porém, é necessário investigar as causas da baixa participação dos trabalhadores em ações desenvolvidas nas esferas coletivas, levando em conta as prioridades e as carências existentes nos estratos sociais, diante do quadro de omissão do poder público. Na verdade, os mecanismos de incentivo à participação precisam ser fortalecidos, para que essa participação não resulte tímida, nula ou sabotada. Por isso, é preciso atenção aos anseios dos trabalhadores, no sentido de ouvir suas demandas, histórias de luta, iniciativas e proposições de ideias, num exercício de troca, criando condições para um desenvolvimento de ações integradas no território.

Como aponta Daniel Mothé (2005), apesar de não ser um processo livre de deficiências, é possível promover um sistema

[5] "Nessa gamificação, o trabalhador é posto como dentro de um jogo em que precisa cumprir etapas para receber prêmios. Mesmo construídas como metas quase inatingíveis, o trabalhador segue conectado e ligado no seu game/labor", aponta Ana Claudia Moreira Cardoso (2020).

gerencial coletivo, criativo, isonômico, horizontalizado, com paridade entre seus integrantes, cujos espaços de convivência e interação devam ser ampliados, a partir da consciência de cada um dos participantes e da importância de suas funções. Nesse passo, David Harvey (2014) entende que é preciso uma mudança de paradigma, de forma que se possa descobrir maneiras de usar o poder do trabalho coletivo para a construção do bem comum, mas mantendo sob o controle dos trabalhadores tudo aquilo que eles possam produzir como valor.

Noutro giro, é preciso estimular a criação de soluções sociotécnicas que se adequem às necessidades dos trabalhadores e tenham por base o ponto de vista dos movimentos populares e não mais o poder do capital. Como afirma o Addor (2023), "o artefato é um elemento importante, mas a formação e o engajamento dos trabalhadores é um processo a ser destacado"[6]. Assim, é possível superar a exploração, a desigualdade e a exclusão através de uma produção pautada na felicidade e na liberdade do povo, de tal modo que seja capaz de levar a sociedade a um patamar de desenvolvimento verdadeiramente justo e inclusivo.

Outrossim, Auler e Delizoicov (2015) registram que é por intermédio da participação emancipatória que as inquietudes surgem como agendas de pesquisa, permitindo que a produção de uma tecnologia social congregue concepção e execução num mesmo plano de ação. Assim, os autores destacam que é preciso transformar problemas sociais em problemas de pesquisa e de conhecimento e que, a partir disso, a comunidade científica redirecione suas atividades. Nesse panorama, é possível promover a diversidade de ideias, considerando que os problemas sociais não devem ser "etiquetados" disciplinarmente, como deseja o

[6] Aula da disciplina Tecnologia e Território na América Latina, ministrada no Mestrado do PPGTDS/UFRJ/NIDES, no dia 02/06/2023.

academicismo hegemônico, porque isso envolve, necessariamente, multidisciplinariedade, como defende Dagnino (2010 *apud* Auler; Delizoicov, 2015).

Portanto, ainda que seja preciso elaborar uma regra geral de proteção e de provimento de garantias mínimas aos trabalhadores que atuam nas plataformas digitais, é possível observar que há, no âmbito dos territórios, experiências surgindo, com alicerces na Tecnologia Social e no trabalho coletivo, com possibilidades de atender às demandas dos trabalhadores. No entanto, é preciso que essas novas experiências se materializem com base no respeito aos valores humanos, às diferenças de gênero ou raça, de modo que possam trazer transformações positivas, dentre as quais melhorias à saúde, descanso adequado, além de remunerações mais justas e dignas aos trabalhadores

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. **Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado?**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137. Acesso em: 20 jan. 2023.

ABILIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, *[S. l.]*, v. 23, n. 57, p. 26–56, 2021. DOI: 10.1590/15174522-116484. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/116484. Acesso em: 13 mar. 2023.

ALVEAR, C. A. S.; HENRIQUES, F. C.; NEPOMUCENO, V. O Conceito de Tecnologia: Reflexões para a prática da extensão universitária na área tecnológica. *In*: ADDOR, F.; HENRIQUES, F.C. (org.). **Tecnologia, participação e território: reflexões a partir da prática extensionista**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015, p. 235-258. Disponível em: https://nides.ufrj.br/index.php/soltec-publicacoes. Acesso em: 10 ago. 2023.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2018. Disponível em:

https://www.academia.edu/43981810/O_Privil%C3%A9gio_da_Servid%C3%A3o_Ricardo_Antunes. Acesso em: 25 jun. 2023.

ANTUNES, R; FILGUEIRAS, V. **Plataformas Digitais, Uberização do Trabalho e Regulação no Capitalismo Contemporâneo**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137. Acesso em: 18 fev. 2023.

AULER, D.; DELIZOICOV, D. **Investigação de temas CTS no contexto do pensamento latino-americano.** Linhas Críticas, Brasília, DF, v.21, n.45, p. 275-296, mai./ago. 2015.

BRANDÃO, F.C; DAGNINO, R; NOVAES, H.T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *In*: DAGNINO, R. *et al.* **Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004. Disponível em: https://sinapse.gife.org.br/download/tecnologia-social-uma-estrategia-para-o-desenvolvimento. Acesso em: 10 jan. 2022.

CARDOSO, A. C. M. **Uberismo e gamificação: transformações do mundo do trabalho reveladas na greve dos entregadores**. Entrevista concedida a João Vitor Santos. 2020. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/601125-uberismo-e-gamificacao-transformacoes-do-mundo-do-trabalho-reveladas-na-greve-dos-entregadores-entrevista-especial-com-ana-claudia-moreira-cardoso. Acesso em 17 jul. 2022.

CASTRO, F. G. **A subjetividade sem valor: trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2020.

CERA. D.C.M. O que são discriminações positivas? **Jusbrasil**. Notícias. Publicado originalmente por Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes, 2010. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/noticias/o-que-sao-discriminacoes-positivas-denise-cristina-mantovani-cera/2474039. Acesso em: 01 ago.2023.

CHRISTO, C.S; MASSON, L.P. Plataformização do trabalho em mercado periférico: uma análise ergológica de implicações nas condições de vida e de trabalho de motoristas e entregadores/as no contexto brasileiro. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S. l.], v. 26, p. e-195750, 2023. DOI: 10.11606/issn.1981-0490.cpst.2023.195750. Disponível em: https://revistas.usp.br/cpst/article/view/195750. Acesso em: 20 jun. 2023.

ECHEVERRI, R. *et al.* **Desarrollo Rural Sostenible: Enfoque Territorial**. San José, Costa Rica: IIFA, 2003. Disponível em: https://rimisp.org/wp-content/files_mf/1366312576echeverri_et_al_2003_enfoque_territorial_2_rimisp_Cardumen.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

FEENBERG, A. O que é a filosofia da tecnologia? *In*: NEDER, R. (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg: racionalização democrática, poder e tecnologia**. Brasília: CDS/UnB/Capes, 2010, p. 49-66. Disponível em: https://www.sfu.ca/~andrewf/coletanea.pdf. Acesso em: 5 jan. 2022.

GROHMANN, R. Plataformização do trabalho: entre a dataficação, a financeirização e a racionalidade neoliberal. **Revista Eptic**, v. 22, n. 1, jan./abr. 2020. Disponível em: https://periodicos.ufs.br/eptic/issue/view/964. Acesso em: 23 mar. 2023.

GROHMANN, R; QIU, J. **Contextualizando o Trabalho em Plataformas**. Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/contracampo/issue/view/2137. Acesso em: 20 mar. 2023.

GUETHÓN, R. J.; SÁNCHEZ, N. P. Las cooperativas no agropecuarias en el contexto cubano actual: Non-agricultural cooperatives in the current cuban context. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba y América Latina**. vol.4, n.2, pp. 20-33. 2016. ISSN 2308-0132. Disponível em: http://scielo.sld.cu/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2308-01322016000200002&lng=es&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 28 jun. 2023.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins. 2014.

HOLLIDAY, O. J. **Para sistematizar experiências**; tradução de: Maria Viviana V. Resende. 2. ed., revista. Brasília: MMA, 2006.

JUNIOR, A. T. Territórios em Disputa e a Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI/ Disputed Territories and Geographic Labour Dynamics in the 21st Century**. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], 2014. DOI: 10.33026/peg.v0i0.2884. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2884. Acesso em: 30 mar. 2023.

KALIL, R. **A Regulação do Trabalho via Plataformas Digitais**. 1. ed. São Paulo: Blücher, 2020. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/192691. Acesso em: 26 mar. 2023.

MOTHÉ, D. **Balanço Crítico do Conceito de Autogestão na França**. In: Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais. São Paulo: NESOL-USP, 2005. p.102-118.

NEDER, R. T. N. Abertura. CICLO DE CONFERÊNCIAS NIDES em parceria com UnB e PROCOAS, 1., 2022, Rio de Janeiro. **Capitalismo X Cooperativismo Solidário de Plataforma: Diagnósticos e Propostas para a Organização da Classe Trabalhadora**. Organização: Flávio Chedid Henriques e Ricardo Toledo Neder. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VSC0g8y8Sfg. Acesso em 06 ago. 2022.

NOVAES, H. T. Por uma teoria crítica da tecnociência e pela urgência de uma sociedade para além do capital. *In*: ADDOR, F. *et al.* (org.). **Tecnologia para o desenvolvimento social: diálogos Nides-UFRJ**. Marília: Lutas Anticapital, 2018, p. 37-66. Disponível em: https://nides.ufrj.br/index.php/soltec-publicacoes. Acesso em: 5 jan. 2022.

PESSANHA, R. M. Plataformismo: outra etapa do Modo de Produção capitalista? *In:* CICLO DE CONFERÊNCIAS NIDES em parceria com UnB e PROCOAS, 1., 2022, Rio de Janeiro. **Capitalismo X Cooperativismo Solidário de Plataforma: Diagnósticos e Propostas para a Organização da Classe Trabalhadora**. Organização: Flávio Chedid Henriques e Ricardo Toledo Neder. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VSC0g8y8Sfg. Acesso em 06 ago. 2022.

SÁENZ, R. C. **Teoría, estrategias y territorio. El difícil encuentro**. Mimeo, s/d.

SCHOLZ, Trebor. *Cooperativismo de plataforma: contestando a economia do compartilhamento corporativa*. Tradução e comentários de Rafael Zanatta. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Editora Elefante; Autonomia

SLEE, T. **Uberização: a nova onda do trabalho precarizado**. Tradução: João Peres. São Paulo: Elefante, 2017. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=LF_0DwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false. Aceso em: 10 mar. 2023.

TENA, A. C. M. *et al.* Experiencia de capacitación a actores locales en Santiago de Cuba, como práctica de innovación social. **In:** GUZÓN, Ada M.; ROMERO, Joaquim O. (comp.). **Diversas miradas al Desarrollo Local en Cuba**. Cuba: Editorial Academia, 2021. p. 72-86.

VERSIANI, R. Direto e Saúde dos Trabalhadores. *In:* CICLO DE CONFERÊNCIAS NIDES em parceria com UnB e PROCOAS, 1., 2022, Rio de Janeiro. **Capitalismo X Cooperativismo Solidário de Plataforma: Diagnósticos e Propostas para a Organização da Classe Trabalhadora**. Organização: Flávio Chedid Henriques e Ricardo Toledo Neder. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fzoXtfHXmgA. Acesso em 04 ago. 2022

Interseções Digitais: Tecnologia Social e Cibercultura Queer em Diálogo

Fábio dos Santos Coradini
Edmea Oliveira dos Santos

INTRODUÇÃO

Para Santos (2019, p. 17) "a cibercultura é a cultura contemporânea que revoluciona a comunicação, a produção e circulação em rede de informações e conhecimentos na interface cidade-ciberespaço. Logo, novos arranjos *espaçostemporais* emergem e com ele novas práticas educativas". A partir desse conceito, reconhecemos que nossos movimentos e ações no ambiente digital impactam diretamente o território, mobilizando características e acontecimentos sociotécnicos que surgem de uma cidade marcada por múltiplos contextos, vivências, relações e interseccionalidades. Para Certeau (1994) os corpos digitais e físicos que articulam acontecimentos na cidade e no ciberespaço são denominados "praticantes culturais", visto que imersos no online, criam, compartilham, reconfiguram, produzem, cocriam e subvertem suas práticas, artefatos, atos, autorias, expressões e intersecções na rede.

De acordo com Santos e Rossini (2017, p. 37) "na atualidade, vivenciamos *novasoutras*[1] práticas culturais com o digital em rede somado a mobilidade conectada", e isto significa que estamos conectados ao ciberespaço com dispositivos móveis e produzindo na cidade. Nesse cenário dinâmico, nosso trabalho desenvolve-se a partir das implicações nas pesquisas conduzidas no Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC),

[1] Esse modo de escrever este e outros termos foram "*ensinadosaprendidos*" com Alves (2001).

fundado em 2007 sob a liderança da Professora Doutora Edméa Oliveira dos Santos.

Santos (2019) destaca que compreender os fenômenos sociotécnicos, desenvolver metodologias de pesquisa, projetos de pesquisa e aprendizagem, desenvolver currículos e integrar a pesquisa acadêmica a sala de aula e aos saberes docentes, são objetivos basilares que fundamentam o trabalho do GPDOC, permitindo assim consolidarmos os estudos da cibercultura como um campo epistemológico. Portanto, neste texto, buscamos inicialmente aproximar o campo de estudo da cibercultura com a teoria *queer* e o debate sobre Tecnologia Social (TS). Nosso objetivo é explorar como essas perspectivas se inter-relacionam, destacando a cibercultura como um espaço de expressão e resistência para corpos e identidades *queer*, ao mesmo tempo em que analisamos as tecnologias digitais como elementos fundamentais na promoção de mudanças sociais. A partir do conceito de tecnologia social, buscamos compreender como as inovações tecnológicas, especialmente aquelas orientadas por processos colaborativos e inclusivos, podem favorecer a transformação das práticas sociais e educacionais, impactando diretamente questões de gênero, corpo e currículo. Essa articulação entre cibercultura, teoria *queer* e tecnologia social oferece uma oportunidade de refletir sobre a maneira como o ambiente digital pode servir como um catalisador de práticas emancipatórias e de visibilidade para comunidades reconhecidamente silenciadas.

Ao reconhecer que a cibercultura se materializa na produção cultural e nos fenômenos sociotécnicos decorrentes da interação entre sujeitos e artefatos mediados pela internet, compreende-se que essa dinâmica configura práticas, discursos e formas de sociabilidade próprias do ambiente digital. (Santos,

2014), percebemos que as pessoas se apropriavam de um território informacional e tecnológico capaz de produzir sentidos, expandido a autoria, inovando e criando uma outra relação com o "estar na rede" (Coradini, Santos, 2024).

O caráter subversivo da cibercultura se alinha de maneira intrínseca à teoria *queer*, que critica as normas sociais fixas de gênero e sexualidade. Ao questionarmos os binarismos tradicionais encontramos no ambiente digital um espaço de experimentação e desconstrução. O ciberespaço configura-se como um ambiente que possibilita a construção e a performance de múltiplas identidades, ao mesmo tempo em que tensiona e desafia as normas heteronormativas presentes na sociedade. Por meio de práticas como o compartilhamento de narrativas de vida, a participação em debates sobre direitos LGBTQIA+ e a constituição de redes de apoio e ativismo, evidencia-se seu caráter potencialmente emancipatório. Nesse sentido, estabelece-se uma interlocução direta com o conceito de tecnologia social, uma vez que as dinâmicas sociotécnicas presentes no ambiente digital operam como ferramentas de fortalecimento comunitário, promoção de direitos e transformação social, especialmente para sujeitos historicamente marginalizados.

De acordo com Addor (2021), a tecnologia deve operar com processos que propiciem fortalecer o diálogo interdisciplinar e denotar a utilização da metodologia participativa como estratégia adequada para a elaboração de projetos que possibilitem metodizar a interação dos atores sociais na definição das resoluções dos problemas. O projeto de interação neste fenômeno foi estar no território e ocupar as redes. A articulação entre essas esferas proporciona um panorama dinâmico sobre a maneira como corpos e identidades que ocupam o espaço

digital, ao mesmo tempo em que as tecnologias sociais emergem como ferramentas de transformação e inclusão.

O ambiente digital pode ser considerado uma forma de tecnologia social na medida em que promove a organização de comunidades que antes não mantinham espaço de voz ou articulação no mundo físico. Algumas redes sociais e aplicativos de comunicação são utilizados para mobilizar movimentos sociais, promover o ativismo LGBTQIA+[2] e garantir a disseminação de conhecimentos críticos sobre questões de gênero, sexualidade e direitos humanos. Ao subverter as formas tradicionais de comunicação e interação, a cibercultura *queer*, articulada às práticas de tecnologia social, contribui para a reconfiguração dos arcabouços socioculturais, tensionando as estruturas normativas e os dispositivos de controle que sustentam a heterocisnormatividade.

Rutkowski (2011) destaca que desenvolver tecnologia social pressupõe abandonar procedimentos técnicos profundamente arraigados e alterar mecanismos tradicionais de concepção de conhecimento, pois a inovação em TS supõe um processo em que atores sociais interagem desde um primeiro momento para engendrar, em função de múltiplos critérios, frequentemente tácitos e às vezes propositalmente não-codificados, um conhecimento que eles mesmos utilizarão. Para tanto, é neste

[2] Muitos são os termos utilizados para adequar a diversidade sexual e de gênero. Renan Quinalha, em seu livro Movimento LGBTI+, lançado em 2022, afirma que historicamente muitas foram as formas assumidas pela "sopa de letrinhas" para dar nome à comunidade: MHB (movimento homossexual brasileiro), GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis), GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), LGBTQI+ (incluindo pessoas intersexo), LGBTQIA+ (incluindo pessoas *queer* e assexuais) etc. Assim, irei optar por conduzir o texto sob o uso da sigla LGBTQIA+.

sentido que Lianza e Addor (2011) em seu texto "O experimento da utopia (arte de realizar sonhos)" destaca a síndrome do "pensamento único", ou seja, o valor do individualismo cresce, enfraquecendo os movimentos sociais. A cultura neoliberal da globalização enaltece o "meu" e marginaliza o "nosso".

Portanto, é mediante estas convergências que buscamos compreender a importância da interseccionalidade e multirreferencialidade na organização do conceito de tecnologia, reconhecendo as suas problemáticas coloniais e possibilitando a visibilidade de uma "pluralidade de linguagens", que para Barbosa (2008) denomina-se "fio da navalha", ou seja, aquele lugar tênue e limiar que emerge muitas vezes no caos e no silêncio que não silencia, pois os ruídos se pronunciam como linguagem da existência.

Sendo assim, este artigo foi organizado nas seguintes seções: a introdução apresenta a contextualização do artigo e a proposta em pensar nas confluências da tecnologia social, cibercultura e teoria *queer*. Na primeira seção denominada Cibercultura *Queer*, discutimos o surgimento da teoria e como a sua interlocução com a tecnologia possibilitou a emancipação dos corpos LGBTQIA+ no ciberespaço. Na segunda seção, Ativismo *Queer* no digital, trazemos exemplos de pessoas e coletivos que realizam ações ativistas no digital, mobilizando saberes no ciberespaço e no território. Na terceira seção, Da Tecnologia Social ao digital: estabelecendo as intersecções, apresentamos as considerações e aprofundamentos iniciais para a aproximação da tecnologia social e a teoria *queer*. Nas considerações finais discutimos sobre como a tecnologia social e cibercultura podem oferecer diferentes oportunidades de debates, desde que reconhecida as suas peculiaridades e os desafios subjacentes.

CIBERCULTURA *QUEER*

A palavra inglesa *queer*, primeiramente, "possuía uma acepção de insulto, e servia para nomear o extravagante, no sentido do que vaga fora da normalidade" (Leopoldo, 2020, p. 25). Para Jagose (1996) que escreveu uma espécie de "introdução" à teoria *queer*, enquanto a mobilização do termo *queer* em seu sentido mais recente não pode ser datada exatamente, geralmente defende-se que seu uso tem sido popularmente adotado no início dos anos 1990. De acordo com Coradini (2022) no Brasil, a palavra *queer* chega em meados do ano de 2001, introduzida no contexto científico pela professora Guacira Lopes Louro, Doutora em Educação e hoje Professora Titular aposentada do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O artigo intitulado "Teoria *Queer* – uma política pós-identitária para a educação" foi publicado na revista Estudos Feministas e tornou-se um dos marcos possíveis da constituição dos estudos *queer* no Brasil.

Cabe destacar, que o primeiro, sem dúvida o mais conhecido e referenciado – e até "reverenciado" no Brasil – é o livro de Judith Butler, "*Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*", publicado originalmente em 1990 e traduzido no Brasil somente em 2003, sob o título "Problemas de Gênero". Esta obra é amplamente reconhecida e citada, especialmente no Brasil, como o texto fundador da teoria *queer*.

Alós (2020) ressalta que o queer não se configura como uma identidade sexual nem como uma expressão de desejo desviante. Em vez disso, trata-se de um gesto analítico, uma postura epistêmica e um espaço de articulação e produção de saberes. Mais do que um simples locus de enunciação ou um "lugar de fala", conceito amplamente difundido na academia e nos movimentos sociais brasileiros, especialmente a partir da obra de

Djamila Ribeiro (2020), o queer se apresenta como uma possibilidade de enquadramento teórico e crítico.

Paul Beatriz Preciado (2013), entende *queer* como todos aqueles/as que escapam às normas de gênero e sexualidade, produzindo fissuras nos regimes de poder que naturalizam o lugar do masculino e do feminino, desenhando linhas de fuga nos extratos e territorialidades que operam para capturar, normalizar, controlar e hierarquizar os corpos e os modos de vida. Para o filósofo João Paulo de Lorena (2018), o *queer* não é uma identidade ou representação, pois se trata de uma posição de contestação aos regimes de poder que produzem a identidade a diferença. Como *queer*, percebo a magnitude do termo, pois na sua concepção trata-se de um modo de vida, uma estética que permite existir, transitar nas fronteiras, adentrar as brechas e instalar-se no mundo a partir da complexidade humana. Segundo o autor, *queer* é habitar a dissidência e fazer dela uma máquina de guerra, uma pequena delicadeza, um modo de vida minoritário.

O *queer* se aproxima do ciberespaço no ato de subversão, deslocando para as cenas do conhecimento o movimento *ciberqueer*, que de acordo com Wakeford (1998) denomina "viabilizar possibilidades de construções não heterossexuais (ou não heteronormativas) na então recente rede mundial de computadores". Donald Morton (1995) atribuiu a esse movimento um caráter de "subversão imediata". Em seu ensaio *Birth of the Cyberqueer,* Morton falou sobre "o retorno do *queer*", explicado como "uma minoria oprimida" ressignificação positiva de uma palavra negativa, como a adoção de um guarda-chuva para cobrir diversas subjetividades marginais" (Morton, 1995, p. 369). Assim sendo, o conceito de "*ciberqueer*" é melhor compreendido em termos das ações de indivíduos e grupos que subvertem

as normas da heterossexualidade (Wakeford, 1997, p. 20) e se beneficiam das inúmeras oportunidades de interação e comunicação abertas pela internet.

Wakeford (1997) salientou o caráter misto do termo "*ciberqueer*", como:

> [...] ele indica uma amálgama incômoda constituída por duas palavras não muito ricas em especificidade, *ou seja, queer* e cyber (espaço). No entanto, a criação desse híbrido foi um movimento calculado que colocou peso na interdependência dos dois conceitos e sua relevância tanto para as práticas cotidianas de criação e manutenção de um ciberespaço LGBTQ" quanto para a pesquisa desses campos. Porque nos estudos culturais críticos da tecnologia tem havido um silêncio persistente sobre questões de sexualidade, a criação do termo "*cyberqueer*" foi em si um ato de resistência diante de tal supressão (Wakeford, 1997, p. 410)

A cibercultura possibilitou que, para além dos Estudos *Queer*, os "*queer*" (pessoas) de fato habitassem o ciberespaço e se lançassem em suas relações com o território. Em Pedagogias da Sexualidade, Louro (2000) nos chama atenção para as transformações sociais que construíam novas formas de relacionamento a partir das suas relações com o ciberespaço:

> [...] e estilos de vida já se mostravam, nos anos 60, profundas e perturbadoras, elas se acelerariam ainda mais, nas décadas seguintes, passando a intervir em setores que haviam sido, por muito tempo, considerados imutáveis, trans-históricos e universais. As novas tecnologias reprodutivas, as possibilidades de transgredir categorias e fronteiras sexuais, as articulações corpo-máquina a cada dia desestabilizam antigas

> certezas; implodem noções tradicionais de tempo, de espaço, de "realidade"; subvertem as formas de gerar, de nascer, de crescer, de amar ou de morrer. Jornais e revistas informam, agora, que um jovem casal decidiu congelar o embrião que havia gerado, no intuito de adiar o nascimento de seu filho para um momento em que disponha de melhores condições para criá-lo; contam que mulheres estão dispostas a abrigar o sêmen congelado de um artista famoso já morto; revelam a batalha judicial de indivíduos que, submetidos a um conjunto complexo de intervenções médicas e psicológicas, reclamam uma identidade civil feminina para completar o processo de transexualidade que empreenderam. Conectados pela Internet, sujeitos estabelecem relações amorosas que desprezam dimensões de espaço, de tempo, de gênero, de sexualidade e estabelecem jogos de identidade múltipla nos quais o anonimato e a troca de identidade são freqüentemente utilizados (Kenway, 1998). Embaladas pela ameaça da AIDS e pelas possibilidades cibernéticas, práticas sexuais virtuais substituem ou complementam as práticas face-a-face. Por outro lado, adolescentes experimentam, mais cedo, a maternidade e a paternidade; uniões afetivas e sexuais estáveis entre sujeitos do mesmo sexo se tornam crescentemente visíveis e rotineiras; arranjos familiares se multiplicam e se modificam[...] (Louro, 2000, p. 11).

Nos anos 70 encontramos a popularização do ciborgue, bem como uma estética da precarização, que vai da música até a literatura, do *Punk Rock* até o *Ciberpunk* (Leopoldo, 2020, p. 234). As relações mediadas pelo ciberespaço mudam o status da linearidade do corpo físico e seu território, expandindo-a para

todas as camadas da sociedade. De acordo com Leopoldo (2020) o termo "ciborgue" surge dentro de uma ambição maior, onde Manfred Clynes e Nathan Kline escreveram um artigo nos anos 60 sobre o que chamaram de "ciborgue", um ser ampliado, com qualidades para suportar viagens espaciais. Nos anos 70, a imagem do ciborgue é popularizada no imaginário e nos anos 80 e 90, o ciborgue acessa a cibernética como, além disso, estará vinculado ao sistema de informações online, às próteses, aos implantes, às mudanças de memória, não havendo qualquer resquício de algo verdadeiramente humano, mas tão somente o agenciamento homem-máquina.

Seriam, então, os sujeitos queer uma espécie de ciborgues engajados em um giro tecnológico de subversão? Para explorar essa provocação, recorremos a Donna Haraway e à sua obra Antropologia do Ciborgue: as vertigens do pós-humano, que nos oferece importantes pistas. A luta do ciborgue, segundo Haraway (2000), é também uma luta pela linguagem — uma resistência à comunicação perfeita e ao código único que pretenderia traduzir todo o significado de forma definitiva, expressando o cerne do falogocentrismo (p. 88). Para pensar a questão, retomamos o que a autora denomina "autores-ciborgues" (p. 89): sujeitos sobreviventes aos efeitos do colonialismo que, apesar das tentativas de apagamento, preservam ou retomam suas formas de linguagem. Haraway (1985) adverte que a máquina não deve ser idolatrada; no entanto, ela se entrelaça a nós, tornando-se parte do nosso corpo, uma dimensão da nossa incorporação.

Para Coradini e Santos (2024, p. 224) "a cibercultura atravessa as questões *queer*, introduz autores-ciborgues com suas escritas-ciborgues no online". Corpos diversos, digitalizados, plurais, conectados, interconectados, coloridos, emergentes,

abjetos, esquecidos, inconvenientes, emblemáticos, persistentes, resistentes, excluídos, destituídos, onlines e offlines, síncronos e assíncronos, vivem a rede dentro dos seus limites e exaltam a sua presença nela.

Santos (2014, 2019) define a cibercultura como a expressão da cultura contemporânea que transforma profundamente a comunicação, bem como a produção e circulação de informações e saberes em rede, especialmente na interface entre cidade e ciberespaço. Essa transformação dá origem a novos arranjos espaço-temporais e, com eles, a novas práticas educativas. Em sua análise mais recente, Santos (2019) observa que a cibercultura atual é marcada pela mobilidade ubíqua, conectando o ciberespaço às dinâmicas urbanas de maneira cada vez mais fluida. Coradini (2022) complementa essa visão ao afirmar que a cibercultura abre caminhos para as autorias digitais, possibilitando que indivíduos performem em diversas direções, apresentando-se diante de suas comunidades, criando ondas de presença online e articulando formas de ser, viver e resistir. Nesse contexto, pessoas LGBTQIA+ utilizam as redes para afirmar sua existência, promover seu ativismo e compartilhar suas narrativas. São essas histórias de vida que Coradini (2021, p. 187) nomeia como autorias digitais.

Ao articular cibercultura e teoria queer, chegamos ao conceito de cibercultura queer (Coradini; Santos, 2022), um espaço em que as práticas digitais se tornam um campo para a subversão e para a criação de novas formas de expressão de gênero e sexualidade. Nesse contexto, a internet funciona como ambiente de experimentação identitária, acolhendo vivências fluidas, não binárias e dissidentes da norma. É nesse locus de existência queer que buscamos compreender como a cibercultura, em diálogo com as questões de gênero, permite identificar os corpos

que se apresentam no ciberespaço, constroem autorias e produzem conhecimento científico, mobilizando saberes no campo da formação.

O ATIVISMO *QUEER* NO DIGITAL

Na cibercultura queer, o ativismo digital ocupa uma posição central, ao proporcionar a indivíduos e coletivos LGBTQIA+ meios para construir comunidades, compartilhar vivências, articular mobilizações políticas e ampliar a visibilidade de suas pautas. O ciberespaço torna-se, assim, um território de enunciação e resistência, onde narrativas que desafiam as categorias normativas de gênero e sexualidade ganham forma. Além disso, essa cibercultura promove uma reconfiguração dos corpos no ambiente digital, possibilitando que sejam representados, performados e ressignificados de maneiras que confrontam e desestabilizam as normas sociais hegemônicas.

Reconhecendo este lugar como um espaço de subversão e potencial transformador, o digital facilita a expressão de identidades dissidentes e rompe com os limites do corpo físico e as normas de gênero impostas pela sociedade, formando um espaço onde a fluidez e a multiplicidade de identidades podem coexistir. Nesse ambiente, as pessoas podem experimentar novas formas de ser, compartilhar suas experiências e construir comunidades que ofereçam suporte e visibilidade.

Atualmente, uma parte significativa da interação entre pessoas LGBTQIA+ ocorre predominantemente por meio da internet, tanto em termos de participação política, debates, militância e circulação de conhecimento, quanto na criação de laços afetivos e comunitários. Essa interação se dá através de diferentes formas de presença no ecossistema digital, incluindo: o uso das principais redes sociais por pessoas LGBTQIA+, como a

criação de grupos no Facebook, páginas no Instagram, perfis no Twitter, canais no TikTok, entre outros; e a participação em plataformas específicas voltadas para a população LGBTQIA+.

Segundo o InternetLab, embora os espaços online ampliem as possibilidades de debate, troca de ideias, acolhimento e expressão da diversidade sexual e de gênero, eles também suscitam novas preocupações. Entre elas, destacam-se a segurança desses ambientes, o tratamento dos dados de populações politicamente marginalizadas, as dinâmicas das interações virtuais e a forma como o design das plataformas digitais considera, ou ignora, as especificidades da população LGBTQIA+.

Coradini (2022), em sua dissertação Currículo Ciberqueer: autorias LGBTQIA+ na cibercultura, investiga, por meio da etnografia online, os fenômenos queer presentes na internet, com ênfase nas experiências e interações ocorridas no Instagram — elementos que compõem o contexto desta pesquisa. A etnografia virtual, também conhecida por termos como webnografia, ciberantropologia, netnografia ou etnografia digital, conforme Hine (2000), busca compreender as práticas sociais no ambiente digital e seus significados para os participantes. Dialogando com esse conceito, Lewis (2016) destaca que ainda há divergências terminológicas na literatura; no entanto, para fins desta pesquisa, adotamos o termo etnografia online.

Partindo desse contexto e observando que os territórios informacionais — especialmente as redes sociais — produzem conteúdos de qualidade, autorias plurais e expressões diversas de corporeidade, Coradini (2022) identificou conexões capazes de contextualizar possíveis respostas para seu dilema de pesquisa. Inicialmente, seu objetivo era compreender de que forma as autorias LGBTQIA+ se manifestavam nas redes, quais proposições apresentavam, quais impactos geravam e quais caminhos

seguiam, sendo que, em muitos casos, esses destinos não passavam necessariamente pela universidade.

No decorrer do trabalho de imersão na plataforma Instagram, observou-se que, durante o processo de identificação dos sujeitos da pesquisa, emergia um movimento ativista protagonizado por professoras doutoras, doutorandas, mestras e mestrandas trans/travestis. Estes corpos se apropriam das redes digitais como espaços de legitimação de suas existências, mobilizando narrativas de emancipação das suas epistemologias. As performances desses corpos dissidentes se materializam no ambiente online por meio de diferentes recursos midiáticos, fotografias, stories, reels, vídeos e IGTV, com ampla circulação e compartilhamento em outras plataformas digitais.

As trajetórias acadêmicas e ativistas destas mulheres trans/travestis constituem referências fundamentais para a compreensão das articulações entre gênero, sexualidade, educação e tecnologias. Suas produções teóricas, práticas pedagógicas e atuações políticas não apenas tensionam as estruturas cisheteronormativas que historicamente marginalizam esses corpos, como também oferecem contribuições significativas para a construção de epistemologias dissidentes, que atravessam os campos da cibercultura. Ao trazê-las para este debate, busca-se reconhecer e valorizar os saberes produzidos a partir de suas experiências, bem como evidenciar o papel central que ocupam na consolidação de redes de resistência, cuidado e transformação social no contexto brasileiro.

Sendo assim, apresento-lhes as Professora Doutora Alessandra Primo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Professora Doutora Joyce Alves da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Professora Mestra e

Doutoranda Sara Wagner York da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Figura 1: Professora Doutora Alessandra Primo

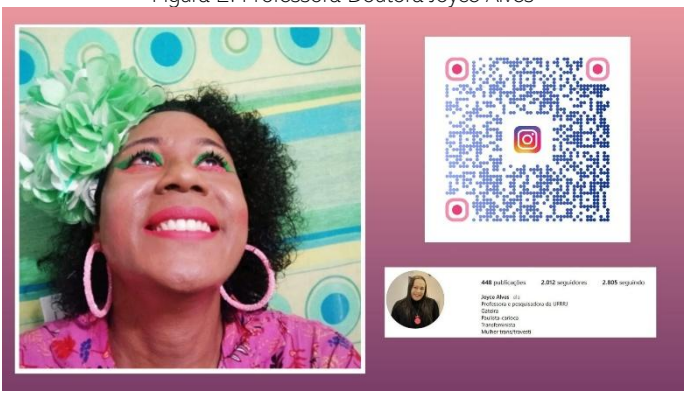
Fonte: Instagram @profa.ale.primo (imagem elaborada por Fábio Coradini)

No contexto da pesquisa de mestrado[3] do autor, atribuiu-se à Professora Doutora Alessandra Primo a expressão **"Autoria Ativista pela Existência"**, conceito construído a partir da análise de sua trajetória durante o período da pandemia de Covid-19, quando, aos 50 anos, iniciou publicamente seu processo de transição de gênero. Por meio de uma etnografia online, foi possível acompanhar seus diálogos no ciberespaço, observando a sutileza dos deslocamentos temporais e das interações que revelavam como sua presença era percebida pelos sujeitos da rede. Tal processo evidenciou um movimento de ruptura gradual, porém profundamente potente, em relação ao gênero atribuído no nascimento, materializando-se como uma prática

[3] Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ - Dissertação Currículo Ciberqueer: autorias LGBTQIA+ na cibercultura. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13135.

de autoria de si, ancorada na resistência, na visibilidade e na afirmação de sua existência.

Figura 2: Professora Doutora Joyce Alves



Fonte: Instagram @joy.alves123 (imagem elaborada por Fábio Coradini)

Para a Professora Doutora Joyce Alves, atribuiu-se a expressão **"Autoria Ativista pela Formação"**, construída a partir da análise de sua atuação educacional durante a pandemia da Covid-19. Esse conceito emerge da observação de sua dedicação à promoção de uma formação docente pautada em princípios interseccionais, com ênfase na construção de currículos críticos e inclusivos. Destaca-se, nesse processo, o uso estratégico do canal do seu grupo de pesquisa, o Laboratório de Estudos de Gênero, Educação e Sexualidade (LEGESEX) na plataforma YouTube, por meio do qual foram ofertados diversos cursos de extensão voltados à formação de professores. As atividades mobilizaram uma ampla diversidade de áreas do conhecimento, como Educação Física, Geografia, Pedagogia, entre outras, consolidando-se como práticas de resistência e de produção de saberes comprometidos com a justiça social e a equidade.

Figura 3: Professora Mestra Sara Wagner York

Fonte: Instagram @sarawagneryork (imagem elaborada por Fábio Coradini)

A autoria de Sara Wagner York se materializa de forma contundente tanto nos espaços de formação presencial quanto nos ambientes digitais, configurando-se como uma prática pedagógica e política de elevada potência epistêmica. No Instagram, Sara mobiliza as funcionalidades tecnológicas como ferramentas de produção e circulação de saberes, desestabilizando discursos hegemônicos e enfrentando temas historicamente silenciados por serem socialmente considerados "tabus". A partir das análises desenvolvidas nesta pesquisa de mestrado, atribui-se a essa atuação o conceito de **"Autoria Ativista Trans-Multirreferencial"**, uma vez que sua intelectualidade transita de forma fluida e crítica entre múltiplos campos do conhecimento — formais, informais, acadêmicos e populares —, produzindo articulações que rompem fronteiras disciplinares e normativas. Este movimento não apenas fortalece sua própria formação, como também promove processos formativos em rede, nos quais seus seguidores são convocados a refletir sobre as intersecções entre gênero, sexualidade, raça e educação. Tal perspectiva é aprofundada em sua etnografia digital publicada na *Revista de*

Educação da PUC-Campinas[4] (Coradini, Santos, 2024), na qual evidência como seu corpo, inteligível, dissidente, resistente e profundamente pedagógico, constitui-se como central na produção de saberes e na disputa por narrativas no ciberespaço.

No âmbito do ativismo em rede, as autorias aqui discutidas, como a "Autoria Ativista pela Existência" de Alessandra Primo, a "Autoria Ativista pela Formação" de Joyce Alves e a "Autoria Ativista Trans-Multirreferencial" de Sara Wagner York, compreendemos diferentes modos de resistência, produção de saberes e transformação social a partir de experiências pessoais e coletivas em espaços digitais e presenciais. Para ampliar essa interlocução e incorporar perspectivas institucionais e interdisciplinares, destaca-se o InternetLab, um centro independente de pesquisa que se dedica à promoção do debate acadêmico e à produção de conhecimento nas interseções entre direito e tecnologia, com ênfase nas dinâmicas da internet. Organizado como uma entidade sem fins lucrativos, o InternetLab articula pesquisadores, setores público e privado, e sociedade civil, fomentando projetos que enfrentam desafios críticos da formulação e aplicação de políticas públicas em tecnologias emergentes. Entre os temas abordados, destacam-se a privacidade, a liberdade de expressão e as questões relacionadas a gênero e identidade, reforçando a relevância do ativismo em rede como espaço plural e estratégico de resistência e inovação sociopolítica.

[4] Artigo Epistemologia travesti: uma etnografia online de Sara Wagner York. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/12825.

Figura 4: Plataforma InternetLab

Fonte: Print do site https://internetlab.org.br/pt/

A Plataforma Digital para Lésbicas, Bissexuais, Pessoas Trans e Não-bináries, desenvolvida pelo InternetLab, representa uma iniciativa fundamental para o avanço do conhecimento acerca das dinâmicas de sociabilidade e ativismo digital desses grupos no ambiente virtual. Ao focar especificamente nas experiências de mulheres LBT e pessoas não binárias, o projeto contribui para suprir importantes lacunas na pesquisa acadêmica, especialmente no que tange à interseccionalidade entre gênero, sexualidade e tecnologias digitais. Além disso, a plataforma assume um papel ativo na promoção de boas práticas, orientadas para a construção de espaços online mais seguros, inclusivos e acolhedores, alinhando-se às demandas emergentes das comunidades queer por reconhecimento e proteção contra as diversas formas de violências e exclusão presentes no ciberespaço. A interlocução direta com ativistas, especialistas e produtores(as) de conteúdo potencializa a efetividade da plataforma, consolidando-a como um espaço de resistência e empoderamento digital. Tal iniciativa reforça a relevância do ativismo em rede enquanto estratégia política e pedagógica, em consonância com as autorias ativistas previamente discutidas, e evidencia a importância da convergência entre pesquisa acadêmica, tecnologia

social e práticas comunitárias para a construção de futuridades mais justas e equitativas no contexto digital.

Nesse sentido, destaca-se a atuação do **Coletiva Hacker Feminista MariaLab**, que articula saberes, práticas e tecnologias com foco na justiça social e na emancipação de corpos. A MariaLab, inserida no feminismo tecnológico e nas lutas antirracistas, desenvolve ações que combinam ativismo, produção de conhecimento e experimentação tecnológica, promovendo oficinas, pesquisas críticas e intervenções que visam desconstruir estruturas patriarcais e colonialistas nas tecnologias digitais. Assim, tanto a Plataforma do InternetLab quanto a Coletiva MariaLab exemplificam como o ativismo em rede configura-se como uma estratégia política e pedagógica indispensável para a construção de futuridades digitais mais justas, seguras e plurais.

Figura 5: Coletivo Hacker Feminista MariaLab

Fonte: https://marialab.org/ e Instagram @marialab_org

O MariaLab é um hackerspace feminista, um espaço coletivo e aberto, para a criação e troca de experiência. O coletivo nasce do desejo de tornar os espaços de tecnologia mais plurais, envolvendo mais mulheres, pessoas trans e não binárias, e promovendo um pensamento e discussão interseccional que

considere raça, classe social, identidade de gênero no desenho de tecnologias, sejam elas digitais ou não. Muito além da representatividade desses corpos invisibilizados, deseja-se propor reconstruções e reapropriações nos modos como desenvolver e interagir com infraestruturas tecnológicas.

O coletivo MariaLab exerce um papel essencial na coleta, organização e divulgação de informações, além da geração de conhecimentos científicos e socioeconômicos sobre a intersecção entre tecnologias e feminismos. Por meio de debates acerca de tecnologias feministas, do combate à violência online baseada em gênero e raça, e de discussões sobre a Governança da Internet, o coletivo fomenta reflexões críticas nesses campos. Ademais, produz materiais didáticos em variados formatos, visando disseminar conhecimento sobre tecnologias voltadas para mulheres, pessoas transgênero e não binárias. O MariaLab também oferece suporte a outros projetos relacionados tanto a tecnologias digitais quanto não digitais, disponibilizando seu espaço para atividades, reuniões e eventos promovidos por pessoas e organizações parceiras.

No âmbito das redes sociais, o ativismo digital configura-se como uma ferramenta estratégica de grande impacto para a promoção de causas sociais, sobretudo no que se refere à visibilidade e à defesa dos direitos de populações marginalizadas. Nesse contexto, o ativismo trans emerge como uma expressão vital de resistência e transformação, por meio da qual mulheres trans e pessoas trans em geral articulam narrativas que desconstruem estereótipos, reafirmam suas identidades e reivindicam espaços legítimos de protagonismo social e político. A atuação dessas vozes no ambiente digital não apenas expande o debate público acerca das identidades de gênero e das demandas da comunidade LGBTQIA+, como também desafia e problematiza

as normativas sociais excludentes que sustentam práticas discriminatórias. Organizações e coletivos como o InternetLab e o Coletivo Hacker Feminista MariaLab exemplificam o potencial da cibercultura como instrumento para a articulação entre ativismo e tecnologia social. O InternetLab, ao promover pesquisas e ações interdisciplinares voltadas para políticas públicas em tecnologias emergentes, e a MariaLab, ao desenvolver práticas feministas hacker focadas na justiça social e na inclusão digital, ilustram como a convergência entre tecnologia social e ativismo em rede pode contribuir para a construção de ambientes digitais mais seguros, inclusivos e politicamente transformadores. Dessa forma, essas iniciativas revelam-se elementos fundamentais para a potencialização das lutas por equidade e direitos na cibercultura contemporânea.

DA TECNOLOGIA SOCIAL AO DIGITAL: ESTABELECENDO AS INTERSEÇÕES

A cibercultura está intrinsecamente relacionada ao conceito de tecnologia social, que se refere ao uso de inovações tecnológicas com o objetivo de promover a inclusão e a justiça social. Ferramentas digitais, como redes sociais e plataformas colaborativas, tornam-se tecnologias sociais quando são utilizadas para proporcionar visibilidade e dar voz a grupos marginalizados, como a comunidade LGBTQIA+. Nesse contexto, a internet pode ser entendida como uma tecnologia social ao facilitar a criação de redes de apoio, fomentar o empoderamento de pessoas *queer* e promover a transformação social. Ao possibilitar a troca de experiências, a articulação de ações coletivas e a disseminação de narrativas de resistência, a cibercultura se consolida como um espaço de construção de novas formas de ser e de agir, subvertendo normas opressivas e ampliando a luta por direitos e igualdade. Assim, a tecnologia digital se converte em

uma aliada essencial na promoção da inclusão e no combate à exclusão social.

A interseção entre tecnologia social e cibercultura *queer* constitui um importante campo de investigação no cenário contemporâneo, no qual as dinâmicas sociais e culturais estão sendo profundamente transformadas pela convergência de diversas forças. Por meio desta análise, buscamos compreender como esses dois domínios, em diálogo com as inovações tecnológicas, interagem e se influenciam mutuamente, gerando novas formas de empoderamento, expressão e transformação social. Ao examinar essa interconexão, destacamos as potencialidades da cibercultura *queer* como um espaço de resistência e criação de identidades dissidentes, em que as tecnologias sociais desempenham um papel central. Essa relação simbiótica abre caminho para inovações que desafiam estruturas normativas e criam possibilidades inéditas de inclusão e renovação nas esferas política, cultural e educativa.

Durante a 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (5ªCNCTI/2024), Felipe Addor destacou que a tecnologia social se baseia na perspectiva do processo tecnológico, e não da transferência de tecnologia. O desenvolvimento é feito em conjunto com as comunidades, garantindo a participação ativa dos beneficiários, e nesse contexto, empreendimentos de economia solidária, organizações comunitárias e movimentos sociais representam os principais interlocutores.

Addor (2024) ressalta a "importância em desenvolver projetos que promovam espaços de intercâmbio de saberes, conhecimento científico e popular, realizando uma articulação institucional territorializada a partir de um diagnóstico participativo, para desenvolver inovações tecnológicas que atendam às demandas coletivas naquele espaço e território".

Para Rutkowski (2011, p. 199) "o que se percebe é que não há, ainda, um conceito amplamente aceito, consensual, para as tecnologias sociais. A autora destaca que pensar TS é compreender que os princípios de que aprendizagem e participação são processos que caminham juntos, que a transformação social implica compreender a realidade de maneira sistêmica e ocorre na medida em que há respeito às identidades locais, e que qualquer indivíduo é capaz de gerar conhecimento e aprender. O Instituto de Tecnologias Sociais (ITS) as define como "um conjunto de técnicas, metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida" (ITS, 2004, p. 130). A Fundação Banco do Brasil, instituição pioneira na criação de um prêmio visando o fomento de tais iniciativas, considera "tecnologia social todo produto, método, processo ou técnica criados para solucionar algum tipo de problema social e que atendam aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade e impacto social comprovado" (FBB, 2005).

Baseando em uma perspectiva distinta daquela tradicionalmente adotada para TS e alinhada as propostas de Dagnino, Brandão e Novaes (2004), podemos dialogar com questões que se aproximam da cibercultura *queer*. Para debater com as Modalidades de Adequação Sociotécnica (AST) propostas por Dagnino, Brandão e Novaes (2004) no contexto da cibercultura *queer*, é importante entender como essas modalidades refletem a relação entre inovação tecnológica e as necessidades sociais. A partir das noções de uso, apropriação, alternativas tecnológicas e incorporação de conhecimento existente e novo, há algumas interseções que devem ser utilizadas como uma estrutura para refletir sobre a criação de algo novo, do que como moldes

rígidos nos quais cada experiência deva necessariamente se encaixar. Essas modalidades sugerem que as inovações tecnológicas devem ser adequadas às dinâmicas sociais, políticas e culturais específicas, promovendo a inclusão e o desenvolvimento humano. Ao aplicar esses conceitos à cibercultura *queer*, podemos explorar como as tecnologias digitais foram incluídas e transformadas pelas comunidades *queer* para responder às suas demandas e desafios.

A tecnologia social, caracterizada por sua orientação voltada à solução de desafios sociais, encontra na cibercultura um ambiente propício para a disseminação e amplificação de suas iniciativas. Com sua base digital e alcance global, a cibercultura potencializa a visibilidade das ações destinadas à inclusão e ao empoderamento, ampliando o impacto das tecnologias sociais para além das fronteiras geográficas e culturais.

A teoria *queer*, por sua vez, desafia normas de gênero e sexualidade, desconstruindo categorias binárias e questionando hierarquias estabelecidas. A convergência entre a teoria *queer* e a cibercultura é significativa, uma vez que ambas subvertem noções tradicionais de identidade, possibilitando novas formas de expressão e de construção de comunidade. As redes socias oferecem um espaço para que vozes *queer* encontrem solidariedade, permitindo o surgimento de narrativas marginalizadas e provocativas.

Sob a influência da teoria *queer*, a tecnologia social também passa por uma transformação. Projetos e aplicativos são desenvolvidos com o objetivo de atender às necessidades específicas das comunidades *queer*, fornecendo recursos de saúde, apoio psicológico e orientação. Ademais, a tecnologia desempenha um papel relevante na criação de espaços seguros e online para indivíduos *queer*, onde podem explorar suas identidades e

relacionamentos sem o medo de julgamentos. Dessa forma, a junção entre tecnologia social, cibercultura e teoria *queer* promove um ambiente inovador que favorece a inclusão e a expressão autêntica.

No entanto, esse encontro complexo não é isento de desafios. A cibercultura, apesar de oferecer plataformas para expressão livre, também é palco de discurso de ódio e assédio online, que muitas vezes atingem grupos marginalizados, incluindo a comunidade *queer*. Além disso, a apropriação de tecnologias sociais na cibercultura para fins comerciais e capitalistas pode diluir sua natureza emancipatória, exigindo um exame crítico contínuo.

A partir da leitura do artigo "Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teórico-práticos para o bem viver" de Edmundo Gallo (2021) percebemos a importância de trazer para o debate o conceito de intersetorialidade, justamente pelo caráter da imbricação entre o que socialmente e tecnologicamente se torna interseccional em nossas práticas.

> A intersetorialidade, requer que atue com uma prática inovadora de governança, envolvendo o planejamento, a execução e o acompanhamento das ações com abordagem multicultural, territorializada e participativa, a fim de garantir "o envolvimento dos diversos públicos e atores sociais e, inclusive, que os membros dessas comunidades também participem das definições de soluções de saneamento rural" (BRASIL, 2019, p. 249)

A tecnologia é uma grande aliada na construção do saber na cibercultura, por se tratar de uma cultura contemporânea mediada pelo digital em rede, ou seja, um digital que atravessa o online para o território e não desloca a sua existência apenas

para o digital. Nessa relação, que trabalhamos território e ciberespaço, o corpo se digitaliza e constrói outros tipos de relação e interação social. A partir deste olhar, bricolando com o conceito da intersetorialidade, que justamente busca a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes, tendo em vista enfrentar problemas complexos, posicionamento que diretamente promove interlocução com a tecnologia social. Não conseguimos mais retroceder a um posicionamento tecnicista, onde o lócus de encontro está entre homem e máquina ou homem-máquina, assim como Lucia Santaella (2021) nos alerta que vivemos em uma realidade "liquida, ubíqua e acelerada".

A partir do texto "O conceito de tecnologia: reflexões para a prática da extensão universitária na área tecnológica" dos professores Flávio Chedid Henriques, Vicente Nepomuceno e Celso Alexandre Souza de Alvear (2015) nos deparamos com uma importante teoria que consegue interseccionar a ideia de corpo, digital e território, denominada "ator-rede" de Bruno Latour. Esta noção rompe com as concepções tradicionais de agência e estrutura, ao atribuir importância tanto aos atores humanos quanto aos não humanos no processo de construção da sociedade. De acordo com a teoria do ator-rede, os atores são entendidos como entidades que possuem agência, ou seja, a capacidade de agir e influenciar os eventos. Esses atores podem ser tanto humanos (como indivíduos, grupos sociais, instituições) quanto não humanos (como objetos técnicos, dispositivos, sistemas).

A rede é humana e sinérgica, como Castells discorre em "Sociedade em Rede" (1996), porém também é plural, democrática e formacional como aparece nos estudos da pesquisadora e professora da UFRRJ, Edmea Santos. Neste cenário de

interseção entre saberes e conceitos, propomos investigar como corpos LGBTQIA+ historicamente marginalizados pela sociedade e muitas vezes invalidados nos espaços acadêmicos são produtores de conhecimento, epistemologias e autorias em rede. Tais produções desafiam e tensionam os modelos hegemônicos de conhecimento, ainda amplamente ancorados em paradigmas brancos e eurocêntricos, sobretudo na educação superior.

Para exemplificar essa discussão, recupero a experiência do Laboratório de Informática para Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (LIpE/UFRJ), descrita no artigo "Espaço Ubuntu: de uma sala de sucatas a um laboratório de afetos e de programação". Essa vivência revela uma articulação profunda entre corpos e suas múltiplas dimensões tecnológicas, sociais, interseccionais, plurais, territoriais e digitais. O afeto, nesse contexto, emergiu como elemento central na construção de uma pesquisa que tem como força motriz os corpos que habitam os entre-lugares da universidade espaços frequentemente acessados apenas por meio da extensão. O fortalecimento do vínculo entre universidade e comunidade é, portanto, essencial para viabilizar sonhos diversos e plurais.

Em síntese, a convergência entre tecnologia social, cibercultura e teoria *queer* configura um campo denso e dinâmico, com grande potencial para fomentar transformações sociais e culturais. Essa interseção favorece ambientes de inclusão, expressão autêntica e ressignificação de normas, ao mesmo tempo em que exige atenção constante para garantir que as oportunidades criadas contribuam, de fato, para a justiça, a equidade e o respeito às diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interação entre tecnologia social e cibercultura se revela um aspecto fundamental nas dinâmicas contemporâneas que moldam as estruturas sociais, culturais e econômicas. Este trabalho explorou o encontro entre esses dois conceitos e sua articulação com a cibercultura *queer*, analisando como a convergência de soluções inovadoras para problemas sociais e as possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais se traduzem em ações concretas de mudança social.

A cibercultura *queer* emerge como um campo de estudo e prática que explora as intersecções entre as tecnologias digitais e as identidades, expressões e experiências LGBTQIA+. Essa noção se desenvolve dentro do contexto mais amplo da cibercultura, um ambiente marcado pela interatividade, pela comunicação em rede e pela proliferação de práticas culturais mediadas pela internet. No entanto, a cibercultura *queer* vai além de uma simples adaptação dos indivíduos LGBTQIA+ ao espaço digital. Ela se configura como um campo de resistência, reinvenção e subversão das normas heteronormativas e cisnormativas, promovendo novas formas de existência e visibilidade.

A tecnologia social, um campo emergente voltado para a busca de soluções para questões sociais, abrange desde projetos de educação inclusiva até iniciativas de empreendedorismo social. Esse campo se caracteriza pela busca de abordagens criativas e eficazes para enfrentar problemas que afetam comunidades marginalizadas, visando à transformação social e ao empoderamento dos indivíduos. Por sua vez, a cibercultura é intrínseca à sociedade digitalizada, englobando as formas de comunicação, interação e produção cultural influenciadas pela tecnologia digital. Redes sociais, plataformas colaborativas e a disseminação instantânea de informações moldam a maneira como as

pessoas se relacionam, constroem identidades e participam de debates públicos.

Embora a interação entre tecnologia social e cibercultura ofereçam diversas oportunidades, é crucial reconhecer os desafios subjacentes. A disseminação de informações falsas e a polarização de opiniões podem obscurecer as mensagens das tecnologias sociais, comprometendo a eficácia das iniciativas. Ademais, a exclusão digital e a falta de acesso a tecnologias podem gerar desigualdades na participação e no impacto das soluções sociais.

Em conclusão, no contexto das interações digitais contemporâneas, a confluência entre tecnologia social e cibercultura é particularmente significativa para os ativismos *queer*. Essas ferramentas não apenas potencializam a visibilidade e a expressão das vozes *queer*, mas também criam espaços de resistência e empoderamento. Portanto, a promoção da inclusão e o fortalecimento das comunidades LGBTQIA+ no ambiente digital são essenciais para avançar em direção a um mundo mais justo e igualitário, onde todas as identidades possam ser reconhecidas e respeitadas.

REFERÊNCIAS

5ªCNCTI/2024. **Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, 2024**, Brasília. Tecnologias sociais podem impulsionar a economia solidária. Disponível em: https://5cncti.org.br/noticias/tecnologias-sociais-podem-impulsionar-a-economia-solidaria/. Acesso em 16. out. 2024.

ADDOR, Felipe. Extensão tecnológica e Tecnologia Social: reflexões em tempos de pandemia. **Revista NAU Social** - v.11, n.21, p. 395 – 412 Nov 2020 / Abr 2021.

ADDOR, Felipe. **Tecnologias sociais podem impulsionar a economia solidária**. Disponível em: https://5cncti.org.br/noticias/tecnologias-sociais-podem-impulsionar-a-economia-solidaria/. Acesso em 16. out. 2024.

Alos, Anselmo Peres. Traduzir o queer: uma opção viável?. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 28, n.2, maio 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2020000200218&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 16 out. 2024.

BARBOSA, Joaquim Gonçalves. Multirreferencialidade e produção do conhecimento: diferentes histórias de aprendizagens. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 32, n. 18, p. 209- 223, maio/ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Saneamento Rural.** Brasília: Funasa, 2019.

CASTELLS, M. **The rise of the network society**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1996.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHEDID, Flávio, Nepomuceno, Vicente, Alvear, Celso Alexandre. O conceito de tecnologia: reflexões para a prática de extensão universitária na área tecnológica. p. 235-258. In: **Tecnologia, Participação e Território: reflexões a partir da prática extensionista**. Orgs: Felipe Addor e Flávio Chedid Henriques. Editoria UFRJ/FAPERJ, Rio de Janeiro, RJ, 2015.

CORADINI, Fábio, Santos, Edmea. Epistemologia travesti: uma etnografia online de Sara Wagner York. **Revista De Educação PUC-Campinas**, **29, 2024.** https://doi.org/10.24220/2318-0870v29a2024e12825. Acesso em 23.mai. 2025.

CORADINI, Fábio. **Currículo ciberqueer: A autoria LGBTQIA+ no ciberespaço**. IV E-Doc [livro eletrônico]: Encontro Internacional Docência e Cibercultura. Edmea Oliveira dos Santos, Tania Lucia Madalena, Rosemary dos Santos, Andrea da Paixão Fernandes. Rio de Janeiro, RJ, 2022. Disponível em: http://e-doc.pro.br/anais-virtual#anais.

CORADINI, Fábio. **Currículo Ciberqueer**: autorias LGBTQIA+ na cibercultura. 2022. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2022. Disponível em: https://tede.ufrrj.br/jspui/handle/jspui/6643. Acesso em: 29 set. 2023.

CORADINI, Fábio. Santos, Edméa. **Ciberqueerizando autorias LGBTQIA+ na cibercultura:ressignificando currículos**. Conectando saberes: gênero,

tecnologia e informação na era digital/ Rubens Ferreira, Luiz Fernando Correia de Almeida, Rita de Cássia Viana de Almeida (org.) - Belém-PA: ICSA, 2024.

CORADINI, Fábio.**Vozes Digitais: a Autoria LGBTQI+ na Cibercultura**. Anais do II Seminário Internacional Gênero, Sexualidades e Educação na Ordem do Dia: interseccionalidades em (re)existências. Livro Eletrônico, Rio de Janeiro: Denize Sepulveda, 2021.

COSTA, Ana Cristina Moraes da Costa et all. Espaço **Ubuntu: de uma sala de sucatas a um laboratório de afetos e de programação. Anais do VI Congresso Brasileiro de Informática na Educação** (CBIE 2017).

DAGNINO, Renato; Brandão, Flávio Cruvinel; Novaes, Henrique Tahan. Sobre o marco analítico conceitual da tecnologia social. In: Lassance Jr. *et al.* **Tecnologia social**: Uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004, p. 15-64.

FBB. **Fundação Banco do Brasil.** Disponível em: https://fbb.org.br/pt-br/ra/conteudo/banco-de-tecnologias-sociais. 2005. Acesso em 16. out. 2024.

GALLO, Edmundo. Territórios Sustentáveis e Saudáveis: desafios teóricopráticos para o bem viver. In: Fundação Nacional de Saúde. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico** / Fundação Nacional de Saúde.1. ed. vol. 1, Brasília: Funasa, 2021.

HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: SILVA, Thomaz Tadeu da (Org.). **Antropologia do Ciborgue**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

HINE, C. **Virtual Ethnography**. London: Sage, 2000.

INTERNETLAB. Laboratório de Internet. Disponível em: https ://internetlab .org .br /pt/ . Acesso em: 16 out. 2024.

ITS. Reflexões sobre a construção do conceito de tecnologia social. In: **Tecnologia Social – uma estratégia para o desenvolvimento**. FBB, Rio de Janeiro, 2004.

JAGOSE, Anamarie. **Queer Theory: an introduction**. New York: New York University Press, 1996.

LEOPOLDO, Rafael. **Cartografia do pensamento queer**. Salvador: Editora Devires, 2020.

LIANZA, Sidney. Addor, Felipe. **O experimento da utopia (arte de realizar sonhos).** Tecnologia e desenvolvimento social e solidário / Sidney Lianza e Felipe Addor (organizadores). 1. ed. atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

LORENA, João Paulo. **Infâncias queer nos entre-lugares de um currículo** [manuscrito]: a invenção de modos de vida transviados. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. - Belo Horizonte/MG, 2018, 144 f.

LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

MARIALAB. Disponível em: https://www.marialab.org/. Acesso em: 16 out. 2024.

MORTON, Donald. "**Birth of the Cyberqueer**." PMLA, v. 110, n.3, p. 369-381, 1995.

PRECIADO, Paul B. **Qui défend l'enfant queer?** Libération. 2013. Disponível em: http://www.liberation.fr/societe/2013/01/14/qui-defend-l-enfant-queer_873947. Acesso em: 16 out. 2024.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTQI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RUTKOWSKI, Jacqueline. **Rede de tecnologias sociais: pode a tecnologia proporcionar desenvolvimento social?** Tecnologia e desenvolvimento social e solidário / Sidney Lianza e Felipe Addor (organizadores). 1. ed. atual. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Humanos Hiper-híbridos: linguagens e cultura na segunda era da internet**. São Paulo: Paulus, 2021.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. 1ª Edição. Teresina: EDUFPI, 2014.

SANTOS, Edméa. **Pesquisa-formação na cibercultura**. 2ª reimpressão. Teresina: EDUFPI, 2019.

SANTOS, Edméa; Rossini, Tatiana Stofella Sodré. A produção de recursos educacionais abertos na formação de professors-autores. **Multiplas Linguagens nos curriculos**. Edmea Santos, Rosemary dos Santos e Cristiane Porto (Orgs). João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

WAKEFORD, Nina. "**Cyberqueer**." In: MUNT, Sally; MEDHURST, Aandy (Org.). The Lesbian and Gay Studies Reader: A Critical Introduction. 1. ed. Londres: Cassel, p. 20- 3, 1998.

WAKEFORD, Nina., Cyberqueer. In: D. Bell and B. M. kennedy, eds. **The Cybercultures Reader**. Abington: Routledge, 401–415, 1997.

Afetividade no Ensino e a Cidadania Digital na Educação

Amaurícia Lopes Rocha Brandão
Rita de Cássia Marques Lima de Castro

INTRODUÇÃO

É comum a concepção futurista, quando se pensa sobre a palavra tecnologia. Entretanto, desde a pré-história, a tecnologia contribui para facilitar a execução das atividades cotidianas, sejam essas individuais ou coletivas. Desse modo, a inserção de uma nova tecnologia ao contexto social resulta em mudanças no comportamento humano e, consequentemente, na transformação de uma sociedade.

No século XXI, com o surgimento das tecnologias digitais, tal impacto é sentido de forma constante. Ao contrário de outros períodos históricos, percebe-se uma substituição acelerada, o que torna uma tecnologia obsoleta antes que esta seja dominada por parte significativa da sociedade. No contexto escolar, aprofunda-se o desafio de acompanhar a continua evolução tecnológica e as transformações socais, em um sistema que muitas vezes parece ter estacionado em algum momento do passado.

No curta intitulado “I sued the school system”, traduzido para a língua Portuguesa como “O julgamento da educação”, o protagonista interpretado por Prince Ea, rapper americano, é um advogado que acusa o sistema educacional de estar ultrapassado e defende a necessidade de transformação da educação para que esta se adeque à contemporaneidade. Para a defesa, a personagem apresenta uma comparação entre a educação e os sistemas de telecomunicações e de transportes, por meio de imagens que constatam que o formato educacional

pouco avançou nos últimos 150 anos em relação aos outros. As instituições de ensino, em sua maioria, mantêm a configuração espacial das salas de aulas, com cadeiras dispostas em fileiras, e continuam privilegiando certas competências do saber, em especial as relacionadas as disciplinas das Ciências Exatas, desprestigiando os discentes com habilidades artísticas, por exemplo. Por fim, o advogado pede para que todos reflitam que os discentes "representam 20% da população atual, mas 100% do futuro" (Porvir, 2017).

É relevante compreender como a inserção das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação - TDIC pode contribuir para a inovação do sistema educacional, por meio da ampliação da discussão sobre a inclusão digital e a alfabetização midiática e informacional, sobretudo, após a pandemia de Covid-19, quando se constatou de forma concreta que o mundo enfrenta o aumento da desigualdade digital. Entre março e abril de 2020, com a adoção do ensino remoto emergencial devido à impossibilidade do ensino presencial, a falta de acesso às TDIC deixou 1,6 bilhão de estudantes, ou seja, 90% dos discentes do planeta, impossibilitados de frequentarem as atividades remotas em mais de 190 países (UNESCO, 2020). Em 2021, pesquisa da União Internacional de Telecomunicações – UIT afirmou que 37% da população mundial, o que representa aproximadamente 2,9 bilhões de pessoas, nunca acessaram a internet. Em relação aos países mais pobres, essa restrição atinge até 96% da população (ONU, 2021).

Paralelamente, parte dos 2/3 da população mundial que possui acesso as TDIC apropriam-se do direito à liberdade de expressão para consumir e produzir informação sincronizadas em escala planetária, sem muitas vezes questionar sobre os deveres do que representar exercer a cidadania digital na sociedade

contemporânea. Nos últimos anos, a produção exponencial de conteúdos digitais tem resultado na proliferação de discursos que ameaçam a democracia, a saúde pública e a vida social em todo o planeta. Lemos e Lévy (2010) destacam a urgência de políticas públicas que amenizem a desigualdade socioeconômica nos países do sul, para que problemas relacionados a inclusão digital, analfabetismo e cidadania digital não sejam tratados como supérfluos. O que contribui para ampliar o "abismo digital" entre incluídos e excluídos digitais, diante do acentuado desenvolvimento das tecnologias digitais em termos globais.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo analisar como a relação afetitividade e aprendizagem pode contribuir para a cidadania digital. Para isso, será utilizada a experiência do Espaço Ubuntu, apresentada na disciplina de Tecnologia e Território na América Latina do Programa de Integração da América Latina – PROLAM/USP em parceria com o Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social – Nides/UFRJ, associada ao levantamento sistemático sobre políticas públicas educacionais de inclusão digital e alfabetização digital para a cidadania digital. Espera-se com o texto instigar pesquisas que ampliem a discussão sobre esta temática contribuindo para a cidadania e o bem-estar digital.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA E AS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Conforme Sodré (2012, p. 15), a educação é um "processo de incorporação intelectual e afetiva, pelos indivíduos, dos princípios e das forças que estruturam o Bem de uma formação social". Para o autor, o Bem refere-se ao equilíbrio econômico, político e ético da comunidade humana, que possibilita a preservação da vida e continuidade das relações sociais.

Entretanto, a educação embora considerada um direito universal, obrigatória e gratuita, conforme o artigo 26º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda enfrenta descaso, principalmente, diante da constante descontinuidade de políticas públicas de educação. Nos países latino-americanos isso contribui, embora de maneira velada, para a manutenção dos princípios adotados desde o período colonial, um modelo eurocêntrico baseado na ideia de preservar e legitimar a ordem social estabelecida. Naquele período a educação foi utilizada com o propósito de "civilizar" a população nativa, com o intuito de desarraigar costumes e crenças indígenas e, paralelamente, doutriná-la segundo a religião católica (Bértola; Ocampo, 2014).

Durante o processo de independência e a formação dos Estados nacionais, a educação primária passa a ser responsabilidade destes e a influência das instituições católicas nas escolas é transferida para a educação particular que passa a ser considerada como de melhor qualidade. Bértola e Ocampo (2014, p.49) destacam que estes movimentos foram relevantes para a massificação do acesso à educação, embora "o aumento na quantidade de matriculados no ensino primário não necessariamente foi acompanhado de uma melhora em sua qualidade". Os autores ainda complementam que a discussão do ensino foi direcionada ao ensino secundário e terciário, e permanece depois de dois séculos.

Na primeira metade do século XX, foram adotadas as primeiras políticas públicas nos países latino-americanos com a finalidade de aumentar a capacidade de vagas de matrículas no ensino primário. Os resultados foram desiguais, destacando-se Chile, a Costa Rica e o Uruguai. Contudo, conforme Frankema (2009) e Lindert (2010) citados por Bértola e Ocampo (2014), alguns fatores contribuíram para a ineficiência e dificuldade de

implementação. Frankema ressalta uma relação entre a concentração da propriedade de terra e a ausência de prioridade para promover o avanço educacional. Para os proprietários de terra educar a força de trabalho compromete o excedente de mão-de-obra, pois a educação promove a qualificação, com a migração de trabalhadores para outros setores econômicos e a autonomia cidadã, com o reconhecimento de seus direitos políticos. Portanto, é mais rentável a não qualificação do trabalhador. E Lindert (2010) comenta sobre a relação entre o sistema tributário e o baixo nível educacional, por meio da resistência dos segmentos de alta renda a pagarem impostos para financiar os custos da educação massiva, o que contribuiu para a manutenção do poder e a concentração de renda em determinados grupos sociais que continuam se beneficiando deste modelo.

Neste contexto, consolida-se à educação bancária, que segundo Freire tem como objetivo central permitir aos estudantes a absorção de técnicas e ferramentas úteis para manter o desenvolvimento dos grandes empreendimentos econômicos. Para Addor (2021), este modelo resulta em dois problemas centrais: a formação de profissionais inspirada no modelo de "linha de montagem", que compromete o pensamento crítico, diminuindo a capacidade de ampliar uma reflexão que permita mudanças na estrutura sociocultural, política, ambiental e econômica. E a formação direcionada a atender o contexto dos grandes empreendimentos econômicos, o que impossibilita, consequentemente, profissionais críticos dispostos a contribuírem com a transformação da realidade do país.

Assim, na tentativa de assegurar a manutenção deste modelo, o conceito de educação para a liberdade (Freire, 1987), continua sendo atacado pela elite brasileira que almeja a continuidade do *status quo*, com a manutenção de um modelo

educacional que inviabilize a autonomia e o protagonismo do sujeito. Desse modo, o reconhecimento de Freire (1987) da educação como um ato político, é percebido por estes grupos tradicionais como uma ameaça à continuidade de um sistema que aprofunda a desigualdade e o preconceito.

Com a chegada do novo milênio, os desafios educacionais se amplificam. A introdução das TDIC apesar de propiciarem práticas docentes contextualizadas as transformações da contemporaneidade, ao mesmo tempo amplifica o abismo de desigualdade entre escolas públicas e privadas. Assim, políticas públicas educacionais são criadas com o propósito de minimizar este problema. Em 2007, o Programa um Computador por Aluno – PROUCA foi criado no Brasil, inspirado no programa One Laptop per Child[1], por meio da Lei º 12.249/2010, contudo a execução aconteceu apenas três anos mais tarde (BRASIL, 2010). O projeto foi reconhecido como relevante pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados – CAEAT, pela possibilidade de imersão tecnológica da escola para o desenvolvimento da cultura digital; a promoção de equidade social e competitividade econômica; a garantia de mobilidade e conectividade que permitem ampliar os tempos e espaços de aprendizagem, fundamentais para desenvolver a autonomia que possibilita a educação por toda a vida, conforme defendida pela Unesco; e a utilização de laptops conectados à internet que permite a constituição de múltiplas comunidades de aprendizagem (Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnologica, 2010).

Valente (2011) complementa que a distribuição de laptops educacionais conectados à internet permite o aprimoramento do discente em avaliações internacionais; maior

[1] Apresentado pelo professor e pesquisador Niccholas Negropontes, no Fórum Econômico de Davos, na Suíça, em 2005.

engajamento discente no aprendizado escolar; desenvolvimento de atividades de aprendizado fora do ambiente escolar; fomento à colaboração entre pares frente às propostas pedagógicas; acesso a conteúdo escolares no momento de sua aprendizagem; promoção da inclusão digital de classes socioeconômicas desfavorecidas e preparação para o mercado de trabalho.

Entretanto, conforme já mencionado neste artigo, a desigualdade social, que amplifica a miséria e parece justificar a violência, especialmente, nas grandes cidades brasileiras, torna urgente a implantação de políticas públicas voltadas a esta problemática, e desse modo, a desigualdade digital passa a ser considerada como menos urgente, portanto, algo ainda supérfluo. Assim, em 2013, o PROUCA foi descontinuado, o que favoreceu o agravamento da exclusão digital entre os mais pobres. Durante a pandemia, estudos afirmam que a "consolidação do PROUCA nos dez últimos anos teria favorecido enormemente os estudantes mais pobres quanto ao acesso ao ensino remoto neste contexto de pandemia" (GRANGEIRO, 2020).

Além disso, o aumento da utilização de TDIC na pandemia de Covid-19, desmascarou que a exclusão digital é um problema urgente da sociedade contemporânea e sobre a relevância da ampliação de diálogos que discutam sobre a necessidade da inserção da educação midiática ao contexto escolar. Conforme Freire (1979, p. 69), "a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados". Desse modo, é relevante não apenas aprofundar a preocupação com a inclusão digital, mas para a construção de uma consciência cidadã cientifica, que minimize a desigualdade entre os países latino-americanos e demais países situados no

Sul Global com os países do Norte Global, cuja população possui mais acesso as TDIC.

AFETIVIDADE NA APRENDIZAGEM PARA A CONSCIÊNCIA CIDADÃ CIENTÍFICA

O artigo de Costa *et al.* (*Mimeo*) intitulado "Espaço Ubuntu: de uma sala de sucatas a um laboratório de afetos e programação", apresentado na disciplina de Tecnologia e Território na América Latina, compartilha a experiência de um laboratório de informática construído por e para discentes, que reflete como a afetividade e a aprendizagem quando tratadas de forma indissociável contribuem para a socialização e o protagonismo estudantil.

Conforme Piaget (1994), o desenvolvimento afetivo e o cognitivo colaboram para a construção do caráter moral, a partir da relação entre a autonomia do sujeito e as regras sociais. Entretanto, retifica que a cultura ocidental ao associar a afetividade, quase que unanimemente, a concepção de emoção e sentimento, tem distanciado esta prática do contexto acadêmico. Kieckhoefel (2011) defende que a inserção do afeto no ambiente escolar permite ao discente exteriorizar desejos e vontades, possibilitando que a escola seja reconhecida como um espaço de escuta, de atenção e de valorização do sujeito, e não apenas como um lugar de aprendizagem.

Freire (2004) ressalta que o afeto é indispensável para a compreensão das relações entre o ensino-aprendizagem que apesar das tentativas de opressão, também são movidas pelo desejo e pela paixão. Freire (1987, p. 79), complementa que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo". Desse modo, a educação deve ser colaborativa, e os saberes entre os

indivíduos não devem ser desconsiderados, mas complementados.

Desse modo, a afetividade deve ser compreendida para além de uma troca física entre indivíduos, proporcionando a valorização mútua, o respeito a cada experiência de vida e pontos de vistas. E, portanto, capaz de promover o acolhimento e estimular a integração e a permanência do sujeito no ambiente escolar. Hooks (2013) ressalta que a afetividade pode ser um aspecto motivador para a aprendizagem, proporcionando um clima de confiança e respeito entre docente e discente, que permite que este sinta-se à vontade para questionar e expressar suas dúvidas e anseios, vivências e experiencias, estabelecendo aspectos essenciais para uma aprendizagem significativa, que resulta em um processo educativo que faça sentido para os aprendizes.

A relação afetividade-aprendizagem desenvolvida no Centro Integrado de Escola Pública – CIEP-165, localizada na zona oeste do município do Rio de Janeiro, foi iniciada em 2016, quando estabeleceu uma parceria para a formação docente continuada no curso de Tecnologia & Educação promovido pelo Laboratório de Informática para Educação – LipE/UFRJ, com o objetivo de promover a utilização crítica das tecnologias digitais.

Apesar dos problemas de logística e da infraestrutura sucateada, o laboratório continua desenvolvendo atividades, por meio da iniciativa de docentes em parcerias com os docentes e apoio do projeto de extensão universitária. Em 2019, a sala de informática foi renomeada para Espaço Ubuntu, palavra africana, originada na língua Zulu que significa que “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas” ou “sou o que sou pelo que nós somos”. A partir, desta filosofia os discentes

aprenderam a importância de compartilhar o conhecimento, que nunca deve ser guardado, mas compartilhado (Costa *et al., mimeo*).

O Espaço Ubuntu é um modelo de ensino-aprendizagem que por meio da concepção do afeto consegue amenizar os impactos da exclusão digital e da ausência de letramento digital, por meio da parceria com instituições de ensino. O que colabora para a compreensão e urgência da cidadania digital, por meio da discussão sobre os deveres éticos da academia, como o compartilhamento do conhecimento, essencial para a consolidação do bem-estar, por meio do empoderamento de cidadãos, como sujeitos críticos que reconhecem seus direitos e deveres sobre o que produzem, consomem e compartilham. Castelfranchi e Fazio (2020) ressaltam que:

> La posverdad no se combate con inyecciones de 'verdades' o 'información real', porque el problema es la confianza. La desinformación no se resuelve sólo con más información. La comunicación pública de la ciencia contemporânea no puede ser sólo una facilitadora de alfabetización y aceptación. No puede simplesmente transferir, informar, motivar. Necessita ubicarse como catalizadora de esta nueva cidadania tecnocientífica (Castelfranchi.; Fazio, 2020, p.154)[2].

Além disso, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, ressalta que o desenvolvimento de competências da aprendizagem da alfabetização

[2] A pós-verdade não pode ser combatida com injeções de 'verdades' ou 'informações reais', porque o problema é a confiança. A desinformação não se resolve apenas com mais informação. A comunicação pública da ciência contemporânea não pode ser apenas um facilitador de alfabetização e aceitação. Você não pode apenas transferir, informar, motivar. Precisa se posicionar como catalisador dessa nova cidadania tecnocientífica

midiática e informacional contribui não apenas para a definição deste conceito, mas permitem um conceito composto que abrange o desenvolvimento de conhecimento, habilidades e atitudes que permitem ao cidadão:

> compreender o papel e as funções das mídias e de outros provedores de informação nas sociedades democráticas; compreender as condições nas quais essas funções possam ser realizadas; reconhecer e articular a necessidade informacional; localizar e acessar informações relevantes; avaliar com senso crítico, em termos de autoridade, credibilidade e finalidade atual, a informação e o conteúdo das mídias e de outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet; extrair e organizar a informação e o conteúdo midiático; sintetizar ou trabalhar com as ideias abstraídas do conteúdo; comunicar para um grupo de pessoas ou leitores, com ética e responsabilidade, sua compreensão sobre o conhecimento criado, em uma forma ou meio de comunicação apropriado; aplicar as habilidades em TIC para processar a informação e produzir conteúdo gerado por usuários; e engajar-se nas mídias e em outros provedores de informação, incluindo aqueles na internet, para autoexpressão, liberdade de expressão, diálogo intercultural e participação democrática. (Grizzle, 2016, p. 14).

Dessa forma, observa-se que a relação afetividade-aprendizagem deve ser ampliada desde a formulação de uma educação midiática como para a consciência cidadã digital, diante do contexto contemporâneo em que não convém a limitação espacial entre o físico e o virtual, mas sim, a compreensão do contexto de fusão em que os sujeitos precisam reconhecer os impactos de suas ações.

CONSIDERAÇÕES

A afetividade contribui para o estabelecimento de vínculos entre os discentes e docentes e o ambiente escolar, impactando de maneira positiva na aprendizagem, por meio do reconhecimento que a escola deve propiciar um ambiente de acolhimento que permita aos sujeitos o compartilhamento de suas angústias em relação as suas dificuldades cognitivas, psíquicas e cotidianas. E ao mesmo tempo, promova o protagonismo e autonomia que possibilita o compartilhamento do conhecimento adquirido, como o apresentado pela experiência do Espaço Ubuntu.

Desse modo, é relevante que a relação afetividade-aprendizagem seja discutida em todos os níveis da educação. Para isso, é necessário que esta discussão seja inserida aos programas de formação docente, pois é inadmissível que esta relação continue sendo ignorada quando o ensino é uma ação que envolve interações humanas. Portanto, deve-se reconhecer que a formação deve ser construída também de saberes relativos ao domínio afetivo, visto que a dimensão cognitiva é necessária, mas insuficiente para a aprendizagem escolar dos estudantes.

Espera-se com este artigo instigar pesquisas que ampliem a discussão sobre esta temática contribuindo para a cidadania e o bem-estar digital, por meio da relação afetividade-aprendizagem no espaço escola. E consequentemente, possibilite a formação de cidadãos empoderados com capacidade para exercer um pensamento crítico e criativo.

REFERÊNCIAS

ADDOR, F. Extensão tecnológica e Tecnologia Social: reflexões em tempos de pandemia. **NAU Social**, *[S. l.]*, v. 11, n. 21, p. 395–412, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/38644. Acesso em: 13 ago. 2023.

BÉRTOLA, L.; OCAMPO, J. A. **Desenvolvimento, vicissitude e desigualdade:** uma história econômica da América Latina desde a independência. Madrid: Secretaria General Iberoamericana, 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7684930/mod_resource/content/1/Historia-Economica-AL-PORT.pdf. Acesso em: 15 mai. 2023.

BRASIL. Lei N º 12.249/2010, de 11 de junho de 2010. Cria o Programa Um Computador por Aluno – PROUCA, entre outras providências. **Presidência da República.** Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12249.htm. Acesso em: 20 set. 2022.

CASTELFRANCHI, Y.; FAZIO, M. F. Comunicación de la ciência en América Latina: construir derechos, catalisar ciudadanía. *In*: UNESCO; CEI**. El estado de la ciência: principales indicadores de ciência y tecnologá Iberoameriacanos/Interamericanos**, 2020. Disponível em: http://www.ricyt.org/wp-content/uploads/2020/11/edlc_2020_3_3_ComunicacionDeLaCienciaEnAmericaLatinaConstruirDerechosCatalizarCiudadania.pdf. Acesso em: 16 set. 2022.

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLOGICA – CAEAT. **Um computador por aluno:** a experiência brasileira. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/. Acesso em_ 20 set. 2022.

COSTA, A. C. M. *et al.* **Espaço Ubuntu:** de uma sala de sucatas a um laboratório de afetos e programação. s.d. (Mimeo).

Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH (1948). Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos. Acesso em: 11 ago 2023.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 3ª ed., Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1971.

_____. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 30ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GRANGEIRO, M. M. **Resultados e impactos do projeto de inclusão digital por meio do programa de um computador por aluno – PROUCA.** VII Congresso Nacional de Educação – CONEDU, 2020. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA119_ID2258_04112021202546.pdf. Acesso em: 20 set. 2022.

GRIZZLE, A. **Alfabetização midiática e informacional:** diretrizes para a formulação de políticas e estratégias. Brasília: UNESCO, Cetic.br, 2016.

KIECKHOEFEL, J. C. **As Relações Afetivas entre Professor e Aluno**. *In*: X Congresso Nacional de Educação, EDUCERE - PUC Paraná, 2011.

HOOKS, B. **Ensinando a transgredir:** a Educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEMOS, A.; LÉVY, P. **O futuro da Internet:** em direção a uma ciberdemocrácia planetária. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2010.

ONU. **Cerca de 2,9 bilhões de pessoas nunca usaram a internet por falta de acesso.** Publicado em dez/2021. Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/12/1772182. Acesso em: 15 set 2022.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança.** São Paulo: Grupo Editorial Summus, 1994.

PORVIR: Inovações em educação. **A escola é culpada ou inocente?** Publicado em: 3 fev. 2017. Disponível em: https://porvir.org/escola-e-culpada-ou-inocente/. Acesso em: 11 ago 2023.

SODRÉ. M. **Reinventando a educação:** a diversidade, descolonização e redes. 2ª ed. Petropólis: Vozes, 2012.

UNESCO. Consequências adversas do fechamento das escolas. **Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura,** 2020. Disponível em: https://pt.unesco.org/ covid19/educationresponse/consequences . Acesso em: 20 set. 2022.

VALENTE, J. A. A. Um laptop para cada aluno: promessas e resultados educacionais efetivos. *In*.: ALMEIDA, M. E. B; PRADO, M. E. B.B. (Org.). **O computador portátil na escola.** São Paulo: Avercamp, 2011, p. 20-33.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WALLON, H. **Do ato ao pensamento:** ensaio de psicologia comparada. Petrópolis: Vozes, 2015.

Sobre os organizadores, a organizadora, as autoras e os autores

Sobre os Organizadores e a Organizadora

Felipe Addor - Possui graduação (2004) e mestrado (2006) em Engenharia de Produção e doutorado (2012) em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Professor adjunto e Diretor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), e pesquisador-extensionista do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/Nides/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA/IFPA-Castanhal). Desde 2022, integra a Coordenação da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (Abepets). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9419-0487

Júlio César Suzuki - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7499-3242

Romier da Paixão Sousa - Possui graduação em Agronomia pela Universidade Federal Rural da Amazônia (1999), mestrado em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (2002) e mestrado em Agroecología: un enfoque para el Desarrollo rural pela Universidade Internacional de Andalucia (2011), Doutorado em Estudios Medioambientales pela Universidad Pablo de Olavide (2015). Desde 2005 é professor efetivo de ensino básico, técnico e tecnológico do IFPA Campus Castanhal, onde foi coordenador do Projeto de Curso de Técnico em Agropecuária com ênfase em Agroecologia no IFPA Castanhal/PRONERA, Coordenou em nível estadual do Programa Saberes da Terra na Amazônia Paraense, Foi Diretor de Educação Agrícola do IFPA (2010) e Diretor de Ensino do Campus Castanhal do IFPA (2012-2014). Atualmente é membro do Grupo de Pesquisa em Agroecologiae Etnocências na Amazônia (GAEA) vinculado ao CNPq; É membro do Grupo de Pesquisa Internacional "Cooperativismo, Desarrollo Rural y Emprendimientos Solidarios en la Unión Europea y Latinoamérica"; É membro do Grupo de Trabalho sobre Agroecologia Política do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO. Professor Titular do IFPA. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2925-5408

Sandra Rufino - Possui pós-doutorado em Extensão Universitária e Engenharia Engajada pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e pós-doutorado em Tecnologias Sociais pela Université Catholique de Louvain (UCL). É mestre e doutora em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e graduada pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (FATEC-SP). Atualmente, é bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do CNPq, professora do Departamento de Engenharia de Produção e do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Rio

Grande do Norte (UFRN). Além disso, atua como professora no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Integra o grupo de pesquisa interinstitucional (UFRJ/UFRN/IMT/UFOP) que estuda Engenharias Engajadas. É membro do Comitê Estadual de Investimentos e Negócios de Impacto Social (CENIS/RN), do Laboratório de Cidadania e Tecnologia Social (LabCTS-ITA), da Rede de Professores do Instituto de Cidadania Empresarial (Academia ICE) e da Rede de Engenharia Popular Oswaldo Sevá (REPOS). Também integra a Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (ABEPETS) e é conselheira dos Engenheiros Sem Fronteiras - ESF Brasil, além de coordenadora e orientadora da incubadora de tecnologia social ESF Natal. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-5047-1041

Sobre as Autoras e os Autores

Alice de Maman Nied - Possui graduação em Engenharia de Alimentos pela Universidade Federal de Santa Catarina (2021). Atualmente realiza mestrado profissional no programa de pós em Tecnologia para o Desenvolvimento Social com pesquisa ação com movimentos sociais na área de beneficiamento de alimentos e suas relações com a legislação sanitária. Atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar camponesa, sistemas alimentares sustentáveis, estado e alimentação, legislação sanitária, processamento de alimentos.

Aline Duarte Mattos Lessa Ribeiro - Assistente Social, formada pela Universidade Federal Fluminense (2013). Com especialização no MBE Responsabilidade Social e Gestão em Terceiro Setor, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015) e Mestranda em Tecnologia para o Desenvolvimento Social, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (2024). Realizei cursos de Extensão em Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política (2019), pela UFRJ e em Educação Não escolar e Pedagogia social, pela UERJ (2022). Também fiz formação em Metodologias do Teatro do Oprimido, pelo Centro do Teatro do Oprimido (2021/ 2023). Experiência em educação popular/ ambiental e utilização de metodologias participativas para atuação e diálogo com comunidades tradicionais, rurais e urbanas, impactadas por grandes empreendimentos.

Amaurícia Lopes Rocha Brandão - Professora efetiva da área de Turismo, Hospitalidade e Lazer do Instituto Federal do Ceará (IFCE) - Campus Acaraú; Doutoranda do Programa de Integração da América Latina - PROLAM (USP). Mestre em Gestão de

Negócios Turísticos pela UECE. Especialista em Turismo e Meio Ambiente (UECE). Graduada em Comunicação Social - habilitação em Publicidade e Propaganda pela Faculdade Integrada do Ceará (2008) e graduação em Gestão de Empreendimentos Turísticos (CEFET). Publicações e projetos de extensão e pesquisa em turismo, cultura, comunicação, eventos e educomunicação.

André Dias de Almeida - Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2012) e Pós-graduação em Direito Administrativo pela Universidade Cândido Mendes (2019). Atualmente está cursando Mestrado Profissional no Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social da UFRJ (PPGTDS/NIDES/UFRJ) e é Assistente em Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotado na Procuradoria Federal.

Bruno Santos Gonçalves - Formado na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Especializado em Auditor Interno de Qualidade, Mestre em Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, com ênfase em Ciência e Tecnologia de Alimentos e Gestão de Qualidade e Certificação. Experiência no processo produtivo de alimentos e mercado de vendas nacional e internacional de produtos alimentícios congelados e refrigerados. E no sistema integrado de gestão na indústria alimentícia e assessoria em cooperativas e associações rurais para o desenvolvimento, inovação e gestão das cadeias produtivas.

Cristiélen Ribeiro Marques - Mestre em Ciências na área de Integração da América Latina e doutoranda em regime de dupla titulação pelo Programa de Pós-graduação Integração América Latina da Universidade de São Paulo, PROLAM-USP, na linha de pesquisa de Comunicação e Cultura, sob a orientação da Profa. Dra. Lisbeth Rebollo Gonçalves, e pelo programa em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na

especialidade Arte, Patrimônio e Restauro, sob a orientação do Prof. Dr. Luís Urbano Afonso. Desenvolve projetos de pesquisa sobre arte latino-americana na perspectiva dos circuitos, das circulações, das dinâmicas de constituição do sistema da arte e de suas coleções. Integra os grupos de pesquisa Imaginários Urbanos/Ciudades y comunidades latinas imaginadas en el mundo (CYCLI)

Edmea Oliveira dos Santos - Professora Titular-Livre da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Bolsista PQ do CNPQ. Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ. Atua no Instituto de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDUC). Atua na gestão acadêmica e científica do programa, coordenando a comissão de periódicos e é membro da comissão de internacionalização. Foi professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), atuando na Graduação e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPED/UERJ). Líder do GPDOC - Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura. Visiting Scholar at Ohio - Ohio State University , College Education (2023). Pós-doutora em e-learning e EAD pela Universidade Aberta de Portugal - UAB-PT, onde colabora esporadicamente no MPEL - Mestrado em Pedagogia do e-Learning e no Doutorado em Educação.

Fábio dos Santos Coradini - Doutorando e Mestre em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc), Linha 1: Estudos Contemporâneos e Práticas Educativa, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Graduado em Pedagogia pelo Centro Universitário Augusto Motta (2009). Pós-graduado em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Universitário Augusto Motta (2011); Planejamento, Implementação e Gestão em Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense

(2015); Design Instrucional para EaD Virtual pela Universidade Federal de Itajubá (2015), Mídias na Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2018) e Tecnologia, Formação de Professores e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (2018). Professor Militar, Professor-Tutor e Funcionário Público Federal das Forças Armadas - Marinha do Brasil - Graduação: Primeiro-Sargento. Atua na função de Encarregado e Coordenador de Cursos do Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas (Marinha do Brasil). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Docência e Cibercultura (GPDOC) da UFRRJ e do Grupo de Pesquisa Texto Livre do Laboratório SEMIOTEC da Faculdade de Letras da UFMG. Coordenador do Congresso Universidade, EaD e Software Livre (UEADSL) da Faculdade de Letras das UFMG. Editor-Chefe dos Anais do UEADSL e Gerente do Moodle do Grupo de Pesquisa Texto Livre (FALE/UFMG).

Fábio Luís Barbosa dos Santos - Professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de São Paulo. Professor do Programa de Pós Graduação Integração da América Latina (Prolam-USP). Research Associate, Society Work and Politics Institute (SWOP), University of the Witwatersrand, África do Sul. Research Associate, Centre for Canadian, US Latin American Studies, School of International Studies, Jawaharlal Nehru University, Índia. Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo. Pós-Doutorado no centro Genre, Travail, Mobilités, Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (GTM-CRESPPA). Pós-Doutorado no SWOP, University of Witwatersrand.

Felipe Addor - Possui graduação (2004) e mestrado (2006) em Engenharia de Produção e doutorado (2012) em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ. Professor adjunto e Diretor do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (Nides/UFRJ), e pesquisador-extensionista

do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/Nides/UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares (PPDRGEA/IFPA-Castanhal). Desde 2022, integra a Coordenação da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social (Abepets).

Fernanda Santos Araújo - Professora do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NIDES/UFRJ). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/NIDES/UFRJ). Doutora em Engenharia de Produção pelo Programa de Engenharia de Produção da UFF (2016). Possui graduação em Engenharia de Produção pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006) e mestrado em Engenharia de Produção pela Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPE/UFRJ (2009). Desde 2006 contribui com a construção do Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/NIDES/UFRJ) e da Rede de Engenharia Popular (REPOS). Tem experiência com projetos de extensão e pesquisa que dialogam com o campo de Estudos sobre o Trabalho, abordando temas como economia popular e solidária, autogestão e tecnologias sociais. Desde 2020 coordena o projeto Tecnologia, Trabalho e Cuidado, refletindo sobre como relações de gênero, raça, etnia e sexualidade atravessam o campo de estudos sobre o trabalho e a tecnologia.

Flávio Chedid Henriques - Graduado em Engenharia de Produção pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004), mestre em Engenharia de Produção pela COPPE - Universidade Federal do Rio de Janeiro (2007), Doutor em Planejamento Urbano

e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da UFRJ (IPPUR/UFRJ), pós-doutor pelo IPPUR/UFRJ com financiamento da CAPES e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É pesquisador do Núcleo de Solidariedade Técnica - SOLTEC/UFRJ - desde 2004, onde atuou em projetos de pesquisa e extensão vinculados às seguintes temáticas: sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca, assessoria a empreendimentos de autogestão, políticas públicas voltadas para o associativismo pesqueiro, desenvolvimento local, empresas recuperadas por trabalhadores e cooperativismo de plataforma. Desde 2004 é membro da comissão organizadora do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social. Hoje é técnico administrativo no Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES) do Centro de Tecnologia da UFRJ, atuando como vice-diretor dessa unidade, e docente do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS).

Gustavo Carvalhaes Xavier Martins Pontual Machado - Professor adjunto do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social (NIDES/UFRJ), do Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS). Coordenador do Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS) e do Projeto de Extensão MUDA - CTS (MUDA - Agroecologia e Permacultura: Centro de Tecnologias Sociais), que atua no campo da agroecologia com Laboratórios Vivos no Centro de Tecnologia da UFRJ. Atua com pesquisa no campo do mestrado nas linhas de: Soluções Baseadas na Natureza (SBN), Saneamento Ecológico, Gestão e acesso à água, Tecnologias Sociais, Cuidado e ecologia social. Professor colaborador da Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ). Docente e participante do colegiado da Pós-Graduação online Educação para Sustentabilidade

- Gaia Education da Universidade Federal de Alfenas. Atua no campo das Práticas Integrativas Complementares em Saúde (PICS) e com metodologias colaborativas (Dragon Dreaming e Comunicação Não Violenta CNV). Pós-doc. na área de Saúde Pública e Meio Ambiente na ENSP/Fiocruz. Possui graduação em Engenharia Química pela UFRJ, pós-graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental pela UERJ, mestrado em Engenharia Ambiental pela UFRJ e doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ.

Júlio César Suzuki - Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso, graduação em Letras pela Universidade Federal do Paraná, graduação em Química pelo Instituto Federal de São Paulo, mestrado e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Livre-Docência em Fundamentos Políticos, Sociais e Econômicos da Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, é Professor Associado da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP), onde também atua como vice-coordenador. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.

Lisbeth Rebollo Goncalves - Possui graduação em Ciências Sociais (1970), mestrado em Sociologia (1978) e doutorado em Sociologia (1985), todos pela Universidade de São Paulo. É professora titular Aposentada da Universidade de São Paulo. Professora Emérita do PROLAM USP Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia da Arte, atuando principalmente nos seguintes temas: arte moderna, arte

contemporânea, crítica de arte, arte brasileira e latino-americana moderna e contemporânea. Foi Diretora do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo de 1994 a 1998 e de 2006 a 2010. Foi Presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte ABCA de 2000 a 2006 e de 2010 a 2016; Vice-Presidente da Associação Internacional de Críticos de Arte AICA, de 2006 a 2008 e de 2010 a 2012; Docente do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte - PGEHA USP e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - PROLAM / USP, do qual foi Coordenadora de 2013 a 2018.

Loren de Souza Almeida - Possui graduação em Relações Públicas pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005). Atualmente é Coordenadora de Projetos do Centro Integrado de Estudos e Programas para o Desenvolvimento Sustentável. Tem experiência ações comunitárias e investimento social privado, com ênfase em Relações Públicas e Terceiro Setor. Fellow da turma 2015 do Community Solutions Program, financiado pelo U.S. State Department no campo temático de Transparência e Accountability para o Terceiro Setor, com estágio no Departamento de Políticas Públicas da ONG United Way Worldwide.

Manuela Giácomo - Mestranda no Programa de Pós-graduação em Tecnologias para o Desenvolvimento Social do Centro de Tecnologia da UFRJ, desenvolve pesquisa sobre a sistematização de ações de extensão universitária. Com interesse na docência, é membra desde 2013 e colabora até hoje com o projeto de extensão Raízes e Frutos: Uma vivência nas Comunidades Caiçaras da Península da Juatinga do Departamento de Geografia da UFRJ, onde atua em áreas como o saneamento ecológico, a bioconstrução, a educação diferenciada e o turismo de base comunitária no município de Paraty RJ. Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016).

Raíssa Gouveia Ferreira Lazarini - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação Integração da América Latina (PROLAM), na Universidade de São Paulo (USP) na linha de pesquisa Sociedade, Estado, Economia e Ambiente. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Possui graduação em Comunicação Social pela Universidade de Araraquara (2011) e Diplomado em Feminismos Comunitários de Campesinos pela Universidad de Jujuy (2021). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Realidade Latinoamericana da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP e representante discente do PROLAM - USP.

Ricardo Ferreira de Mello - Professor Adjunto de engenharia econômica do curso de Engenharia de Produção, do Departamento de Engenharia Industrial (DEI) da Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutor e Mestre em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ e Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração da UFRJ. Professor no Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social - PPGTDS, organizado pelo NIDES/UFRJ. Coordenador do Projeto de Extensão Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca Artesanal PAPESCA. Pesquisador Extensionista do SOLTEC - Núcleo de Solidariedade Técnica. Professor de Pós-Graduação Lato Sensu de Especialização em Engenharia Econômica; Gestão Empresarial, Gestão de Finanças e Gestão Estratégica de Pessoas, da Escola Politécnica/ UFRJ.

Rita de Cássia Marques Lima de Castro - Doutora em Ciências (Programa de Pós-Graduação Interunidades em Integração da América Latina-PROLAM/USP). Mestre em Administração de Empresas (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas). Jornalista, formada pela

Faculdade de Comunicação Social Casper Líbero, MTB n 35.175. Bacharel em Administração e em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário Senac SP. PÓS-DOUTORADOS: 1) FEA-USP, Departamento de Administração. Tema de pesquisa: Aplicação de estudo interdisciplinar e da Nova Economia Institucional na identificação do papel da educação no desempenho do assentamento rural Itapeva, em São Paulo. Supervisora Profa. Dra. Maria Sylvia Macchione Saes. Financiamento FAPESP, processo 2015/09611-8. Período: 2015-2017. 2) FEA-USP, Departamento de Economia. Tema de pesquisa: Educação, tecnologia e competitividade nos processos de desenvolvimento de novas relações internacionais, políticas e econômicas entre Argentina e Brasil. Supervisora Profa. Dra. Maria Cristina Cacciamali. Período: 2019-2022. ATUAÇÃO PROFISSIONAL: NA USP: Professora e orientadora de Mestrado e Doutorado - Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina - Prolam-USP, desde jan.2021. Professora selecionada no Programa de Atração e Retenção de Talentos - PART - da USP (2020), FEA-USP, cursos de graduação (2020-2021). Pesquisadora: na USP: CORS-Center for Organization Studies e NESPI - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Política Internacional, Estudos Internacionais e Políticas Comparadas, ambos da FEA; GP-CNPq - Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Inst. Psicologia); Cátedra José Bonifácio (IRI-USP); CRIARCOMC (Criatividade, Inovação, Comunicação e Marketing com ênfase nas Cidades - ECA).

USP

UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO
FEDERAL
Pará
Campus
Castanhal

PROLAM

fflch

NIDES

PPGTDS
Programa de Pós-graduação
Tecnologia para o Desenvolvimento Social

PPDRGEA
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural
e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares

Realização:

Centro Avançado de Desenvolvimento
de Sistemas Alimentares Sustentáveis e
Tecnologias Sociais da Amazônia Brasileira